

REVISTA DO  
INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DO  
DISTRITO FEDERAL



ANO III – Nº 3 – Brasília, 2000



# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



ANO III – Nº 3 – Brasília, 2000

# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL – Nº 3 – SETEMBRO/2000

## EXPEDIENTE

|                       |   |
|-----------------------|---|
| DIRETOR               | José Hélder de Souza  |
| CONSELHO EDITORIAL    | Affonso Heliodoro dos Santos<br>Cassiano Nunes<br>João Carlos Taveira<br>José Santiago Naud |
| COORDENAÇÃO E REVISÃO | João Carlos Taveira   |

## DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

|   |   |
|---|---|
| DIRETOR PRESIDENTE                              | Affonso Heliodoro dos Santos  |
| DIRETOR 1º VICE-PRESIDENTE                      | Armando José Buchmann   |
| DIRETOR 2º VICE-PRESIDENTE                      | Lucídio Guimarães de Albuquerque  |
| DIRETOR SECRETÁRIO GERAL                        | Lourierdes Fiuza dos Santos   |
| DIRETOR 1º SECRETÁRIO                           | Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira   |
| DIRETOR 2º SECRETÁRIO                           | Napoleão Valadares  |
| DIRETOR 1º TESOUREIRO                           | Leon Frejda Szklarowsky   |
| DIRETOR 2º TESOUREIRO                           | (vaga)  |
| DIRETOR 1º BIBLIOTECÁRIO                        | Raimundo Nonato da Silva  |
| DIRETOR 2º BIBLIOTECÁRIO                        | Clovis Sena   |
| DIRETOR DE PUBLICAÇÕES E<br>COMUNICAÇÃO SOCIAL  | José Hélder de Souza  |
| DIRETOR ORADOR OFICIAL E<br>MESTRE DE CERIMÓNIA | Guilherme Fagundes de Oliveira  |
| CONSELHO FISCAL                                 | Paulo Affonso Martins de Oliveira<br>Lincoln Magalhães da Rocha                 |
| SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL                    | Kurt Pessek<br>Raul Bernardo Nelson de Senna<br>William. D. Almeida de Carvalho |

————— • —————  
Editoração eletrônica, fofolito e impressão  
**VERANO EDITORA E COMUNICAÇÃO**  
————— • —————

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL**  
SEPS 703/903 – Brasília/DF – CEP 70390-039  
Tel. (61) 224.6544/226.7753 – Fax (61) 224-8467

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| Editorial .....  | 5  |
| Compromissos Assumidos   |    |
| <i>Nina Tubino</i> .....   | 7  |
| Tradição Cultural Brasileira (DISCURSO DE POSSE NO IHGDF)                      |    |
| <i>Vamireh Chacon</i> .....  | 11 |
| Crônica de um Otimista Inabalável, aos 500 Anos do Brasil                      |    |
| <i>Nestor dos Santos Lima</i> .....  | 21 |
| O Atlântico Sul e o Brasil   |    |
| <i>José Santiago Naud</i> .....  | 37 |
| O Descobrimento do Brasil (Acaso ou Intencionalidade?)                         |    |
| <i>Manoel Soriano Neto</i> .....   | 55 |
| A Armada de 1500 e as Singularidades de Arribada<br>na Escala do Atlântico Sul |    |
| <i>Fernando Lourenço Fernandes</i> .....                                       | 65 |
| Os Espanhóis Descobriram o Brasil  |    |
| <i>José Hélder de Souza</i> .....  | 81 |
| Sonetos de Descobrimento   |    |
| <i>Anderson Braga Horta</i> .....  | 87 |
| Aires Gomes, Capitão de Caravela   |    |
| <i>Danilo Gomes</i> .....  | 89 |
| Outros Quinhentos  |    |
| <i>Napoleão Valadares</i> .....  | 93 |
| O Sonho de Dom Bosco   |    |
| <i>Jarbas Silva Marques</i> .....  | 95 |

|  |     |
|--|-----|
| Histórias do Pai da História                                       |     |
| <i>Armando José Buchmann</i> .....                                 | 105 |
| Registro sobre Jofre Mozart Parada                                 |     |
| <i>Nina Tubino</i> .....   | 113 |
| Breve Leitura do Livro <i>Lisábria de Jesus</i> , de Alan Viggiano |     |
| <i>João Carlos Taveira</i> .....                                   | 117 |
| O Brasil de JK e o FMI   |     |
| <i>Luiz Manzolino</i> .....  | 123 |
| Discurso de Recepção do Título de Cidadão Honorário                |     |
| <i>Romeu Barbosa Jobim</i> .....                                   | 127 |
| O Artista (Lembrança de Guido Mondin)                              |     |
| <i>Dario Abranches Viotti</i> .....                                | 133 |
| Necrológio .....   | 135 |
| Registro Iconográfico .....  | 137 |
| Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos do IHGDF .....               | 141 |

## EDITORIAL

O Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal insere-se nas comemorações dos 500 ANOS do DESCOBRIMENTO do BRASIL reunindo artigos, estudos e trabalhos de seus sócios acadêmicos neste nº 3 de sua Revista. Assim também, publica criações intelectuais realizadas por autores da Capital e dos Estados da Federação.

Tema tão caro e significativo para brasileiros e portugueses a Revista do IHG-DF manifesta o desejo de perpetuar, em suas páginas, os trabalhos realizados neste Instituto Histórico e Geográfico que, embora não constantes da programação oficial, marcaram significativamente esta importante efeméride. Nosso projeto BRASIL-500 ANOS – REPENSANDO A NACIONALIDADE, realizado neste Instituto no período de Junho a Novembro do ano passado, buscou tornar presentes na preocupação dos brasileiros problemas vitais de nossa Pátria. Todavia, não pretendemos, com esta edição da Revista do IHG-DF, encerrar assunto tão vasto e marcante para a historiografia do Brasil. Pretendemos ainda, abrigar mais trabalhos sobre os descobrimentos portugueses e espanhóis nos próximos números desta publicação, cujas páginas estarão sempre abertas para os que queiram participar da batalha em prol do conhecimento e da permanente preocupação com o futuro de nosso País. Ainda, seguindo norma adotada pelo Conselho Editorial desta Revista, incluímos nesta edição, o discurso do historiador e professor Vamireh Chacon, pronunciado na solenidade de sua posse como sócio acadêmico nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico-DF, no dia 18 de Agosto de 1999. Os discursos de posse são sempre magníficas peças de cultura e conhecimento. Assim, cada exemplar de nossa revista trará, sempre que possível na íntegra, o teor do discurso de um seu sócio acadêmico, pronunciado por ocasião de sua posse. Visa este procedimento à divulgação de atividade socioculturais de nosso IHG-DF.



## COMPROMISSOS ASSUMIDOS

NINA TUBINO

Saudação aos novos sócios do IHG/DF, em 18/8/99

Exmo. Sr. Affonso Heliodoro dos Santos. Digníssimo Presidente do IHG/DF. Senhores participantes da mesa. Meus confrades. Senhores ingressantes:

Quando recebi, de nosso Presidente Affonso Heliodoro o convite para fazer a saudação aos novos confrades que hoje ingressam neste Sodalício, fiquei a meditar sobre os compromissos e as responsabilidades que assumimos todos, ao ingressar nesta Casa.

Instituto que é o orgulho dos intelectuais do Distrito Federal, e que vem, ao longo dos anos, crescendo e se fortalecendo como instituição cultural, pelas mãos dos dinâmicos presidentes do passado e hoje, exemplarmente dirigido por nosso estimado Affonso – Heliodoro.

Senhor Presidente,

Todos nós intelectuais, temos um compromisso público e definitivo com a cultura da nossa Pátria, doente de miséria e analfabetismo.

E não exagero quando falo de analfabetos, pois todos nós sabemos que um povo alfabetizado não é somente aquele que conhece o nome das letras e sua colocação na formação das palavras e frases. Um povo alfabetizado é aquele que possui idéias, acredita nelas e tem força e coragem para transformá-las em fatos e realidades.

Nossa Pátria está doente de analfabetismo sim, pois o que vemos é a educação e a cultura vegetando, subalternas ao grande fenômeno do século; a avançada tecnologia importada do primeiro mundo.

Não desejo aqui aprofundar o pensamento sobre o fantástico desenvolvimento científico e tecnológico desta segunda metade do século XX, cujos benefícios estamos haurindo. Mas, lembrar que a educação e a cultura do povo brasileiro não caminhou paralelamente a eles. E isso tem contribuído para aprofundar as distâncias entre o desenvolvimento econômico e o homem brasileiro.

Quando falamos assim pode parecer que nosso pensamento é mais filosófico do que real, porque vivemos em uma cidade dotada de uma das melhores qualidades de vida do País. Uma cidade onde a grande massa da população é relativamente instruída. Mas temos os cinturões de miséria abraçando as grandes cidades como São Paulo, Rio, Recife, etc. E temos o interior onde saúde e educação são artigos de luxo. Onde a miséria não permite o desenvolvimento pleno da infância. E os sonhos da adolescência morrem dentro dos casebres, por falta de incentivo e oportunidades.

Um povo alfabetizado é um povo culto. E levar cultura ao povo, à juventude, aos mais e menos favorecidos, é compromisso de todos, com todos e para todos. Mas especialmente ao intelectual cabe este compromisso.

As mulheres e os homens de letras têm enorme parcela de responsabilidade, senão a maior de todas, nesta cruzada permanente.

Da história do sempre com seus exemplos e, da Idade Média com sua herança, trazem os que carregam a sagrada estrela da filosofia, na mais pura acepção helênica, o archote incandescente a iluminar os caminhos dos seus povos, como quem retorna ao Ateneu Grego, onde escritores e poetas apresentavam publicamente seus cantos de alegria e dor, entremeados com brados delirantes de justiça e liberdade.

Hoje, ao som de novas luzes e de esperanças velhas, as letras grafadas no papel e nas almas, estão a desfraldar os mesmos desafios de milênios feridos de solidões analfabetas.

Hoje o grito é o mesmo, muito embora as gargantas tenham mudado de linguagem. A mensagem de hoje será resposta no futuro e acontecerá à altura do nosso esforço e da honestidade dos conhecimentos transmitidos.

Considerando que, inspiração não se estuda e conhecimento não é herança gratuita, pois uma nasce com a gente e a outra casa com a gente, na proporção das oportunidades tidas e aproveitadas, na fidelidade às bases e desde que o recipiente seja capaz de captar e reelaborar, ampliando todos e cada um dos ensinamentos que, na dinâmica intelectual tem a cumprir cada poeta, cada escritor e cada mestre.

Considerando que as forças culturais têm sido em nosso País, aquelas que mais tentam buscar no passado histórico, as bases filosóficas

e sociais necessárias para a busca incontida de mudanças capazes de reelaborar velhos conceitos e de contribuir na formação do povo.

E considerando ainda que fazemos parte da classe pensante do País. Aqueles que acreditam nos valores reais da vida e, em um futuro promissor para o Brasil é que, entendo que nosso compromisso com a cultura cresce na medida em que nos envolvemos no processo cultural, através das nossas instituições.

Estas e outras conjecturas, conclusões e até devaneios, dançaram em tomo de minha mesa quando pensei escrever esta saudação aos nobres e ilustres intelectuais que nesta noite adentram os portões desta Casa como nossos novos confrades.

Saudação que faço na plena convicção de que os hoje ingressantes são possuidores de rica bagagem humanística e trazem a disposição de engajados no esforço coletivo, fazer desta Casa o maior centro dinamizador de cultura, do próximo milênio, em nossa Capital, cerrando fileiras na defesa dos princípios que regem este Sodalício.

Prezados Confrades;

Adalberto Lassance de Albuquerque, Aldo Vinholes de Magalhães, Argemiro José Cardoso, Clodomir Padilha Alves da Silva, Jarbas Silva Marques, José Antônio Prates, Nestor Luiz Barros dos Santos Lima e Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento, nosso Instituto Histórico e Geográfico é como um templo grego, onde bebemos os ensinamentos dos mestres, saciamos nossa sede de patriotismo, buscamos respostas, vivenciamos civismo, :trocamos idéias e falamos de ideais de fraternidade, de liberdade e de paz.

E como bem disse o nosso confrade, Ministro Guido Mondim, “aqui vive-se o idealismo que faz morada em nosso cérebro.”

Aqui vive-se o amor a Brasília e ao Brasil.

E é aqui, neste Ateneu Grego, que os recebemos de braços abertos, sejam todos bem vindos.

### **Relação dos empossados dia 18 de agosto de 1999:**

Adalberto Lassance de Albuquerque. Cadeira nº 38. Patrono: Antônio Américo do Brasil. Cartógrafo de Profissão. É autor de várias publicações como a coletânea de 17 documentos referentes ao projeto-memória – governo regionalização administrativa do DF.

Aldo Vinholes de Magalhães. Cadeira nº 39. Patrono: Alceu Amoroso Lima. Advogado, jornalista e professor universitário.

Argemiro José Cardoso. Cadeira nº 02. Patrono: Cora Coralina.

Físico, matemático, engenheiro eletricista e professor. Escreveu 14 obras no campo da tecnologia. Livros, artigos e editorias de jornais, nos campos da sociologia, política e poesia.

Clodomir Padilha Alves da Silva. Cadeira nº 101. Patrono: Ernesto Silva. Economista, meteorologista, consultor oficial de reserva da aeronáutica. É autor de vários trabalhos técnicos sobre administração de serviços especializados, organização, escola, ambiente, meteorologia e climatologia.

Jarbas Silva Marques. Cadeira nº 37. Patrono: Alcide Celso Ramos Jubé. Jornalista, professor. Atualmente é diretor do Pólo de Cinema e Vídeo Grande Otelo do DF. Possui diversos artigos publicados em jornais e revistas do DF e outros estados.

José Antônio Prates. Cadeira nº 29. Patrono: Darcy Ribeiro. Arquiteto e urbanista. Artigos e textos técnicos publicados em diversos jornais e revistas. Possui vários livros. É membro da academia de letras do Distrito Federal e membro do conselho editorial da revista letras.

Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima. Cadeira nº 17. Patrono: Augusto Tasso Fragoso. Entrou na carreira diplomática em 1947, aposentou-se como embaixador. Possui várias obras de caráter histórico e geográfico.

Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento. Cadeira nº 121. Patrono: Joaquim Nabuco. Bacharel em direito, doutor em sociologia do direito e professor. Principais livros publicados: História dos partidos brasileiros, história do senado do Brasil, o mercosul e a integração da América Latina.

## TRADIÇÃO CULTURAL BRASILEIRA

VAMIREH CHACON

Os Institutos Históricos e Geográficos também fazem parte da tradição cultural brasileira desde 1838, o que para um país hoje perto dos quinhentos anos, significa muito. Então surgia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, surgia pelas mãos de um militar e de um clérigo, Raimundo José da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa. Surgia na Rio de Janeiro, a capital, a Corte; dentre seus vinte e sete fundadores, pelo menos nove foram senadores, ministros e conselheiros de Estado, os demais eram magistrados, advogados, funcionários públicos, eclesiásticos (numa época de união de Igreja e Estado) e negociantes, quase todos pertencentes, assim, à alta burocracia do Império, define muito bem suas origens seu atual presidente, Arno Wehling.

O Brasil vivia fase das mais difíceis, Regente do Império Pedro de Araújo Lima, logo Marquês de Olinda. Desafios ao centralismo iam ao oposto, à secessão, em armas no Pará, Bahia e Rio Grande do Sul, de um extremo a outro do País.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro queria contribuir, e realmente contribuiu, para o esclarecimento da sociedade, pelo “desenvolvimento da cultura literária e o aprimoramento das relações sociais”, referindo-se, evidentemente, à difícil situação da época, para cuja solução o Instituto muito contribuiu pelo seu nacionalismo, naturalmente conservador nas circunstâncias daquele tempo.

Começava a participação institucional no que se pode chamar de a invenção ou (construção) da História, no caso, a brasileira.

O termo talvez pareça chocante, pelo menos à primeira vista, mas entenda-se-lhe como recriação da realidade ao nível das idéias. Huizinga, o grande historiador holandês, explicou muito bem: “Só é passado, para uma cultura, algo que ela entenda – e só posso compreender, sempre, a partir de uma situação consciente historicamente condicionada”.

Completa-o Lucien Febvre da escola dos Annales: “Cada época forja mentalmente seu universo. Não o elabora apenas com todos os materiais de que dispõe, com todos os materiais de que dispõe. Com todos os fatos (verdadeiros ou falsos) que herdou, ou foi adquirindo. Elaboro-o com os seus dotes, com seu engenho específico, suas qualidades e inclinações, com tudo o que a distingue das épocas anteriores”. O antropólogo Clifford Geertz explica: “o homem é um animal suspenso numa teia de significados por ele mesmo estabelecida”

O ser humano precisa visualizar para entender-se e entender; idéias por mais abstratas que sejam, têm de converter-se em imagens, metáforas materiais mesmo sem materialismo. É o resultado da solução metódica da dúvida, respondida há séculos por Agostinho, o santo: “o que é tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer esta pergunta, já não sei”. “Com efeito, o passado já não existe e o futuro ainda não existe”. Não existirá só o presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes, esperança presente das coisas futuras? É o tempo tríplice de Gilberto Freyre, tri-bio, três vidas vitalizadas num perene presente pelas gerações se sucedendo.

Também o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal deve procurar participar da recriação do tempo brasiliense, antes que ele morra pelo esquecimento sem documentos nem testemunhas, incorporando-se à tão trágica morte da memória nacional, em adiantado processo, atropelada pelo descaso do público e privado na conservação dos arquivos e escassa atualização das pesquisas. Octávio Paz adverte: “A destruição da memória afeta não apenas o passado, também o futuro”, pois, completa-o Jorge Luís Borges, “a memória faz parte da identidade”. Quem não sabe de onde vem, não sabe para onde vai.

Os Institutos Históricos e Geográficos não tendem a querer se apossar do passado. Em primeiro lugar, porque ninguém o consegue, do contrário seria o perigo apontado por George Gerber: “Se você pode controlar a narrativa da História de uma nação, não precisa se preocupar com quem faz as leis”: o legislador, e o executivo público e privado, estarão com cabeça e coração feitos. O que aconteceu, em segundo lugar, é, isto sim, que os Institutos Históricos e Geográficos ocupam bem ou mal, em geral mais bem que mal, o espaço dos registros, com frequência subestimados senão ignorados pelos modismos mais diletantemente ideológicos que militantemente metodológicos. Diante destas ausências em relação aos fatos, o Instituto Histórico e Geográfico procuram preencher os vazios, por mais carentes que os Institutos sejam em recursos materiais, e até humanos, quando estes se esquivam.

Da parte dos Institutos, eles precisam se integrar mais em colaboração com instituições da sociedade civil e com o próprio Estado. Os Institutos também precisam se lembrar mais que são igualmente de Geografia, como seu nome desde o início recomenda como missão. Aqui mesmo em Brasília, disto muito bem nos recordamos ao darmos tanto destaque à Geografia ligada à Política em nosso recente ciclo de conferências Brasil – 500 – Repensando a Nacionalidade, com realismo crítico, e autocrítico muito além da efeméride.

Já se disse, com muita razão, que a História é a Geografia no tempo e a Geografia a História no espaço, sem qualquer exclusão de outros relacionamentos metodológicos.

O nosso Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal também faz o que pode, às vezes até mais do que pode, que o digam os membros das suas esforçadas diretorias.

Nosso Instituto, posso de agora em diante desta minha posse incluir-me entre os que assim o chamam, nosso Instituto foi fundado em 3 de junho de 1964, Brasília havia se tornado irreversível, adquirira vida própria, faltava-lhe o Instituto Histórico e Geográfico existente em todas as unidades da federação e ele veio.

Primeiro presidente, o então Ministro Saulo Diniz.

Daqueles heróicos tempos estão ainda entre nós Dorival Borges, Armando Buchmann e Ari Cunha, secretários, ora a receberem justas homenagens ainda nesta sessão mais que de posse de novos sócios acadêmicos. Além deles, existem os sócios correspondentes fora de Brasília e as categorias de sócio fundador, sócio benemérito e sócio honorário.

Há mais de vinte anos o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal mantém convênio com a fundação Educacional do Distrito Federal, pelo qual são ministrados cursos aos alunos da rede escolar brasiliense, tanto pública quanto privada, num esforço de continuidade de gerações.

Outras colaborações com entidades culturais são necessárias. Por exemplo: com a única universidade estatal e federal aqui existente, através da FUBRA, Fundação da Universidade de Brasília, ora dirigida pelo professor Luiz Rossi.

A Universidade de Brasília dispõe de quadros excelentes, sem nenhum demérito para outras universidades locais e do Brasil em geral, ela foi declarada a melhor do Brasil pelo recente chamado “provão”, testes rigorosos de controle de qualidade aplicados objetivamente pelo Ministério de Educação de todo o território nacional. Pela Universidade de Brasília pode começar um programa de registros também físicos:

placas comemorativas nos locais de fundação da própria UnB com os nomes dos primeiros dos seus pioneiros; outro tanto nas superquadras, onde, por exemplo, residiu Clarice Lispector, pouca gente sabe que ela sobre Brasília escreveu uma das suas mais sentidas páginas; ou mesmo nas cidades-satélites, numa delas faleceu obscuramente o também escritor Samuel Rawet.

Dá se partiria para uma antologia literária brasiliense, de novo em colaboração com a UnB, de modo a incluir e divulgar entre os alunos da rede oficial e particular os textos considerados já clássicos de Clarice a Rawet e outros e outros, de novo por exemplo os de Joaquim Cardoso, um dos poetas maiores modernos do Brasil e não só o principal engenheiro calculista das primeiras construções desta cidade, graças a ele nisso também única.

Sempre fazendo o que pode, até mais do que pode, o Instituto Histórico e Geográfico Distrito Federal mantém um museu em geral, um museu da imagem e do som, uma Exposição permanente sobre nosso fundador maior Juscelino Kubitschek e duas bibliotecas, uma para pesquisa histórica e pedagógica, outra recreativa, aberta a todos os usuário, além de publicar revista própria e opúsculos.

Estas instalações materias muito devem à presidência Guido Mondim e animação cultural ao atual diretor-presidente, nosso Affonso Heliodoro dos Santos, modelar na sua inquebrantável fidelidade a Brasília, da qual é um dos fundadores ao lado do Presidente Kubitschek, a cuja perene recordação devota culto patriótico à frente da direção do memorial JK. Sucessor do também presidente Adirson de Vasconcelos.

Agora neste Instituto, em suas instalações de arquitetura moderna começando a se tornar vetustas porque o tempo passa muito rápido, ingressa outra leva de sócios acadêmicos. Vêm de vários pontos do Brasil, até do exterior, por Brasília optando para sempre.

É o Embaixador Nestor dos Santos Lima, nascido em Natal no Rio Grande do Norte; estudos primários, como então se dizia, naquela cidade, secundários no Ateneu Norte-Rio-Grandense e Ginásio Pernambucano daquela outrora exemplar rede estadual de colégios que tinha no Pedro II do Rio de Janeiro seu modelo. Em seguida vai à Faculdade de Direito do Recife onde se gradua, depois no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores naquele tempo no Rio de Janeiro. Faculdade de Direito do Recife por nós seus alunos e ex-alunos sempre discípulos, chamada de Casa de Tobias Barreto e Castro Alves, que por ali passaram dentre muitos; Ministério das Relações Exteriores também por análoga homenagem denominado Casa de Rio Branco, não só o Instituto.

Dele sai jovem secretário Nestor dos Santos Lima, passando a servir sucessivamente na Iugoslávia, México, Guatemala, Egito, Dinamarca, Japão, Venezuela e, já embaixador, no Suriname e República Dominicana.

Ao longo do caminho, Nestor dos Santos Lima nunca deixou de escrever: *Evocação de Ribeiro Couto*, testemunho de perto do escritor-diplomata, seu primeiro chefe embaixador, retrato humano intelectual: além deste livro, *A Terceira América* sobre a divisão entre Américas Culturais, América Hispânica e a Portuguesa; *Caminhos da Integração*, prevendo desde 1974 o processo que depois adviria; *Topics as Habitat of Man* escrito e publicado em Paramaribo com suas experiências de mais esta América, urgindo aproximação e ajuda como se vê noutro livro seu pioneiro a respeito, *Mutirão para Suriname* editado pelo Senado Federal em Brasília.

Nestor dos Santos Lima vem comparecendo a vários jornais como colaborador: *A Republica* de Natal, *O Liberal* de Belém, *O Jornal* do Rio de Janeiro e o *Correio Braziliense* de Brasília, Nestor dos Santos Lima ora ocupa a cadeira acadêmica nº 17 sob o patrono Augusto Tasso Fragoso, militar político e Historiador, no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Jarbas Silva Marques é, por sua vez, o retrato paradigmático do jornalista de uma época brasileira: mineiro de Monte Carmelo; curso primário em Campinas, Goiânia e Goiás Velho, ginásial na Escola técnica de Goiás, ali também frequenta o Liceu.

Aos dezesseis anos já se sagra vencedor em torneio de oratória e inicia vida de político estudantil e precoce jornalista no *Cinco de Março*, passando a colaborar na imprensa popular *Classe Operária*, *Terra Livre* e *Novos Rumos*. Aos dezoito anos é nomeado diretor de sede da Associação Goiana de Imprensa. Em 1963 está na equipe de reportagem do jornal *O Quarto Poder* da Imprensa Universitária da Universidade Federal de Goiás, de cuja Rádio Universitária também faz parte.

Preso em 1964 por sua atividade jornalística, muda-se para Brasília onde continua atividades, a partir daí clandestinas, mas se matricula no curso de formação de professores do ministério da Educação e Cultura, obtendo o registro como professor de Elementos de Economia. Presta concurso em 1966 na Fundação Educacional do Distrito Federal e obtém o primeiro lugar.

Passa a lecionar Elementos de Economia, História Administrativa do Brasil e Prática de Escritório e Escrituração Mercantil, quando é de novo preso em 1967, ficando detido até 1977.

Após sair da prisão, retorna ao jornalismo e Goiânia, em Brasília no *Jornal de Brasília*, Ordem dos advogados do Brasil, revista *Isto é, Correio Braziliense*. Funda e Edita o jornal *Voz de Luziânia*, em seguida o *Jornal do Entorno* também ali.

Anistiado. É colocado à disposição da Fundação Cultural do Distrito Federal para formular um projeto de resgate da pré-história de Brasília e do movimento mudancista. Em 1988 encontra-se no Núcleo de Tele-Educação da Fundação Educacional do Distrito Federal como programador, roteirista e pesquisador. Em 1989 é assessor especial do governador do Distrito Federal, coordenador do Grupo Especial do Assentamento da Vila Planalto e em 1992 secretário-adjunto da Secretaria do Estado e Reforma Administrativa do DF. Após exercer a coordenação de pesquisa da SEADE em 1993, é nomeado gerente de pesquisa do Arquivo Público do Distrito Federal em 1996.

O apego à recordação a Goiás o faz lá voltar requisitado pelo Governo do Estado, para exercer também lá o cargo de coordenador do Entorno e do Nordeste Goiano da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás e em 1996. A aposentadoria como professor da Fundação Educacional do Distrito Federal em 1996.

A vida de Jarbas Marques caracteriza-se pelo seu gênero de fidelidade, a fidelidade à terra goiana e brasiliense, para onde veio tão cedo e permaneceu tanto tempo; fidelidade também ao sonho e ao ideal, que o fazem continuar sempre jovem, como demonstra o seu riso permanente, a mesma simpatia inclusive nos debates mais importantes.

Jarbas Silva Marques ora ocupa a cadeira acadêmica nº 37 sob o patrono Alcides Ramos Jubé, professor e político que chegou mais de uma vez a governador de Goiás, por isso lembrado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

A fascinação pelo jornalismo: quem conheceu por dentro uma redação, com certeza jamais a esquece. Aldo Vinholes de Magalhães é deste grupo de empossados quem mais totalmente ao longo de toda a vida à imprensa se dedicou, mesmo tendo de início se dedicado à advocacia.

Já na sua terra gaúcha colaborava com o *Jornal do Dia*, *Folha da Tarde*, *Correio do Povo* e *Rádio Guaíba*. Em seguida, em Brasília, aqui implantou a representação da Companhia Jornalística Caldas Júnior. Na mesma época ainda aqui representou a Editora Globo, quando dos irmãos Bertaso, e a distribuidora Catavento. Na secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul foi fundador da Divisão de Cultura, como diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa e do Cinema Educativo.

Com sua experiência pôde ensinar no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, de cujo reitor foi assessor e onde coordenou o primeiro curso de Estudos Brasileiros, depois matéria regular. Tornou-se um dos fundadores do curso de Comunicação do CEUB, ali chefiou este Departamento e assessorou a diretoria, até assumir a cargo de assessor do gabinete do Ministro da Educação como chefe da Divisão de Imprensa.

O jornalista é o principal testemunho do tempo, Gilberto Freyre foi o primeiro a usar notícias de jornal como uma das fontes primárias de estudos sociólogos, antropológicos e históricos no Brasil. As reportagens, os artigos, as crônicas de Vinholes de Magalhães têm bastante sensibilidade para se incorporarem aos documentos vividos da nossa história brasileira.

O magistério é o que mais aproxima do jornalismo, são os casos de Aldo Vinholes, Jarbas Marques e José Antônio Prates entre nós, este último dentro e fora do Brasil, ao colaborar nas revistas *Educación Popular* em América Latina e *Argumentos para el Diálogo Popular*.

José Antônio Prates é mineiro de Salinas. Conforme dele escreveu Rubem Azevedo Lima, Prates “sempre afirmou que aprendeu com o tropeiro seu pai o caminho da vida. O resto foi só confirmação e desdobramento”. Não por acaso Guimarães Rosa é da mesma opinião pelas bocas de Riobaldo e Diadorim.

Da Agronomia de Barbacena e Arquitetura de Brasília, José Antônio Prates completou-se pelo Urbanismo na Universidade de Vinennes, França, e principalmente pela inovadora Pedagogia de Paulo Freire, também meu dileto amigo, do que ele dá prova nas generosas referências ‘que me faz no livro *Cartas a Cristina*. Pedagogia política no sentido humanista da palavra, contribuindo para iluminar tantos, entre eles o jovem Prates com sua vocação política afirmada desde os precoces, amadurecidos, tempos de secretário da Executiva Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, e presidência do Diretório Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo de Brasília.

A fidelidade também aos seus sonhos e ideais levou-o, após 1964, ao Peru, então na sua fase renovadora, lá desempenhou várias assessorias, dali prosseguiu à França, de cuja CGT pertenceu numa seção sindical metalúrgica em Paris.

A África foi o caminho de volta ao Brasil. Ao longo de dois anos, coordenou o Centro de Formação e Preparação de professores de Guiné-Bissau, donde tanto se irradiou o método Paulo Freire de alfabetização com humanismo. Ali Prates publicou seu livro de contos infantis *A Ilha do Rei*. Linha muito bem aprendida e retransmitida por

José Antônio Prates, como se vê no seu *Queremos Formação e não Formatura*. Na mesma linha, publicara *Concientización e Desescolarización* em Buenos Aires e *A Escola do Povo* que nos faz evocar o Anísio Teixeira de *Educação não é Privilégio*.

De retorno ao Brasil, José Antônio Prates coordenou e dirigiu projetos e movimentos sociais e educacionais, foi assessor-chefe de planejamento da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, uma das regiões mais pobres do Brasil, diretor e fundador do Implantar (Instituto Mineiro de Planejamento e Assessoria, Consultoria e Projetos), em Belo Horizonte, e assessor especial da Secretaria de Educação deste estado. A demais de assessor especial da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal e chefe de gabinete da sua presidência.

Nenhuma melhor cadeira em nosso Instituto para José Antônio Prates que a de número 29, pois, com Darcy Ribeiro como patrono. De hoje em diante ele é sua, por herança intelectual.

A atração pelo jornalismo e a historiografia estende-se aos técnicos, também deles o nosso Instituto precisa, de cartógrafos como Adalberto Lassance de Albuquerque e engenheiros eletrônicos como Argemiro José Cardoso: nosso Instituto é de História e Geografia, e Cartografia e a Informática não nos podem ser estranhas em nossas funções e missões. Adalberto Lassance – catarinense de Blumenau, goiano adotado e candango por vocação – Adalberto Lassance de Albuquerque começou como repórter no jornal *O Dia* do Rio de Janeiro e Argemiro Cardoso fundou e dirigiu o jornal *O Bandeirante* na sua Goiás, mais que nossa vizinha, tendo conhecido de perto os bandeirantes do século XX Bernardo Sayão, Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek. Ocupa a cadeira 39 com Alceu Amoroso Lima por patrono.

Adalberto Lassance iniciou-se muito cedo, jovem conscrito, em Cartografia na Diretoria do Serviço Geográfico do Exército no Rio de Janeiro, foi topógrafo e desenhista da NOVACAP em sua fase mais pioneira, tomou parte na elaboração do primeiro mapeamento cadastral do Distrito Federal e a ele se deve, como responsável de elaboração, o primeiro mapa rodoviário deste Distrito. Também em Brasília foi co-autor do projeto e responsável pela implementação e atualização de todo a sistema cartográfico do Distrito Federal.

Incansável, estendeu seus trabalhos ao Piauí, Goiás, Pará, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Mato Grosso do Sul.

Presidiu e foi membro de inúmeros Grupos de Trabalho nas mais diversas áreas da administração de Brasília. Para tanto se

aperfeiçoou na Alemanha, Espanha, Holanda e Inglaterra em missões oficiais, Sua ação prática está documentadas em publicações as mais diversas. Encontra-se em fase de edição a obra de sua autoria *O Distrito Federal sem Mistérios*, cujo tema principal objetiva esclarecer e divulgar as singularidades de Brasília e do Distrito Federal no contexto da organização político-administrativa brasileira.

Sua a cadeira 38, Antonio Américo do Brasil o seu patrono, em nosso Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Outro goiano, Argemiro José Cardoso, entra numa instituição brasiliense como prolongamento da sua terra natal. É o engenheiro além dos especialismos, chegou à literatura tendo passado pela política. Escreveu porque viveu a *Canção da Vida*, noutro tipo de iluminação, por dentro do ser humano. Fundador do Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal, consegue, como vários de nós provindos da área humanística, ser membro de academias de letras. A sua escolha de Cora Coralina no patronato da cadeira 2 da nossa Academia, é muito sintomática do seu apego às raízes.

Na cadeira 101, patrono Ernesto Silva a quem temos o privilégio, de contarmos ainda hoje conosco, na cadeira 101 toma também agora posse Clodomir Padilha Alves da Silva igualmente no espírito geográfico do nosso Instituto: economista e meteorologista com várias missões científicas no Brasil e no exterior, vice-diretor da Meteorologia Nacional, conselheiro da organização meteorológica mundial com sede em Jendira. Foi professor da Aeronáutica por mais de dez anos.

Deixei intencionalmente para falar de mim próprio por último. Também não tenho patrono por acaso, eu próprio escolhi Joaquim Nabuco. À sua maneira cedo saí do Recife, mas para a Europa, depois para Brasília como outrora se ia para outra capital, o Rio de Janeiro, com missões diferentes. Mas cujos sentidos se cruzam: estudar, pesquisar, escrever, publicar, ensinando ele mais pela tribuna popular que eu pela cátedra universitária. O itinerário dele pela França, Inglaterra, Estados Unidos, o meu ainda pelas Estados Unidos, porém principalmente pela Alemanha.

Não se é juiz adequado em causa própria.

Prefiro deixar falar sobre mim quem me saúda.

Da minha parte só tenho a agradecer ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e ao seu Presidente, nosso grande Presidente, Affonso Heliodoro dos Santos, pela graça desta nova convivência, iniciada tão bem numa noite tão magnífica.



# **CRÔNICA DE UM OTIMISTA INABALÁVEL, AOS 500 ANOS DO BRASIL**

NESTOR DOS SANTOS LIMA

## **Crônicas de um otimista inabalável, aos 500 anos de Brasil.**

### **I – De que se faz um otimismo lúcido**

Agora, aos 500 anos da aventura brasileira, alimentar um otimismo ingênuo seria inaceitável e difícil de sustentar diante do fracasso das elites brasileiras em satisfazer as aspirações mínimas de cada um dos brasileiros, dos 150 milhões que somos. Mas para um otimista que procure razões para sê-lo, há muito o que comemorar, desde que se construa uma perspectiva histórica do fio condutor que nos vem trazendo desde que as primeiras naveas portuguesas feriram as praias brasileiras na costa da Bahia, há quinhentos anos atrás. Isso não é concebível para os brasileiros recentemente radicados nestes brasis, que já encontraram aqui muito adiantado o processo secular de desbravamento conduzido pelos portugueses contra os fatores adversos, sejam humanos, sociais, culturais, naturais que foram se manifestando à medida que se efetuava a penetração do interior, para não falar na oposição externa movida pelos concorrentes que pretendiam também para si toda fração possível desse imenso território que se ia revelando à medida que o avanço português prosseguia ao norte, ao sul e a oeste do ponto de seu desembarque na costa atlântica do Brasil. Ademais, esse fio condutor a que me refiro será sempre invisível mesmo para os brasileiros de antiga radicação entre

nós mas cuja lealdade para com os invasores europeus os fez perder de vista a grande unidade que estava se esboçando aos poucos e só agora se revela mais nitidamente nas grandes concentrações de gente brasileira em que transparece o que se vinha constituindo séculos a fora, o povo brasileiro, pela fusão da etnia ameríndia, desprezada pelos portugueses, e a etnia negra trazida à força, que aos poucos foi descobrindo o seu caminho através da mistura de sangue com os primitivos donos da terra, ou tentando pela via do mulato que se podia casar com branca, conquistar finalmente o passaporte para a branquidade, carregando consigo a morenidade aceitável para os padrões flexíveis da atual sociedade brasileira do século XX, finalmente liberada das cargas negativas acumuladas em 400 anos de regime escravocrata e das peias com que o conservadorismo português freava o acesso a cidadania, viés que se tem acelerado neste último quarto de século XX, contra ventos e marés.

O meu inabalável otimismo lúcido sobre a inevitável vitória do povo brasileiro contra as barreiras do analfabetismo, a falta de objetividade de nossas elites no equacionamento dos grandes problemas coletivos brasileiros entre os quais avulta a fome, a incultura e a rapacidade dos setores burocráticos, nasce do fato de eu próprio ser mestiço de todos os sangues que se derramaram sobre estas terras brasílicas, particularmente o indígena, o negro e o português, a minha lealdade inclinou-me decididamente para a aliança índio e negro que eu vejo como o fio condutor de todas as transformações ocorridas no Brasil desde o descobrimento e nos últimos 50 anos, deram o salto qualitativo que se vê em Brasília, o estopim imaginado por Juscelino para explodir o Brasil central como é visível para qualquer observador situado neste privilegiado ponto do Brasil moderno, que vem se impondo apesar de tudo o que se possa fazer para detê-lo, sejam dos nossos opositores externos ou dos nossos contraditórios partidos internos que retalham a nossa capacidade de decidir e encontrar o remédio para nossas debilidades.

O meu otimismo, que penso ser lúcido e assim o desejo, funda-se no fato de eu próprio ter uma confusa aparência de mestiço, de branco, de negro e indígena, e de carregar comigo, na minha consciência e no meu comportamento social os sinais característicos psicológicos da profunda mestiçagem que me trouxe do obscuro fundo do poço da nossa história nacional de povo e de Nação. Nessa posição me tenho fortalecido depois de residir em Brasília, com uma população tão matizada, atraída de todo o território nacional, com moças brancas e belas, da estirpe mineira que se formou de contingentes galegos, da província da Galícia, em Portugal, tão próxima a nós e à Espanha, as esguias morenas de corte indígena, oriundas das raças nativas que se distribuía por esses ínvios

sertões onde brotam cidades, de estranhos e sonoros nomes como Paracatu, Jaraguá, Pirinópolis, Taguatinga, ou as novas gerações de negros e negras, amarronzados, altos e fortes, de lábios generosos encontradiços em todos os cantos desta cidade que Lúcio Costa fez sem esquinas, esses morenos que começam felizmente a atrair a preferência das “galegas” contra as imagens dos soberbos homens com que o cinema estrangeiro vem povoando a imaginação das mulheres jovens do Brasil.

Brasília, a cidade, é um convite para acreditar e ser otimista, apesar da paradoxal vagarosidade com que a qualidade de vida muda, tanto havendo o que fazer e todos o reclamam. É que Roma não se fez num dia. As cidades grandes do primeiro mundo levaram centenas e milhares de anos para aparentarem seu estado de hoje, depois das destruições que sofreram dos seus aliados e dos seus inimigos durante a Segunda Guerra Mundial. E os insatisfeitos brasileiros de hoje não levam em conta, injustificadamente, que a evolução das cidades brasileiras não rechassou nenhum dos contingentes populacionais do país, ao contrário, os englobou requerendo um esforço dobrado para os arrastarmos em direção ao futuro que os quer, desde que educados, treinados para enfrentar as sociedades altamente tecnificadas que nos aguardam no amanhã.

## **II – Meu endereço em Brasília**

Quando as notícias oficiais começaram a pipocar pelos telexes e pelos boletins oficiais, logo que cheguei em México (no México, para atender ao espírito da língua, como me aconselhava o Ribeiro Couto, que ficara desolado em Belgrado quando parti para o Planalto azteca, no começo de 1954) fiquei atraído pela intrepidez do projeto que iria abalar o Brasil dos meados do século XX. Eu andava desnorteado desde que um candidato chamado Kubitschek ganhara a eleição presidencial para um candidato como Távora, nome da mais funda tradição na política brasileira desde a revolução de 1930, quando menino, eu o vira passar de lenço vermelho no pescoço nas ruas do Alecrim da minha amada cidade de Natal, naqueles dias de outubro do ano da revolução liberal do Brasil, que rapidamente se tornaria autoritária por muitos anos sob a férula do Getúlio, a quem não podemos deixar de chamar um estadista. Seria capaz o Governo Federal sob Kubitschek de levar a cabo tão ambicioso e transformador plano de transferência da capital federal para o interior, arrancando-a da rapidez e da moleza da burocracia nacional, de tradição portuguesa e de costumes formados na fachada de Copacabana aberta sobre o mar e sobre a Europa do outro lado? Valia a pergunta.

Mas de outro lado, aparece-me um candidato a arquiteto, informado a fundo sobre Brasília, que me desafia a irmos pelas universidades mexicanas a espalhar o plano de Brasília e rebater as objeções da mocidade mexicana que propunha ao Brasil uma solução de centenas de pequenas cidades em vez de uma faraônica cidade capital para o nosso país, posto que a propaganda comunista se alastrava na América Latina nas universidades mexicanas e tudo se referia antes às idéias anticapitalistas de Marx em face de um plano de uma cidade confiante no papel que teria a empresa privada na sua concretização. Iríamos bater de frente com estudantes, como de fato aconteceu, dando-nos a oportunidade, a mim e ao tal arquiteto ainda não graduado, Gladson da Rocha Pimentel sobretudo a ele, para abrir debates homéricos contra as idéias do estudantado universitário do grande país indígena da América Setentrional. Aí a imagem do gesto do Juscelino ia tomando conta de mim avassaladoramente. Acabada a rodada pelo México, Gladson me comunica que voltaria imediatamente para o Brasil para radicar-se em Brasília, como efetivamente o fez, porque, me dizia, “esse Juscelino é um grande homem e vai fazer Brasília e eu quero participar da equipe do Niemeyer”, como efetivamente sucedeu.

Enquanto eu e o arquiteto andávamos em Monterrey, Guadalajara e outras cidades do México, no Embaixada do Brasil ia-se discutindo Brasília, como o tradicional ceticismo que marca os nossos meios diplomáticos em relação às iniciativas políticas brasileiras que vemos fracassar por falta de vontade política e de coordenação e planejamento firmes, incompatíveis com governos que se substituem de 4 em 4 anos ou de 5 em 5 anos, para não dar tempo ao poder público ser eficaz. Até parece ser proposital. E Juscelino tinha justo esse tempo para fazer, instalar e pôr a funcionar Brasília, contra o pessimismo generalizado e interessado das elites radicadas junto ao mar, ciosas de não perder suas vantagens adquiridas ou mal adquiridas, como tem sido sempre o caso.

Minha fé em Brasília crescia dentro de mim a medida em que o tempo passava. Mas para os meus colegas era vista como a expressão de minha brasilidade incuravelmente otimista, de um jovem diplomata da terra de Cascudo, aquele provinciano também incurável cuja obra concebida e realizada na pequena capital do Estado do Rio Grande do Norte, não deixa de assombrar o Brasil e o mundo, a medida em que é conhecida e divulgada. Na verdade eu e Cascudo só tínhamos em comum a firmeza de nossos defeitos ou qualidades, conforme o leitor queira classifica-las. Do meu lado era meu otimismo sobre o Brasil; do lado do Cascudo, era seu provincianismo incurável, que não cedia as mais

apetecedoras propostas para afastar-se das rotinas limitadas de sua profunda e criadora vida provinciana em Natal.

Murmurava-se a boca pequena, nos círculos da Embaixada, que tudo sobre Brasília era propaganda sobre uma grande especulação imobiliária que beneficiaria a poucos. Dos outros lados veio-me um pensamento sinistro de um Embaixador norte-Americano que me perguntou se eu conhecia um pensamento de George Washington segundo o qual os Governos que se endividam, perdem a soberania... como pressagiando os problemas financeiros do Brasil neste fim de século, frente ao endividamento do país que nos está sendo cobrado, com perigo evidente para nossa segurança. Mas eram 40 anos antes que a crise de hoje se apresentasse para dar razão ao velho George Washington. E o problema era muito maior do que eu. O fato é que a discussão sobre Brasília pegou fogo na Embaixada quando chegou a proposta da NOVACAP para vender-nos títulos descontáveis em terrenos que nos seriam vendidos posteriormente. A reação foi negativa, menos do meu lado, para a surpresa geral. Declarei a todos que iria aceitar a oferta da NOVACAP, aplicar minhas economias na proposta dela, porque achava que o passo para construir Brasília dado por Juscelino era irretroatável, para qualquer governo que o substituísse. Disseram-me que Juscelino era um adorável pândego, dançador de valsas, homem que não poderia ser levado a sério. Mas eu continuei firme, com otimismo e fé, no desenrolar da história do Brasil no meu tempo. E tudo deu certo.

A verdade é que, quando visitei posteriormente o lote que me prometera a NOVACAP, e que eu estava pagando com os meus desvalorizados cruzeirinhos, tomei um choque que abalou meu otimismo... Eu estava no centro de um enorme matagal, num terreno inclinado. Ao jovem engenheiro que me acompanhou ao local, confie-lhe meu temor de construir minha casa numa floresta daquelas e em terreno com a declividade de uma pirâmbeira, na linguagem do mestre Oswaldo Lamartine. O engenheiro falou-me de um misterioso lago que iria bordar a área onde eu deveria construir minha residência. Era então 1956, e não se percebia nem sinal desse misterioso lago que surgiria para enfeitar minha futura residência. Não viria o tal lago a cobrir a minha casa? Não, assegurou-me. O lago ficaria ao pé do declive. Jamais atingiria minha casa. Ali era a cota mil... Tive que acreditar, tal era a segurança do meu interlocutor e concordei. Ainda procurei um arquiteto, o mesmo Gladson da Rocha Pimentel, já então graduado em Arquitetura e Urbanismo que confirmou as encorajadoras perspectivas avançadas pelo homenzinho da NOVACAP. Estávamos no último quartel do século XX. Com uma perspectiva de 20 anos pela frente, decidi construir a

minha última morada e parti para arranjar o dinheiro, mobilizando economias, empréstimos e rendas para financiar a construção que teria 400 metros quadrados, porque minha mulher ao saber que eu queria construir 500 metros quadrados, ponderara: “Quando viermos morar nessa casa estaremos aposentados, com renda baixa. Quem irá limpar esse casarão? Façamo-lo menor”. E ficou em 400 metros. Já tinha o arquiteto em quem confiar. Era começar. Em três anos estaria pronta, sem escadas, toda aberta para a paisagem, de frente para o lago, simples, boa, de material de primeira classe mas não de luxo, porque sempre tive horror ao luxo... A casa seria para um Embaixador aposentado com mulher e a filha, quando ela quisesse vir para Brasília.

Em 1991, vim morar no Lago Sul no que se transformou, de uma pirambeira dentro de mato fechado, numa residência que recebeu o número 20, numa ponta de picolé com acesso ao lago, com o seguinte endereço numa das zonas mais prestigiadas de Brasília:

*SHIS QL 12 Conjunto 1 O Casa 20 LAGO SUL*

*BRASÍLIA D. F. CEP 71630-305 BRASÍLIA*

*TEL. 248. 1470*

*A fé move montanhas. E com otimismo se vencem obstáculos e incertezas.*

### **III – O papel do futebol nesses 500 anos**

Brasília hoje, ao completarem-se os 500 anos desde a descoberta do Brasil em 1500, já é um êxito técnico, cultural humano, social apesar dos seus problemas que governos incompetentes tardam em resolver. Meu otimismo, porém sempre aceso para captar novos impulsos, acaba de receber no fim deste século um tremendo empurrão com as seguidas vitórias mundiais da nossa seleção nacional nas copas do mundo que conseguimos arrebatamos até quatro vezes, se os franceses não nos atrapalhassem no momento difícil por que passava o Ronaldinho. Cabe aqui exaltar a função civilizadora do futebol, com a permissão dos que pensam que jogo de bola é só brinquedo de menino pobre. Não. É muito mais do que isso, vamos ver.

Desde antes do descobrimento, os brasileiros já jogavam com bolas de borracha nos seus folguedos coletivos, prenuncio do futebol que seria trazido para o Brasil neste século pelos imigrantes ingleses vindos para São Paulo. Em todas as cidades brasileiras, nos seus subúrbios mais pobres, desde sempre se jogavam peladas, nas ruas poeirentas, com bolas feitas de meias de mulher cheias de retalhos ou de molambos, ou como os franceses na Idade Média que jogavam “peladas” com bexigas

de boi cheias de ar, em verdadeiras batalhas campais entre grupos de centenas de pessoas, em campos abertos onde estavam marcadas as traves do gol, na mesma indisciplina com que jogávamos nossas peladas nas praias ou ruas poeirentas dos subúrbios de Natal na década de 20 do século XX ora terminando, ou onde houvesse espaço para nossas correrias; ou nas praias, depois que pudemos adquirir as bolas de borracha, mais baratas do que as de couro; e mais próprias do que essas, pois não se molhavam.

O tempo passou, o futebol foi-se organizando, os técnicos aprendendo as regras de “associação”, que davam aos ingleses a primazia, ou já mais próximos de nós, os argentinos que aprenderam dos ingleses e nos ultrapassaram nos inícios deste século e foram-se equilibrando conosco na medida em que podíamos utilizar treinadores argentinos ou uruguaios para melhorar os nossos plantéis. Mas as lições de tática e estratégia não passaram despercebidas aos nossos jogadores, nem às nossa torcidas, e passaram a ser instrumentadas pelos nossos técnicos de futebol e nem tampouco escaparam ao líder trabalhista Leonel Brizola quando instituiu os grupos de “onze” para suas ações políticas, servindo-se do futebol para passar-lhes a lição da tática de grupos de ação limitada. Estava penetrando no povo a grande escola do futebol que consistia em montar um espetáculo com regras respeitadas e, por pressão do público, mostrar ser possível uma justiça rápida e cada vez mais igualitária, como nunca se vira em nosso país onde tudo apenas se iniciava. E tudo deu certo neste fim de século com as 4 copas do mundo em nossas mãos.

Foi com o futebol que aprendemos a quebrar nossos complexos de inferioridade diante do mundo dos louros, a quem aprendemos a vencer limpamente, desde que nos organizássemos como eles o fazem, economicamente, sanitariamente e tecnicamente. Descobrimos que, povo por povo, nós somos iguais e às vezes melhores do que os outros, sem deixarmos de ser um povo de mestiços de negros, índios e brancos, que a muitos pensadores parecia um impedimento para qualquer forma de protagonismo cultural ou social. No Brasil, a prática do futebol demonstrou ser um fator incomparável quando entregue a um povo subdesenvolvido, com vocação para o progresso, como o é o povo brasileiro, voltado ao desenvolvimento também pela composição mestiça de nossa gente, formada desde 1 500 pela aliança negro plus indígena, forçada pelos colonizadores portugueses que desprezavam os dois a quem não atribuíam a condição humana pela tradição racista européia que negava a alma a um como ao outro. Dominava no século XVI na área portuguesa, espanhola, italiana e francesa a mentalidade contrareformista que dividira o ocidente europeu após a Reforma, e como tal chegara às

terras brasileiras nas naus do navegador Cabral. Para eles, os companheiros de Cabral, os negros e os indígenas escuros de pele não tinham alma pelo que eram assimilados aos animais e como tal tratados. Por seu lado, negros e os indígenas foram convergindo uns para os outros, por comunidade de interesses, e se uniram para formar o povo brasileiro e fazer a história do Brasil, como finalmente Darcy Ribeiro, o genial Historiador e antropólogo brasileiro, pouco antes de sua morte em 1999, faria as elites reacionárias do Brasil aceitarem com fato indiscutível que indígena e negro são gente, feitos à imagem e semelhança de Deus, obedecendo à tradição por que lutaram os frades Montesinos e Bartolomeu de las Casas no Caribe e o padre Antonio Vieira, no Brasil. E o caminho se foi abrindo para a influência do mestiço no quadro nacional do Brasil, ajudado pelas facilidades democráticas que vieram espoucar na proclamação da República em 1889 quando se iniciou a compreensão do que são os direitos do homem e o que significou para nós a falta de alteridade no elenco de nossas preocupações e anseios nacionais.

Neste quadro, o futebol, a partir do século XX, pós-monárquico e depois da revolução de 30 – liberal, com laivos de autoritarismo, – foi abrindo os seus quadros a negros e mestiços, hoje predominantes neste fim de século, quando pela primeira vez, uma seleção nacional formada só de negros e mestiços bateu fragorosamente a equipe da Alemanha exclusivamente formada por tipos caucasianos, por 4x0 no estádio de Guadalajara, México, no mesmo estádio onde vencemos a primeira copa mundial de futebol. Ali mostrou-se definitivamente que treinados e bem cuidados, e bem instruídos os brasileiros são iguais a quaisquer outros humanos, sejam donde forem, seja de que cor de pele ostentem, de modo a não mais permitir que se discutam os homens sob o prisma da superioridade racial, mas sim pelo que sabem fazer com a herança que Deus lhes legou.

Ademais e finalmente, o futebol forneceu ao brasileiro a visão de um campo democrático ideal onde impera a justiça e onde todos os jogadores são iguais, visão que a realidade brasileira tal como foi concebida pelas nossas elites mais a serviço dos objetivos dos poderosos estrangeiros – de quem formaram uma elite local nitidamente de caráter consular, – do que voltada para o desenvolvimento das nossas potencialidades como povo e como cultura. E a resposta do povo já foi formulada. O nosso povo já produziu um homem sem mancha, de pura dignidade como empresário e como atleta, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, enquanto que as nossas elites vão de fracasso em fracasso, incapazes de produzir homens do calibre do Pelé, em suas especialidades respectivas. A crescente insatisfação nacional pela justiça que possuímos,

representada por uma imagem de uma senhora de olhos vendados para não ver os despautérios que vem acobertando, ao ponto de termos conseguido neste século sermos a sociedade em que impera a maior injustiça social do mundo, onde a repartição da riqueza é a mais injusta do universo, tudo de acordo com a nossa justiça de olhos vendados que justifica, só por essa razão, o descalabro judicial dos dias que correm e que ninguém está mais obrigado a suportar. Daí a fascinação dos estádios de futebol, onde homens se batem limpamente, e as faltas são pagas religiosamente, sem possibilidade de enganação nem de omissão, fiscalizada pelos olhos da televisão que tudo escrutiniza sem perdão.

A justiça do Futebol mesmeriza a atenção das massas nos estádios. É a fascinação por algo que nunca se viu antes no nosso país: a Justiça em ação. O exemplo do futebol, chegaremos lá, esperamos com fé!

#### **IV – Uma cadela vira-lata e o preconceito contra o mestiço**

Não diferentemente das outras comunidades modernas formadas sob a cultura ocidental, o povo de Brasília, particularmente os que amealharam algum dinheiro na epopéia da construção apressada da NOVACAP, esse pessoal dá grande valor aos cães de raça, especialmente aqueles que mostram sua ferocidade nata para as pessoas não brancas, se pobremente vestidas. Na sua miopia canina, ganha do contato com pessoas intolerantes ou eivadas de preconceito racial, ou social, homens e cães de raça confundem os pobres com marginais e bandidos, no mesmo erro em que incidem os policiais no seu jargão de serviço em que quem não aparenta sinais de êxito econômico é “elemento”, logo suspeito de estar fazendo algo errado, em princípio, no juízo dos membros de sua corporações respectivas. Daí a generalizada preocupação de armar-se a gente com cães de raça, lobos, dálmatas, pitt bulls, cães japoneses do Ártico, etc., espécies que podem ser treinadas para hostilizar, atacar e matar pessoas quando são mandados fazê-lo. Os “kennel club” de Brasília, dentro desse viés, se vão especializando nos tipos mais ferozes da raça canina, e ultimamente descobriram os famosos “pitt bull” de origem anglo-escocesa, valentes, lutadores, capazes de saltar na garganta de quem os ouse enfrentar.

Diz-se por aí, que a raça humana tem dois tipos de inclinação para o mundo animal, os “auau” e os “miau”, referindo-se à preferência que se revela entre os humanos por um e por outro mundo dos cães e gatos. Alinhei-me desde criança ao lado dos “miaus”, dos bichanos, e até hoje são figuras indispensáveis nas casa onde tenho vivido, e ainda

não os tenho largado na última virada de vida. Como os portugueses, nossos ancestrais para o bom e para o mau, acredito que “casa sem gato é casa de velhaco” provavelmente em atenção à suprema qualidade dos gatos de serem apreciados pelo que são, não pelo que fazem. Ademais, os gatos, diferentemente dos cães, não podem aprender maldades ensinadas pelo homem. Pode ser que sejam incapazes de aprender o que lhes ensinam, a não ser boas maneiras para viver dentro de casa. Eles sabem ou não sabem. Que diferença dos cães que aprendem tudo o que se lhes ensina, sobretudo o mal, como souberam fazer os proprietários de escravos e seus cães filas ou treinadores nazistas com seus lobos alemães para guardar prisioneiros. Isto posto, tendo criado gatos, nós e minha mulher os oferecemos aos eventuais interessados ou diretamente ou pela imprensa. São sempre da raça brasileira mestiça que se identifica pelas letras S. R. D (sem raça definida), aliás como a maioria do nosso povo. E não precisa ir longe. O Brasil está se tornando um paraíso para mestiços humanos e animais.

Mas só neste instante, aos fins do século XX, explodiu a imagem da Catita nas manchetes da imprensa escrita e televisionada. Vou te contar...

No mês de agosto da era do FHC, no vigésimo século dos tempos do Senhor, digo, até então nenhum animal mestiço tinha merecido a desfilar nas passarelas dos clubes caninos com os quais se diverte a gente bem desta capital, a quem os jornais chamam de a Corte. Todas as honras vão para os exemplares nórdicos, os campeões alemães e ingleses, na linha da admiração local pelas louríssimas misses que se elegem frequentemente nos concursos de beleza. Os mestiços, sejam homens ou mulheres, não se qualificam para tanto. Assim, a Catita, cadela mestiça da vizinhança, passava seus lentos dias sem a preocupação com os concursos dos “kennel club” locais, dedicada periodicamente à tarefa de produzir novas levas de mesticinhos. Nesta tarefa estava ela com sua mais recente ninhada a prodigalizar-lhes seus carinhos de mãe extremosa quando vê dois jovens cães da raça “pitt bulls” saírem de uma residência local, se lançarem sobre duas crianças que brincavam na rua e começaram a mordê-los com fúria assassina de sua espécie, sem que ninguém interviesse por medo ou por prudência. A Catita não hesitou um só momento. Largou a filharada e atacou os “pitt bulls” atracando-se com eles numa feroz luta que os distraiu das crianças a que já haviam feito graves danos, mas não foram capazes de derrotar a Catita, que os afugentou finalmente. Depois, muito ferida, voltou para junto dos seus pimpolhos, e para os cuidados que merecia da parte de seus donos e do veterinário. Catita havia salvado a vida dos garotos contra a sede de sangue dos “pitt bulls”.

No mesmo dia a imagem da Catita já estava na televisão e nas manchetes dos jornais de Brasília, privilégio que pela primeira vez, era concedido a uma cadela que, apesar de mestiça, havia salvo de morte certa os dois garotos imprudentes que quiseram brincar com os cachorros de raça de espírito mau.

Várias vezes a imprensa acompanhou a evolução do tratamento da Catita que quase tivera sua garganta cortada pela ferocidade inata dos “pitt bulls”.

O episódio da Catita apenas ilustra a evolução da mestiçagem generalizada que se acentua no Brasil apesar da cegueira com que não a vêem os preconceituosos amantes das raças puras que tem dificuldade de compreender esse aspecto da formação do povo brasileiro, quer seja a raça de bípedes que comanda a terra, ou as raças de gatos, papagaios, vacas, burros, cavalos etc... que se estão formando no Brasil para adaptarem-se a uma realidade que não conheciam antes.

## **V – A falta de perspectiva histórica**

Gostei muito de uma frase ouvida nos meios especializados em história nacional segundo a qual “Quem não sabe donde vem, não pode imaginar para onde vai”. A filosofia imbutida nestas 10 palavras deu-me a chave para compreender a tremenda lacuna que se revela atualmente nos brasileiros comuns quando se trata de discutir o avanço e os outros aspectos que nos inferiorizam na comparação com velhas culturas já consolidadas há centenas ou milhares de anos. Na defesa de nossas debilidades, nós, brasileiros, não temos um pensamento comum articulado para a ele recorrermos por falta precisamente de uma perspectiva histórica do nosso breve arrastar-se, por esses 500 últimos anos já comprometidos parcialmente até o ano 2. 000, que só poderia resultar de uma profunda meditação coletiva por ocasião deste 500º aniversário do descobrimento de nossas terras e gentes, ocultas na bruma das distâncias que nos separavam dos faróis da civilização já montados na Europa e no Oriente Médio, desde antes do Cristo nascer.

Vale recordar aqui uma conversa emblemática entabulada com um jovem que, na área do Santuário de Dom Bosco na estrada para a barragem sobre o Paranoá, diante daquele vasto horizonte de águas azuis se queixava do atraso do Brasil e da falta de dinamismo dos brasileiros. Não podendo escapar ao desafio perguntei-lhe quantos anos tinha. “Vinte e dois anos”, respondeu. Tenho três vezes e mais do que sua idade jovem, posso perguntar-lhe quem fez esse lago? Olhou-me espantado e disse “foi Deus”. Boa oportunidade para alargar-lhe o horizonte. Conte-lhe

em poucas palavras a saga da fundação de Brasília e da epopéia desencadeada pela liderança esclarecida do Presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira para, com o auxílio dos candangos que acorreram de todo o país ao seu grito, criar e pôr em pé todo o complexo atual de Brasília, como obra de todo um povo tocado pela atrevida decisão de um estadista que comandou o Brasil no início da última metade do século XX. Fi-lo voltar-se para aquela imensidão de águas e diante do horizonte dali descortinado, o jovem nada tinha mais que dizer. Quem fêz isso, completei. “Não foi Deus mas os brasileiros liderados por Juscelino, entendeu?” Era um brasileiro típico da geração pós Brasília, a quem faltava a perspectiva histórica para valorizar a maravilhosa obra levantada no meio do cerrado, a 1500 quilômetros do litoral onde começara a aventura nacional do Brasil de hoje.

Isso e outros eventos cujo significado intematizei para reforço de minha posição de otimista lúcido nas vésperas do 500º aniversário da chegada das nave de Cabral à Bahia, nas proximidades de Porto Seguro, onde começou o espraiamento português pela costa brasileira onde patinamos, como caranguejos, por 450 anos, empenhados em assegurar o domínio sobre um disputado litoral de mais de 7. 500 quilômetros. Só nos últimos 50 anos, por cima de obstáculos sem conta, de natureza física, a distância mental, o desinteresse das elites urbanizadas na costa e de fundo histórico que ainda hoje se revelam no debate ainda não encerrado sobre o acerto ou o erro de Juscelino de nos ter atraído para um novo ciclo de vida nacional nos chapadões que percorreram Guimarães Rosa, Darcy Ribeiro, Augusto Tasso Fragoso, João Pinheiro, Israel Pinheiro e tantos outros que deixaram marcada sua presença no Planalto Central do Brasil.

Para suprir em massa os elementos para uma perspectiva histórica suficiente para valorizar o que já foi feito no Brasil, e que não foi pouco, partindo do esfacelamento inicial dos conjuntos humanos que se aglomeravam – mas cuja consolidação era temida pelo colonizador interessado em batê-los enquanto desunidos – valeria a pena ensaiarmos criar espetáculos apropriados para ensejar a admiração por aqueles fatos positivos da nossa história de modo a mostrar o papel construtivo de pessoas ou grupos que exerceram durante o nosso período colonial. Para isso o teatro e o cinema teriam uma tarefa importante, desde que enquadrados por uma administração coadjuvante e com vistas bem definidas sobre o que é útil e o que é prejudicial ressaltar. Nessa tarefa, o próprio hino nacional, como o cantamos, longo, pesado, repetitivo, mereceria uma revisão, sem tocar na melodia mas refazendo as frases mais enfáticas sobre a superioridade do Brasil sobre os outros países.

Hoje sabemos que nossa pátria não tem sido tão gentil com todos os brasileiros. Nem o lirismo patrioteiro do tipo do Conde Afonso Celso não mais será adequado quando sabemos da realidade que nos cerca que não corresponde ao espírito do hino, nem tampouco o deleite de louvar a atitude estática do “berço esplêndido” parece não mais satisfatória, nem tampouco o uso de palavras dificilmente compreendidas e deletreadas pelas multidões semi-alfabetizadas. Em suma já é tempo de instrumentarmos novas visões para o povo novo que estamos formando com as novas gerações alfabetizadas e escolarizadas do nosso país. No caso do Hino Nacional, nas partidas internacionais de futebol, onde são cantados os hinos nacionais dos participantes, dá para notar a dificuldade dos nossos atletas terem uma atitude respeitosa uniforme para ouvir e cantar o Hino Nacional. Mas o pior é que são raros os que sabem todas as palavras do hino, ou as cantam com certeza, sabendo de que se trata. Evidencia-se nessas ocasiões, o quanto se poderia melhorar, para a imagem do Brasil, o nosso Hino Nacional e o conhecimento popular dos fatos positivos, que são muitos, do nosso passado histórico. Mãos à obra, os criadores, os artistas.

## **VI – O otimismo lúcido e inabalável não é ingênuo**

Com tantos lados positivos atrás assinalados, a um otimista lúcido e inabalável não escapam as lacunas graves que a nossa maneira de tolerar males vicejantes na nossa frente aguardando por quanto tempo? Que os resultados da educação em massa e da redução das disparidades de rendas contribuam para esfriar os níveis de tensão a que se chegou, num país outrora bem mais calmo e respeitoso dos cidadãos e dos mais fracos. Pode o meu otimismo resistir ao desmoronamento atual da ordem e da paz em nossas agora grandes cidades que outrora eram incipientes e pacíficas?

Claro que sim. O mal não é brasileiro. É geral, porque estamos assistindo ao espetáculo do fim de uma era em que os últimos albores da Idade Média ainda iluminam o centro das decisões dos homens mas já não têm força contra a pressão secularizante da pesquisa científica que vem roendo paulatinamente as crenças e as motivações metafísicas orientadoras dos indivíduos na tomada de decisões. Em suma, embora continuemos a invocar Deus na menor dificuldade, o fazemos apenas em função dos nossos costumes herdados a que não mais obedecemos, e cuja capacidade de coerção residia nas bases metafísicas decorrentes das nossas orientações religiosas invariavelmente ligadas a um Deus oculto na imensidade. Agora, nos nossos tempos modernos e pós-

modernos, a ciência vem iluminando aos poucos – as obscuridades que as religiões preenchiam com sua notoriedade. Libertos delas, ficamos todos entregues às oscilações do livre arbítrio que comporta e redime nossos erros fundamentais. Estamos livres, diante do nada! Resta-nos a angustia filosófica, que substitui a tradicional paz entre o homem e Deus.

Ademais, a expediência nova que nós no Brasil estamos realizando no campo social, antropológico e cultural, como povo e como nação, arrasta, no mesmo tempo histórico, blocos sólidos de humanidades de culturas desencontrados, ensaja-nos o direito de tentar soluções nunca encontrados, ensaja-nos o direito de tentar soluções nunca antes experimentadas, com o risco de tomar caminhos dos quais não se pode recuar, sem perdas de oportunidades e de valores humanos e sociais de ponderável valia para uma marcha mais equilibrada com fórmulas aventadas pelo conhecimento objetivo concreto e pelas aberturas tecnológicas de manipulação social. O pior é que não se pode dar todo o tempo necessário para chegar a um final satisfatório porque o mundo está se tomando alvo de influências externas perturbadoras de natureza vária, ficando nossas soluções sujeitas a avanços e recuos para atender às essas pressões poderosas e inevitáveis.

Para toldar o meu otimismo, reconheço um obstáculo sério na falta de objetividade de nossa cultura cristocêntrica e contra reformista que recebemos toda pronta, de Portugal no século XVI e da qual só começariamos a nos livrar por influência do Marquês de Pombal a partir dos anos 1750, com a reforma educacional, a expulsão dos jesuítas, a abertura para a ciência experimental e o conhecimento objetivo de base empírica. Começamos a 250 anos do encontro com o europeu luso, franco-anglo-holandês, a admitir os rudimentos de objetividade contido na nossa cultura maior, a portuguesa, com todo o seu contrareformismo militante no quadro inquisitorial que limitava a liberação do espírito brasileiro, dos índios, dos negros e dos mestiços em busca do conhecimento empírico e da objetividade que tanto nos fazem falta ainda hoje. Entretanto, podemos ter certeza de que nos liberaremos de mais esse obstáculo oposto ao nosso cabal domínio da realidade, livre da miragem das noções metafísicas que ainda nos confundem e nos impedem de pensar objetivamente. Tenho certeza que hoje, nas alturas dos 500 anos do Descobrimento e a 250 anos das reformas de Pombal, estamos muito mais perto de dominar a objetividade de que necessitamos, basta ver que deixamos para trás o futebol vistoso de Leônidas (do gol de bicicleta) pela busca objetiva do gol que nos levou ao tetra campeonato mundial.

Falta-nos agora, forçar as nossas elites a produzir tipos excepcionais, a exemplo do que o povo tem feito nos estádios de futebol.

O desafio brasileiro está lançado às elites do país: “onde estão os equivalentes a Pelé para disputar os campeonatos da ciência, da tecnologia, nas artes, nas letras, na agronomia e nas ciências exatas? O meu otimismo me diz que chegaremos lá. Será a tarefa da educação a longo prazo”.

Outro obstáculo a vencer: o falso dilema entre pobreza e miséria que governantes e políticos ainda não compreenderam. Só os pobres o compreendem, como aquele livro de um africano Albert Tevoedjre intitulado. “A Pobreza Riqueza dos Povos” Editora Cidade Nova – São Paulo 1981 e os pobres do bairro dos Santos Reis, em Natal. Em suma, pobreza é um estado relativo. Sempre haverá pobres, como diz o Deuteronomio. Miseráveis, são estados de fato, objetivamente determinados. No Brasil há muitos pobres que não devem preocupar ninguém. Os miseráveis são relativamente poucos e podem ser eliminados por ação social e solidariedade. No momento em que esses passem a ser pobres, baixará a tensão social. Requer-se ação contra os miseráveis, não contra os pobres. Aos nossos homens de Governo resolver o problema. E essa visão do Tevoedjre nos ajudará a resolvê-lo.

Confio e convido todos os homens de pensamento e de ação, a serem otimistas lúcidos e não ingênuos e porem-se a trabalhar. Se Juscelino não pensasse assim, jamais teria sonhado com Brasília, o mais belo e atrevido monumento à crença no Brasil. E quem poderia ser estadista da estatura do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira sem ser otimista? Dele ficou aquela mensagem que merece ser lida todos os dias pelos brasileiros:

**“DESTE PLANALTO CENTRAL, DESTA SOLIDÃO QUE EM BREVE SE TRANSFORMARÁ EM CÉREBRO DAS ALTAS DECISÕES NACIONAIS, LANÇO OS OLHOS MAIS UMA VEZ SOBRE O AMANHÃ DO MEU PÁÍS E ANTEVEJO ESTA ALVORADA COM FÉ INQUEBRANTÁVEL É UMA CONFIANÇA SEM LIMITES NO SEU GRANDE FUTURO.”**



## O ATLÂNTICO SUL E O BRASIL (\*)

JOSÉ SANTIAGO NAUD

Nas angústias da crise que estamos a passar, mal não faz recorrer-se à cultura oriental, olhando com paciência o ideograma de crise, onde a idéia comprime o sentido de risco e oportunidade. Se nosso Instituto não pode conjurar o risco, resta-lhe a oportunidade de par luz no presente, para o qual está sempre atento. Não só no trabalho diuturno que realiza visando à ilustração deste país, mas em iniciativas congesta que, do esforço individual ou de grupo, busca tirar o valor capaz de acrescer nossa Pátria, numa das suas horas mais difíceis.

Hoje, toca refletir sobre o destino marítimo do Brasil. Em assunto assim, literalmente oceânico, permitam-me os pragmáticos, ou fanáticos do real, que me ampare à poesia. Não apenas em sua verdade, guardada pelo verso do alemão Frederico Hölderlin, poeta sacrificado na passagem da aristocracia para o tempo burguês. Foi ele o romântico precursor da modernidade iniciada no século XIX, com Baudelaire e Rimbaud. É que, de fato, a alma das nações vive na língua dos seus povos, e dela depende a nossa própria identidade ou permanência histórica. Efetivamente, segundo Hölderlin “fundam os poetas o que permanece”. Então, sobre a arrogância caduca do poder, continua o tempo a fulgir: no Oriente, a épica hindu; Homero e Virgílio entre os clássicos; os Eddas, nórdicos, Dante, na Itália; em Portugal, Camões; o Cervantes, de Espanha; para a Alemanha e Inglaterra, Goethe ou Shakespeare. Etc., etc. No argumento de que, aqui entre nós, afora carnaval ou futebol, só estão organizadas a Igreja Católica, as Forças Armadas e a Diplomacia, não deliro se acrescentar na lista a Poesia. Veja-se, desde José de Anchieta a Manoel de Barros. Assim, não se riam. Vou começar por ela, seguro de que o Atlântico Sul, além de cenário para o “Navio Negroiro”, o nosso mar. E o é, seja na extensão

contínua da sua costa, seja na geografia que o país ocupa no concerto (ou desconcerto) do mundo.

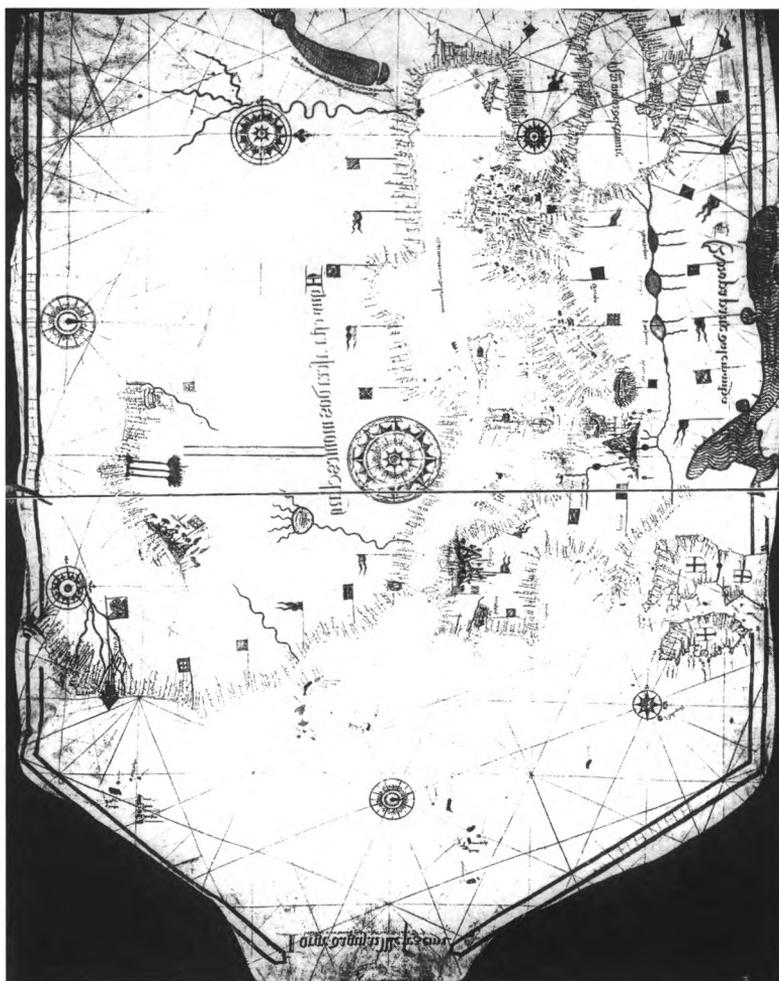
O poeta chamou essas águas de Mar Português, o mar sem fim, oposto ao limitado mar greco-romano. Foi tido antes como o tenebroso, abismo povoado de monstros no imaginário medieval, muro líquido circundando o planeta. A Terra, plana como um prato. Depois dele, o nada. Apesar das noções de esfericidade terrestre que, antes da nossa era, formulara: – Pitágoras no século VI e, certamente, conhecia Erastóstenes, bibliotecário de Alexandria, trezentos anos depois; e apesar da geodésia ou saber cósmico da pirâmide egípcia, a Europa continuava fechada em suas concepções. Com a tomada de Ceuta nos primeiros anos do século XV, o rei português D. João I, fundador de Avis, propiciou ao filho D. Henrique, o Navegador, demandar o mar-oceano. Primeiro, foram as ilhas da Madeira e dos Açores. Depois, pela costa africana, dobrado o Cabo Não e o Bojador, todo o litoral africano e as ilhas adjacentes. Quando o príncipe morreu em 1460, os portugueses já haviam chegado ao Cabo São Vicente e dominavam a Serra Leoa. Em 1471 construíram seu baluarte com o castelo de São João da Mina. E a viagem das descobertas prosseguiu. Até 1498, com Vasco da Gama na Índia, fazendo reverter a rota das caravanas, descrita por Marco Polo na direção contrária. Começa aí o novo mundo, em que estamos inseridos.

Assim, valha contemplar as imagens.

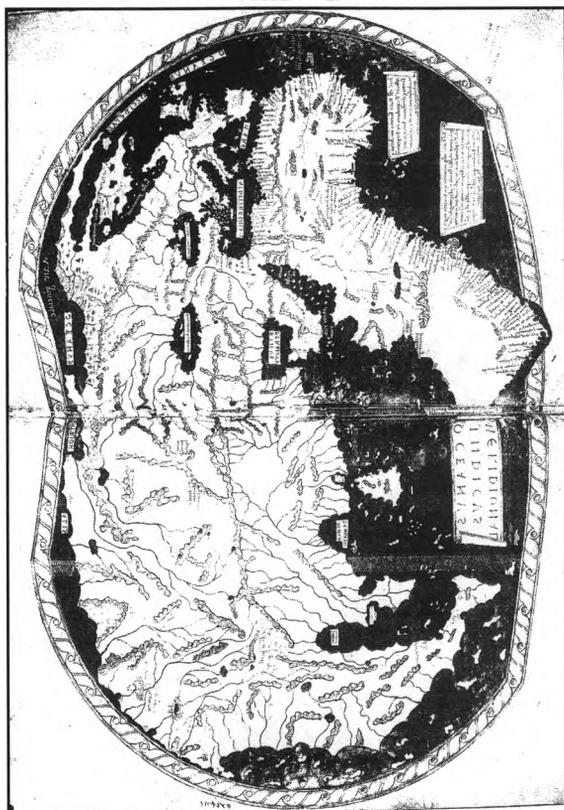


O mundo, fechado na figura deste mapa “OT”, representa a Terra em forma de disco. Integrava o livro *Etymologiarum* (*Das Etimologias*), escrito por Isidoro, bispo de Sevilha, lá pelo ano 600. O desenho é de Günther Zainer, feito em 1472. Mostra bem o impasse, erudita ou eclesiasticamente. A terra cativa da própria ignorância, apenas segura na esperança celeste da cruz mística – o Tau salvífico. A caravela a o barco de Fernão de Magalhães, na circunavegação do globo. Foi com ela, depois de morto o capitão-mor, que o espanhol Juan Sebastian del Cano retornou à Europa em 1522. Provava então definitivamente a redondez da Terra.

Assim começa o português no mar-oceano, também entrevisto como regresso ao Paraíso.



Esse portulano, ou carta de marear, foi feito por Fernando de Aguiar em 1492. Nele, o observador situado ao norte, poderá ver nitidamente a Ibéria apontando o Estreito de Gibraltar, a partir de onde começou a aventura marítima transoceânica.

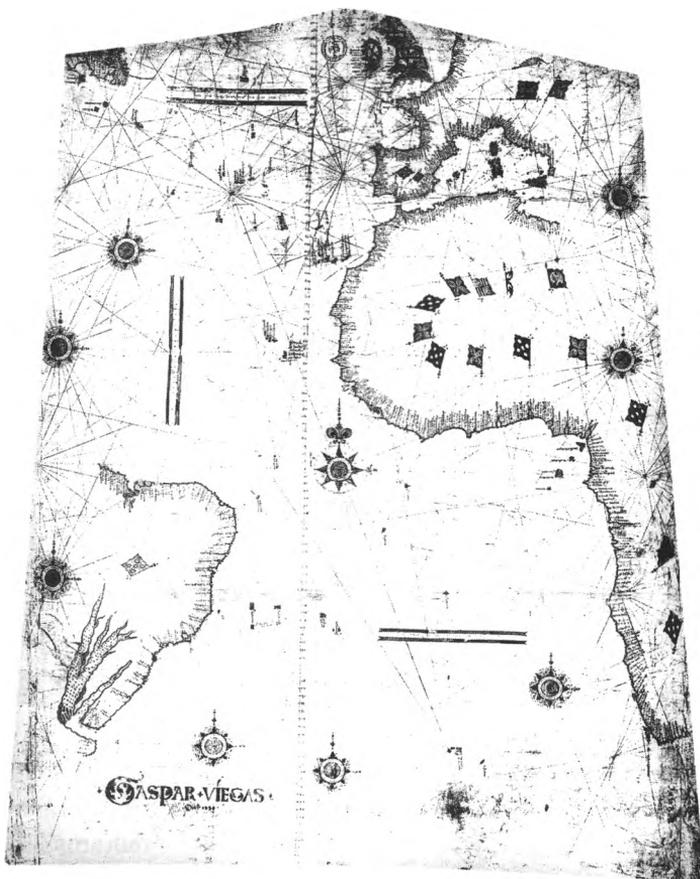


Aqui está o mundo, após a viagem de Bartolomeu Dias em 1488. É o planisfério de Henricus Martellus, elaborado em 1489. Pode-se notar muito bem como, até o Cabo da Boa Esperança onde chegou o português, as indicações são precisas. Além dele, prevalece a concepção ptolomaica. Resulta interessante observar-se também como, ao contrário da realidade de civilizações antes desenvolvidas em mares fechados, agora o oceano começa a abrir possibilidades globais, um universo que nos desafia.

Entretanto, antes de abordar a atualidade, importa ainda fixar duas imagens. Nelas teremos a visão dos pontos essenciais que propõem,

tanto em nosso território quanto em nossa nação, um novo conceito civilizatório irradiando a partir dos trópicos. Esta há de ser nossa incumbência maior.

Garantir a humanidade ecumênica, um mundo de fraternidade.



Este é o mapa de Gaspar Viegas, de 1534. Já é carta claramente moderna, exata e completa. As capitânicas hereditárias tinham então começado, para nosso bem ou nosso mal. Mas o que importa aqui e agora é notar como se estampa amplamente o Atlântico Sul e, nele, a conjugação perfeita do Brasil com a África. Na passagem mais estreita, onde aparece a rosa-dos-ventos maior, linha do Equador. O começo da perna do “S”, que configura o grande oceano, vira-se para nós com sentido à esquerda. Parece até insinuar que soava a hora de mudar a História, dando-lhe tempo e espaço de contar outra história.

The image shows two pages from a historical astronomical table. Each page contains a grid of numbers and text, with decorative borders on the right side. The top page has four decorative panels, and the bottom page has four decorative panels. The text and numbers are arranged in a structured manner, likely representing astronomical data or calculations.

Estas tábuas fazem parte do livro de Marinaria de André Pires, século XVI. Atentas à sucessão dos meses e dias, lembram os cálculos antes legados ao rei por Abraão Zacutto, destinados a estabelecer as alturas do Sol. Vale a reflexão. Na era das Descobertas, que assinalaram a viagem de nossa civilização, Portugal jamais quis permanecer sozinho. E a Dinastia de Avis, pelo menos no princípio, soube vencer o preconceito étnico ou religioso, reunindo em favor da ciência árabes e judeus, que o fanatismo, a estupidez e as ambições viriam confrontar mais tarde. Deste modo pode-se reunir a soma do conhecimento coevo, com tecnologia aliada à sabedoria, capacitando os homens para maior justiça e um mundo melhor. É notável como à casa do Infante, no sudoeste algarvío, afluiram gentes de toda parte. Nessa escola da convivência, não escola formal – que nunca houve, reuniam-se a teoria e a prática. Discutia-se com certeza

astronomia ou geografia, e tudo quanto reclamasse a ciência de navegar. Ainda mais, por essencial: o exercício da humanidade. E assim foi que ficou em Sagres, naquele promontório sagrado, um círculo enorme, enigmático. Quem sabe ele nos sugira, nas linhas esbatidas pelo tempo, os 360 graus que, na geometria plana ou na esfera, oculta a verdade essencial: que a Terra está aqui para toda a gente e é desejo do mais alto que assim, inteira, seja toda uma – para sonho de homem e nascimento de obra.

Hoje em dia a cartografia apresenta este perfil.



Entre a Bacia das Canárias e a Norte-Americana desce a Dorsal meso-atlântica que franqueia o Equador. Sinuosa, vai alcançar a Dorsal índica, para juntas ligarem dois oceanos. De norte a sul, entre o leste e o oeste, correspondem-se: a Bacia da Guiné e a da Guiana, a de Angola e a do Brasil. No extremo sul, a Bacia do Cabo e a Bacia da Argentina. Neste amplo anfiteatro, sob os benefícios do céu tropical e através das constelações de ilhas, fica armado o cenário para os dramas do homem futuro, que podem conforme nós ter final trágico ou feliz. No passado, não foram eles por acaso muitas vezes pouco exemplares?

Depois de Colombo chegar às Antilhas e Cabral no Brasil, inicia-se o comércio Europa-América. Comércio humano, cultural, de interesses ou pouca vergonha. Técnicas, instituições, produtos, convicções, mudam de lado a lado, como que ao influxo da maré oceânica. Europa recebe o milho, a batata, o tabaco, o feijão, e aqui vem aclimatar suas plantas exóticas. Também traz, de outras plagas, o café, o cacau, a cana-de-açúcar, o algodão. No Atlântico Sul, entre nós e a África, se inicia a mestiçagem. No entender de quem sabe olhar as coisas ela fundamentou nosso passado e é o trunfo do nosso futuro. No século XVIII, a par da instrução e das técnicas, incrementam-se as idéias. Vamos aprendendo a usar a cabeça e ocupar nosso espaço. Quatro Américas estão definidas. É a anglo-saxônica, a espanhola, a francesa e a portuguesa. Subjugada, persistiu a América Indiana, sem maior autonomia e lugar. Clamorosa injustiça, holocausto sem nome, sacrifício imperdoável contra aqueles que já estavam aqui. A má-consciência vai inventar então o mito do bom selvagem para que um século mais tarde pulule o equívoco indianismo, cheio de boas intenções mas caricato. Nem tudo porém seria nele descartável. Nos intentos estéticos tem até boas atenuantes, mas no político tem tropeçado sempre com a demagogia ou a máscara dos interesses criados. Mais eficientes foram as aspirações de liberdade individual, de instauração democrática. Elas ainda alimentam os reclamos da igualdade, da soberania nacional, da vitalidade na indústria e no campo, enfim, de uma América de fato independente. Os calendários nos autorizariam distinguir para esses tempos dois períodos; o de prosperidade, entre 1730 e 1770, e o de estagnação, até 1800.

Em suas relações com a Europa, a experiência norte-Americana teve até agora sua melhor fortuna. Constitui-se dos “países que deram certo”, conforme exalta a sociologia embasbacada. Lá, amparados pelo clima e um conceito distinto na ocupação da terra, vivificou-os a ética religiosa de gente que veio com a Bíblia na mão, no firme intuito de permanecer e construir sua família e uma nova pátria. Gente ciosa da pureza racial, juntou-se de modo homogêneo, na convicção de que o

amor divino dimensionava-se pelo lucro e a honestidade era a garantia do interesse. Cunhou-se pois a moeda, cujo molde figura, em vez dos ibéricos dobrões, a sigla WASP. Sem refletir as condições dos que povoaram o litoral sul-atlântico, nem por isso deveríamos ferir nossa autoestima. Somos diferentes, e também temos valores. Nossa etnia é mais complexa, amalgama-se e decanta. E o tempo, que dizem ser o “senhor da verdade”, ou nosso aliado, terá certamente a palavra final, que no entanto depende só de nós. Já sobrevivemos. O mundo não se acabou no dia 11 de agosto, nem é provável que sucumba de morte natural, a não ser daqui a uns bilhões de anos. Razão que nos obriga a buscar nossos acertos próprios.

Volta o tema oceânico. Nos dois últimos séculos, será a América do Norte, vinculada à América Latina por um istmo, que jogará com a Europa os dados do poder. Sua ascensão foi progressivamente alijando o Velho Continente no oceano Atlântico. Os barcos a vapor, desde 1807, com o navio “Clermont” do engenheiro-inventor Roberto Fulton, já prenunciavam a revolução avassaladora da comunicação marítima. O Canal de Suez ainda tenta competir com os países atlânticos. Mas as crises sucessivas provocaram uma pesada emigração européia, vindo a transferir recursos humanos que fortaleceram ainda mais a América. Quando, nos anos 80, Lesseps fracassa com seu projeto para o Canal do Panamá, para os Estados Unidos é que se transferem ônus e dividendos. A empresa, assumida em 1903, vai resolver-se com o maior êxito na obra magnífica de saneamento e engenharia, que passa a operar oficialmente em 1920. Nova rota transoceânica, cumula de bens a sua gerência e garante-lhe extraordinários lucros, com gente e mercadoria, mais o domínio geopolítico de dois mares. Em tais circunstâncias, apenas aquele que possuísse carvão e ferro poderia aspirar à hegemonia. A Alemanha o tenta em 1898, com o Almirante von Tripitz, mas sem êxito. Em 1919, entre os vitoriosos da Primeira Guerra, os Estados Unidos terá nos mares uma frota imbatível. A Segunda Guerra só lhe confirmará tal posição, e é assim que o apetite imperialista fará o Atlântico Sul entrar na contradição. A cadência da necessidade e das boas intenções, faria fixar em sua lapela o “bottom” da afanosa solidariedade contra o nazismo. Em agosto de 1941, a bordo do cruzador “Augusta”, firma-se a Carta do Atlântico, que define majestaticamente a liberdade dos mares, a cooperação econômica, amplo acesso aos recursos naturais e renascia à força, com o desarmamento progressivo. Corações transbordantes, palpitam os parâmetros destinados a orientar até formas de governo. Tal documento serviu de base para a Carta das Nações, de 1945. É claro, carimbada com o selo da hegemonia norte-Americana. Mas suas

conseqüências desenham também uma nova triangulação, de que não puderam excluir-nos. Nem nós nem África. É o fluxo do Atlântico Sul. Neste século, ele não vai apenas aparecer nas ligações de superfície. Estão os cabos submarinos, a telefonia, os recursos eletrônicos e, hoje, a Internet. Também na aviação sucedem-se pioneiros. Se lá podem falar de Alcooke e Brown ou Lindebergh, entre as datas que os consagram, 1919 e 1927, podemos inscrever Sacadura Cabral e Gago Coutinho.

O Pacto Atlântico de 1949 reuniu inicialmente os Estados Unidos, Grã Bretanha e França. Em seguida lhe adere a Europa inteira, criando-se para efeitos de segurança a poderosa OTAN. Porém é altura de voltar o remendão à meia-sola. Pois, se meto o bedelho em águas que não são minhas, arrisco mais provavelmente o dissabor de qualquer estadista ingênuo ser, mandado para casa por intromissão num banquete de outro hemisfério.

Aproemos de novo em direção ao sul.

Se as nações todas são mistério, é lícito perguntar. Na primordial Pangea, concentrada nas águas, já não estaria inscrito o salto que toca às nações no destino planetário? Haverá um plano reservado para os homens e suas pátrias? São perguntas que a razão sozinha não é capaz de responder, pois precisamos da intuição para animar qualquer fé iluminada. Sirva-nos pois o espírito, que busca na humildade a ciência dos caminhos que só ela pode percorrer. No mapa do mundo a posição geográfica do Brasil é singular.

De fato, singular. E o Atlântico Sul é uma verdadeira coroa desse “florão da América”, que exalta o nosso hino. Foi por ele que a nossa pátria começou, vindo a consolidar-se como uma das grandes nações do mundo. Vencida a primeira fronteira, que o próprio oceano constitui separando continentes e eras, ensejou a conquista de outras fronteiras terrestres ou espirituais. É da sua orla que parte a conquista das terras interiores, irradiada desde a Bahia e o Rio de Janeiro. Primeiro, foi a Serra do Mar, então segunda fronteira. Vencidas as montanhas, aconteceu Piratininga onde situou-se São Paulo, que é hoje cidade gigantesca e continental. Dali saíram as Bandeiras para definição da terceira fronteira. Com o rio Tietê se repete a experiência marítima. A palavra “monção” recorda o regime dos ventos que facultavam o acesso à Índia, na viagem de ida e volta. No largo e secular processo da sua formação, a que se pode incluir o humaníssimo exercício do Marechal Rondon, descendente aborígene, ou a lúcida e também humaníssima inteligência do Presidente Juscelino, que implantou com Brasília o marco definitivo da consciência nacional, representada aqui na fundação da cidade – com certeza, para despeito dos “antis”, nossa terceira e definitiva

capital. Nossa quarta fronteira é a lingüística e com ela definem-se os contornos da Nação. Sem qualquer favor, um perfil soberbo – territorial e espiritual. Acompanha a colonização e as lutas pela independência, ainda hoje vigente. Até D. João VI, em 1808, o tupi era a língua geral. Mas a língua portuguesa já houvera se fixado em pontos estratégicos, garantindo a identidade colonizadora e militar. Expandiu-se conforme as balizas territoriais. Em 1581, estabelecimento fundado por João Tavares no rio Paraíba do Norte, que Frutuoso Barbosa levou para Cabedelo, fundamento da atual capital. Em 1597 a o forte dos Reis Magos, hoje Natal. No século XVII é a vez de Mucuripe, no Ceará de Iracema e de Alencar. E logo, em 1615, São Luís do Maranhão. Desde aí se partiu para a foz do Oiapoque, em 1637, quando Pedro Teixeira subiu o rio Amazonas. Configurados o Norte e o Nordeste, garantido pela feliz administração de Duarte Coelho, dono de uma capitania raramente exemplar, chegou a vez meridional. No século seguinte ficará definido, em troca da Colônia do Sacramento onde começara em 1727. Dez anos depois dela Silva Paes funda a cidade litorânea de Rio Grande, hoje o mais importante porto gaúcho, porta de entrada a Porto Alegre, onde chegaram os casais açorianos para traçar as ruas da futura capital. Com os Tratados de Madri e de Santo Ildefonso o Extremo Sul afinal integraria o ecúmeno nacional, e a língua portuguesa prevaleceria sobre o espanhol. Resta: o Oeste, que neste mesmo século se define, acompanhando a marcha das bandeiras e a fundação das cidades auríferas. Hoje o Forte da Beira é a testemunha muda e eloqüente de como solidamente a língua portuguesa chegou até fronteiras andinas, arranhando os brios espanhóis. Com a quinta e última fronteira arma-se para nós o grande desafio. A região imensa da Amazônia é em nossos dias um compromisso colossal, como a sua própria extensão. E a ela deveria servir toda uma filosofia inspirada no Atlântico Sul. Nexos de outros oceanos, para leste ou para o oeste, para norte ou para o sul, aliança compulsória dos conceitos políticos consubstanciados acima da linha do Equador, é também advertência. Não vá acontecer com a Amazônia o que recentemente se passou na Europa do leste, quando a prestigiada e poderosa OTAN, visando Belgrado, foi atingir a Bulgária. É salutar alimentar as boas intenções. Mas também boa a advertência: não cheguem elas, tão ciosas na defesa da saúde mundial mirar Bogotá para atingir Brasília. Somos portanto diferentes da América Espanhola ou da Anglo-Saxônica. Para a independência, uma resultou da fragmentação de um grande Império e a outra compôs seu território por aquisição ou guerras de conquista. Aqui, sob um auriverde pendão imperial, recebemos um país pronto e uma língua que nós próprios ajudamos a formar. Por isso nosso país constitui o prolongamento de um evolver

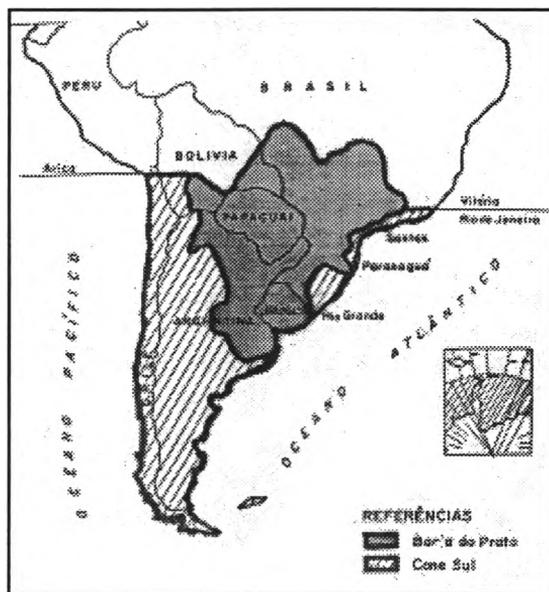
histórico ao longo dos séculos, cuja importância e harmonia geográfica, riqueza étnica e densidade espiritual, nos impõem graves responsabilidades. Geometricamente, hoje o Brasil aparece assim no contexto global.



Posição do Brasil na América latina. O Atlântico liga-o diretamente com África, Europa e Norte-América, facilitando o intercâmbio multilateral.



Nesta projeção geoestratégica do país é notável observar-se a proporção espacial, propiciando múltiplas iniciativas de integração internacional.



Brasil e sua projeção na Antártica, favorecida pelos imensos recursos da plataforma continental garantida pelo mar territorial. Convergência de interesses e cooperação, favorecendo a parceria com os países latino-Americanos.

Realizada a possibilidade de ativar artérias de comunicação terrestre e fluvial, a integração do país resultaria fantástica, com o intercâmbio dos enormes recursos naturais de que dispõe e a geração de empregos para definitiva erradicação da pobreza e fim da miséria que o envergonha.

Curiosamente feita a inscrição do nosso país no globo terrestre, ele estaria distante dos pólos, avultando no continente a massa compacta do seu território. Ocupa o núcleo da forma ovalada em que aparece, a qual os antigos chamavam de *vesica piscis*: a bexiga de peixe, que serviu para referência da divina proporção, usada em pirâmides e catedrais, sendo largamente utilizada no Renascimento. Entraríamos aí no campo espinhoso do sagrado, mas valha referir que tal medida pode ser matematicamente observada nas coisas naturais, como na proporção irradiada dos galhos nas coníferas, em certas conchas, na estrela-do-mar, no visco. Informa a alquimia, que é o saber mais antigo, e Leonardo

Da Vinci a registra no pentagrama, estrela de cinco pontas em que inseriu a figura humana. Sem reduzir a importância estritamente geográfica de tal posição, tire cada um suas conclusões do símbolo que o desenho pode esconder.

Entretanto, para cumprimento de sua predestinação planetária e da missão atlântica que lhe toca, o Brasil precisa de quitar a sua dívida social, resgatar os crimes do passado e traçar, sinceramente, metas para o futuro. Basta que se mencionem apenas três episódios clamorosos, ao norte e ao sul, para sentir que aquelas manchas não foram apagadas por repetir-se ainda, iguazinhas, noutras circunstâncias, não importa em que grau. Falo da imolação do povo Guarani, nas reduções jesuíticas do séc. XVIII, de Canudos e o Conselheiro, da escravidão de cearenses, na Amazônia, durante o ciclo do ouro-negro. Não é possível que continuemos agredindo a justiça e a ética. A nossa melhor produção em língua portuguesa verbera as felonias contra o humano, as quais na era moderna diabolicamente representam um monstro bifronte, com a dupla máscara da razão de estado e do escravagismo, hoje disfarçado no capital. Não nos iludam os discursos de boas intenções, os *marketings* da solidariedade, leis contra a pobreza. Nosso desconcerto necessita reformas, de fato estruturais. Para fortalecer a democracia que todos desejamos, não podem ter mais vez os liberais autocratas. Neste sentido, ou desvario, a globalização – decerto um passo histórico, tal qual o feudalismo, o capitalismo, o liberalismo e o socialismo, contradiz o global se apenas acumula. Melhor filosofia é o ato planetário, que busca noutra cara a própria cara e a unidade do mundo – e sua distribuição. Somos herdeiros de tal conceito, que nos leva à noção daquilo que nos cerca.

E é muito. O universal. Se nossa fronteira oeste interior, linda com a quase totalidade da América Latina, a fronteira atlântica olha para África. Temos já o MERCOSUL e a CPLP, instrumentos oficiais de cooperação e solidariedade. Devem ser incrementados. É urgente ampliar a parceria meridional às parcelas andinas, do México e do Caribe, aproveitando a grande via que o oceano pantenteia. Lá longe, no Índico, espera-nos Timor. É urgente estimular o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, e sua universidade, não só para que defina os códigos do idioma e reúna estudantes de vária latitude, como para que se organize em bases práticas e eficientes a cooperação internacional: social, econômica e espiritualmente. Na política interna, urge antes de tudo a valorização da escola e um plano de saúde, já nao digo competente, mas honesto. A honestidade traz o resto. Os recursos do mar são infinitos. Temos esse imenso litoral, capaz de acabar com o fagelo da fome, endêmica na geografia do país. No fundo do mar, uma variedade imensa

de peixes, e ao largo do litoral os manguezais riquíssimos, ecológicos e distribuídos por milhares de quilômetros. Há também as fontes de energia, naturais e renováveis: o álcool, criminosamente sustado, e o vento, o sol, cascatas e marés, tudo distribuído em milhões de quilômetros. Não esquecer a riqueza turística e as possibilidades econômicas da arqueologia marinha, com os históricos naufrágios. A preservação da Amazônia, com toda a sua biodiversidade, e a recuperação da mata atlântica deveriam ser obrigação de cada um.

E quanto à África?



Aí está. Colorida, múltipla, com dezenas de nações a nossa espera. Propícia ao nosso encontro a costa ocidental. Desde os anos 60 temos a prova, quando o primeiro diretor de um centro de estudos brasileiros foi prestigiado pelo próprio presidente do Senegal, que era o poeta negro Leopoldo Senghor, cotadíssimo nos meios culturais europeus. Entre os povos de língua estranha, Ghana, Nigéria, Costa Marfim, tam conosco afinidades profundas, pela Bahia podem ser até consideradas companheiras de fé. Com o Marrocos, além da idiossincrasia comum,

facilitaria a coisa a tradição luso-brasileira. O cronista Rubem Braga que andou por lá como embaixador poderia asseverar, ainda fosse vivo. E a África do Sul, há um quarto de século atrás apresentava opulentas perspectivas, mesmo prejudicadas pelo apartheid. Imagine-se depois de Mandela. Nossas relações com esse imenso continente, estreitamente a nós ligado pelo Atlântico Sul, pedem urgência. A História lhe confere igual posição que tivemos no século passado, fazendo prever para o século XXI resultados estupendos. Principalmente, mediante a união fraterna com os demais países africanos de língua portuguesa, poderíamos inclusive compensar a ruptura do mapa cor-de-rosa que no século passado impediu a ligação Angola/Moçambique, assinalada pelo Ultimatum de 1890. Com eles, e com o mesmo idioma, podemos experimentar o salto, desde o Atlântico ao Índico, e ir buscar no Oriente, não só fraterna convivência com gente da língua portuguesa, cidadãos de outros Estados soberanos, como ter na China o aliado e o parceiro para as trocas incalculáveis do séc. XXI. Demografia bilionária, cultura milenar, tecnologia apreciável e um amplo espectro favorável ao comércio, fariam ainda vantajosa a distância, atenuante para qualquer indesejável conflito. Pensando nos contrafortes andinos e nos chineses, me pergunto se não estaria já o Brasil nos versos do Álvaro de Campos, quando sonhava com um “Oriente a oriente do Oriente”. Ora, esse primeiro Oriente do verso bem poderia ser a costa Americana do Pacífico, se valem os pontos cardiais para quem levanta a cabeça para o sol, quando o sol se levanta. E aqui do outro lado, também metido no Oriente este país.

Nos baixios por que andamos é preciso de novo lançar barcos ao mar. Seria bom não esquecer como os desvios liberais conduziram no século passado, mediante o colonialismo, a duas guerras mundiais. Hoje fala-se em neo. E a globalização, decerto conseqüência lógica e histórica de avanços na tecnologia, passa para inconseqüente quando, a exemplo do que se deu com o Tratado de Methuen, firmado em 1703 e só revogado em 1834, tolhia-se a uma das partes acesso à produção. Assim foi, muito contraditoriamente, que o ouro levado do Brasil, apesar das energias de um déspota ilustrado como o Marquês de Pombal, acabou por favorecer a América alimentando a independência dos Estados Unidos. Igual aconteceu com a aventura das Índias. Ainda no Quinhentos, Sã de Miranda advertia que “ao cheiro dessa pimenta / o reino se despoeva” e Camões arrematava com a menção àquela “apagada e vil tristeza”, fruto de a pátria andar metida “no gosto da cobiça e na rudeza”. Coisas que paralisaram o reino. Na crise global dos nossos dias, também os poetas nos socorrem. Se ironiza Drummond este “tempo de partidos, tempo de homens partidos”, afirmando que “Deus vela o sono dos brasileiros, mas

eles acordam e brigam de novo”, Hölderlin proclama: “Onde é maior o perigo, também cresce o que salva”. Leon Bloy, plumitivo genial que sacudiu o egoísmo burguês nas primeiras décadas deste século, confessa que “o mal está no mundo como um escravo que vem nos trazer a água”.

Ora, se olharmos para o Atlântico Sul ou para o interior do Brasil, ainda muito desamparado, se nos acende a esperança, essa incrível e persistente prometida. É que as singularidades geográficas e o seu próprio povo, crônica e paranoicamente abandonado pelos donos do poder, conferem ao nosso país uma posição privilegiada no mundo. Nestas condições, a História está pedindo de nós um compromisso plural, superação das pretensões hegemônicas que assinalaram o Atlântico Norte. Desde a política exterior independente do Governo Geisel, conhecida como “pragmatismo responsável”, avulta a convicção de que também temos um compromisso com os outros, mas não lhes devemos a subserviência. Em todos os nossos padecimentos podemos aquilatar as razões do porquê de estarmos aqui, alimentando a fé de quanto ainda não sabemos. E assim prevalecerá a capacidade de percebermos que o nosso país não pode viver sem o sentido da sua grandeza, nem a pátria ser pensada sem generosidade.

Como é de noite e os tempos são difíceis, como a justiça cambaleia em todo o mundo feito ébria, vale rezar convosco – em mente e coração – a Prece com a qual fecha o Fernando Pessoa seu “Mar Português”, na segunda parte de *Mensagem*.

“Senhor, a noite veio e a alma é vil.  
Tanta foi a tormenta e a vontade!  
Restam-nos hoje, no silencio hostil,  
O mar universal e a saudade.

Mas a chamma, que a vida em nós creou,  
Se ainda há vida ainda não é finda.  
O frio morto em cinzas a ocultou:  
A mão do vento pode erguel-a ainda.

Dá o sopro, a aragem, – ou desgraça ou ancia –,  
Com que a chamma do esforço se remoça,  
E outra vez conquistemos a Distânciado –  
Do mar ou outra, mas que seja nossa!”

---

*(\*) Texto integral do 1º. tema, sobre “O Atlântico Sul – Realidade e Potencial”, que ocupou o Painel III, no Simpósio promovido pelo IHGDF no ano passado. O segundo tema desenvolveu o seguinte conteúdo programático: “A realidade atlântica e seu potencial marítimo; necessidade de uma tomada de consciência quanto à maritimidade do país; capacidade naval brasileira; três desafios: o equatorial-caribenho, o tropical-africano e o austral-antártico”, a cargo do Almirante Eurico Wellington Ramos Liberatti. A sessão teve como dirigente-moderador o Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira e foi realizada na noite de 25 de agosto. Inscritos no mesmo Simpósio, intitulado BRASIL 500 ANOS – Repensando a Nacionalidade, outras sete unidades versaram estes temas: 1) Soberania e Globalização; 2) Brasília e a Nova História; 3) o Cone Sul e o Poder Mundial; 4) A Amazônia e a Cobiça Internacional; 5) Nascentes e caudais do Idioma; 6) Dinâmica da herança cultural; 7) Preservação da identidade lingüística.*

# **O DESCOBRIMENTO DO BRASIL**

## **(Acaso ou intencionalidade?)**

MANOEL SORIANO NETO

### **Generalidades**

Dizia Cícero, que a História é a “mestra da vida”, pois ela é a senhora dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da antiguidade.

E a História para ser de utilidade ao homem e ter sempre por escopo, a verdade e a justiça, deve assentar-se em duas condicionantes: o seu registro e a sua veracidade; sem verdade, ela se desvirtua, e, sem registros, ela se perde, além de também ser passível de deformação.

Desafortunadamente, são assaz poucos os registros de nossa historiografia, cujo resgate vem se fazendo mui lentamente, fruto da diligência de uns poucos abnegados, como o Coronel Francisco Ruas Santos, Presidente do Centro de Informações Culturais, no Rio de Janeiro, o mais gigante entre eles, apesar de seus 85 anos de idade.

Necessitamos recuperar as fontes históricas brasileiras, as quais precisam ser dominadas, máxime com a utilização de avançada tecnologia no campo da automação computadorizada e da telemática. O Cel Ruas Santos bem nos explica o problema, ao perguntar e responder: “Qual o universo documental a dominar no caso do passado nacional? Esse universo abrange um conjunto de documentos que, se postos lado-a-lado, perfariam uns 100 Km em linha reta. Ele agrega 500 milhões de informações significativas. Sua distribuição? Arquivo Nacional (apenas 25Km) e mais – Portugal, Espanha, Holanda, França, Rússia, Áustria, Goa, etc, etc.

O arquivamento desse acervo documental, do qual não possuímos sequer 30%, requeriria, estimativamente, 20 edifícios de 20

andares, cada um andar de 200m<sup>2</sup> de área total, trabalho que necessitaria, além de uma paciência chinesa, pessoal especializado e material adequado, tarefa que beiraria à impossibilidade.

Entretanto, se essa messe grandiosa de documentos for reduzida a disco ótico, nesta era do CD-ROM e do livro eletrônico, tudo estaria solucionado, bastando dizer-se que se for passada para disco ótico, para acondicioná-la, bastaria uma pequena estante de cinco prateleiras. Resgatar-se-ia, assim, de forma moderna e racional, as fontes do rico passado brasileiro, de quase cinco séculos, “ad perpetuum rei memoriam”...

## Introdução

A finalidade deste trabalho é a de lembrar alguns aspectos que tanta controvérsia vêm causando, ao longo dos tempos, a respeito do acaso ou da “intencionalidade” do descobrimento do Brasil.

Em vista das dificuldades anteriormente expostas quanto ao domínio de nossas fontes históricas, mormente as primárias, nos reportaremos apenas a alguns fatos de realce, já assentes em nossa historiografia, numa verdadeira “limitação da frente”, para usarmos um conhecido jargão militar, que significa a abordagem somente do julgado essencial de um determinado tema.

Em 22 de abril de 1500, este país-continente foi descoberto, mercê da audácia e coragem do indomável português, quando a frota de Pedro Álvares Cabral aportou na Bahia. Naquele final de século XV (e não XVI, como é correntio dizer-se, o mesmo aplicando-se para o ano 2000, ainda século XX, eis a verdade), acentuava-se, de forma exacerbada, o sentimento de religiosidade.

As tradições do Condado Portucalense, berço da nacionalidade lusa, remontam aos “monges-soldados” das Ordens Militares, que lutaram junto às Cruzadas, contra os mouros invasores da Península Ibérica e profanadores de locais sacrossantos como o Templo de Salomão, razão pela qual foi criada a esotérica “Ordem dos Cavaleiros Templários”, extinta pelo Papa, em 1319.

Para substituir a “Ordem dos Templários”, o rei Dom Diniz instituiu a “Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo”. O Infante Dom Henrique, o Navegador, era Grão-Mestre da “Ordem de Cristo” e ao fundar a Escola de Sagres, no início do século XV, convocou os melhores Cavaleiros da Entidade para as grandes navegações marítimas. “Navegar é preciso, viver não é preciso!”, era o apelo, digamos, propagandístico, da famosa Escola, com vistas ao recrutamento e à

formação dos melhores argonautas. Tal “marketing”, na realidade, queria dizer que a navegação era segura e precisa, de precisão matemática, ao contrário do que ocorria na existência dos homens. Não se referia ao desprezo pela vida, a qual, então, passaria a ser secundária à arte de navegar; não era o “maktub” (“estava escrito”) árabe, tão combatido por eles, fervorosos católicos, – mas uma motivação científica (os portugueses detinham a mais avançada tecnologia de navegação do mundo) para o ato de singradura pelo desconhecido Mar-Oceano. Fernando Pessoa, posteriormente, deu um sentido poético e fatalista ao “slogan”, o qual passou a ser mal compreendido até hoje.

Por isso as naus e caravelas de Portugal, que zarpavam para “mares nunca dantes navegados”, conduziam em suas brancas velas, com reverência e orgulho, a Cruz da Ordem de Cristo, pintada em vermelho vivo, cor original da Corporação, cujas finalidades eram “a expansão do Império e a propagação da fé, até lá bem donde nasce o sol” (a bandeira da Ordem de Cristo foi, até meados do século XVII, a da terra recém-descoberta, nosso amado Brasil). “E, se mais terras houvera, lá chegara...”.

O Brasil foi descoberto, portanto, em decorrência de um ousado empreendimento religioso-militar e comercial-diplomático.

Destarte, o nosso país nasceu sob a proteção da Cruz e da Espada, tanto que o motivo do sermão da “Primeira Missa”, foi o do “sinal da cruz”, razão por que o Almirante Pedro Álvares Cabral determinou que se substituísse por uma cruz de madeira, o conhecido padrão de posse, com as armas de Portugal, apud Pedro Calmon, in “História do Brasil”, (aliás tal ato é bem caracterizado em consagrada aquarela, de Pedro Peres, de título “Elevação da Cruz”, constante do acervo do Museu de Belas Artes, no Rio de Janeiro).

### **Teses em confronto: Acaso x Intencionalidade**

- O Históriadador militar Cel Elber de Melo Henriques, em interessante artigo publicado na revista n' 79/93, do IGHMB, nos transmite: “Durante 300 anos os brasileiros aceitaram passivamente a tese do “acaso” para o descobrimento. Quando alguns Históriadadores começaram a pôr em dúvida essa casualidade, S. M. o Imperador Pedro II, sempre atento aos assuntos culturais, solicitou, na sessão de 15 Dez 1849, do IHGB, o estudo da questão. Eis a pergunta que ele formulou: “O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso, ou teve ele alguns indícios para isso? “Diga-se que após um ano de pesquisas, nas sessões de 6 e 20 de setembro de 1850, o sócio

daquele Instituto, Joaquim Norberto de Souza e Silva proferiu uma histórica conferência, assistida pelo Imperador, na qual concluiu a favor da intencionalidade do descobrimento.

- As opiniões de Norberto foram contestadas pelo poeta Gonçalves Dias e, posteriormente, geraram a polêmica que persiste até a atualidade. Além do já mencionado Antônio Gonçalves Dias, foram profíctentes, entre outros, da tese da “casualidade”, por muito tempo predominante, Frei Vicente do Salvador, Robert Southey e Luiz de Albuquerque; em contrapartida, entre os adeptos da “intencionalidade” posicionaram-se o anteriormente citado Joaquim Norberto, Alfredo D'Escragnole Taunay, Capistrano de Abreu, Jonathas Serrano, Max Fleuiss, Genserico Vasconcelos, Hélio Vianna e outros.

Os que empalmaram (e empalmam) a tese da “casualidade” levaram (levam) em contra três fatores para justificar o afastamento de rota da frota de Cabral:

- as “calmarias”, que ocorreram na costa da África;
- as tempestades, que provocaram uma brusca mudança da rota, previamente traçada, com destino ao continente indiano e/ou,
- as correntes marítimas, contra as quais as naus (que, diga-se, constituíam 2/3 da frota) e as caravelas não possuíam recursos técnicos para arrostá-las.

Ora, apesar da existência das calmarias nas proximidades do continente africano, fica difícil de aceitar-se que Cabral e seus experientes pilotos – aduza-se que Portugal foi o primeiro país a navegar astronomicamente – se desviassem de tais fenômenos, de tal maneira que todo o Atlântico Sul devesse ser atravessado (diz Hélio Vianna, que “Cabral não veio ter ao nosso país, trazido por um simples desvio de rota. Em sua época, já não se navegava sem rumos prefixados”).

Ademais, os documentos que narram a viagem do descobrimento, não fazem qualquer menção às tempestades e às correntes marítimas.

- O parecer que hoje prevalece entre os maiores estudiosos do assunto, é favorável à “Intencionalidade”, com espeque, basicamente, em três razões:

- o Brasil já era mencionado, associado a Portugal, em cartas geográficas anteriores ao descobrimento, nelas figurando como uma ilha, a “Ilha do Brasil”;

- a pronta reação de Portugal, quando a Espanha “descobriu” a América, por Cristóvão Colombo, e que ocasionou, dois anos após, a assinatura do Tratado de Tordesilhas (“para alguns Históriadores, entre os quais Jaime Cortesão, o rei D. João II ampliou o limite de Tordesilhas

na certeza de que se reservava para a posse de seu país, uma grande parte do atual Brasil, já então secretamente visitado pelos seus navios” como sentenciona o Historiador Vládir Menezes in “o Descobrimento do Brasil”, revista do “Instituto do Ceará”, 1990). Não se afigura inexplicável, portanto, a amistosa recepção que os nossos indígenas proporcionaram aos portugueses da frota cabralina... ;

– a descoberta de raríssimos documentos (mapas, em especial), por intermédio de moderna tecnologia, com aporte em meios de informática, particularmente em Portugal (Torre do Tombo, Casa de ínsua, Museus, etc).

• De fato, desde o século XIV, o Brasil aparecia em alguns mapas europeus, como preleciona o Historiador Edson Plats de Almeida, da Academia Paulistana de História, alertando-nos que “em documentos do século XIV, existentes em bibliotecas européias, vem sempre o nome “Brasil” ligado ao de Portugal, como no livro “The Canterbury Tales”, de Geoffrey Chaucer, editado em 1380”. Disse mais: No livro “Na Margem da História”, de autoria de Assis Cintra, com prefácio de Rui Barbosa, no título “O Caso do Descobrimento”, deparamos com as seguintes observações: “a descoberta oficial do Brasil deu-se no reinado de D. Affonso IV, o Bravo, em 1342, pelo Capitão Sancho Brandão, terra esta que foi batizada por este Rei, de “Ilha do Brasil”, em virtude da grande quantidade de árvores de tinta vermelha aqui encontradas, o pau-brasil. Em 12 de fevereiro de 1343, comunicou este Rei ao Papa Clemente VI, em carta escrita de Montemór, o descobrimento da nova terra, o qual foi registrado nos “Documentos do Arquivo Reservado do Vaticano”, livro 138, folhas 148/149, com um mapa da região descoberta, no qual se vê a inscrição “Insula do Brasil”. Desde essa época, os portugueses monopolizaram o comércio do pau-brasil, vindo da “Ilha do Brasil” (notamos na nossa história oficial, que Cabral foi recebido em paz pelos índios, como se eles estivessem acostumados com as expedições portuguesas) e que também, quando Martim Afonso chegou a São Vicente, – em 1532, na dita “expedição colonizadora”, aqui já encontrara João Ramalho que vivia na tribo de Tibiriçá, casado e com filhos”

• Assim, em face do anteriormente expandido, pode-se afirmar que o Brasil e a América foram descobertos (fato oficialmente registrado, no Vaticano, sob o papado de Clemente VI), bem antes de 1500. Aliás, o aludido Historiador Vládir Menezes, no trabalho linhas atrás citado, afirma que desde 1351, o Brasil era representado em cartas geográficas, “por diminuta ilha, quer situada ao lado da Irlanda, ou próximo das Canárias ou mesmo em pleno Oceano”.

Entre os diversos e fidedignos mapas, desde o século XIV e antes de nosso descobrimento (portugueses, franceses, ingleses, italianos, etc) que traziam a “Ilha do Brasil”, neles representada, avulta de importância o de Pero Vaz Bisagudo, que era cópia do primeiro mapa português de registro oficial da nova terra descoberta (existente no Vaticano, como já referido), no qual a “Ilha do Brasil” situa-se a 1550 milhas de Cabo Verde. A este mapa, se refere, em sua carta ao Rei Dom Manuel, o cosmógrafo e médico da Armada de Cabral, João Martim, datada de 1º de maio de 1500, na qual sugere que o soberano português procure no mapa de Bisagudo, a verdadeira situação da terra que Cabral descobriu de novo” (a sublinha é nossa e tal carta encontra-se na Torre do Tombo, Corpo Chronológico”, parte 3, maço 2, documento nº 2).

Infere-se, portanto, que o Tratado de Tordesilhas (7 de junho de 1494) foi um instrumento altamente lesivo a Portugal, que já havia rejeitado a “Bula Inter Coetera”, de 1493, estabelecida pelo Papa Alexandre VI, porquanto a descoberta da América nada mais foi do que uma bem urdida farsa, arquitetada pelo rei espanhol e aquele Papa (também espanhol), com a finalidade de prejudicar Portugal, eis que o descobrimento de terras Americanas pelos lusitanos, era conhecido e aceito pelas principais nações da Europa, muito antes de 12 de outubro de 1492.

Impende lembrar, a propósito do Tratado de Tordesilhas, que uma de suas presumíveis causas teria sido a ação propositada de Cristóvão Colombo, ao descobrir ou redescobrir a América. Para alguns Históriadores, Colombo era português, da Ilha da Madeira, e não genovês. O seu nome seria Salvador Fernandes Zarco ou Christoferes Cólón, sendo “Cristóvão Colombo”, apenas um apelido ou codinome. Ele, membro da Ordem de Cristo, deveria cumprir uma importante missão secreta, conferida por aquela Entidade (com a anuência de D. João II), que era a de convencer os reis da Espanha para a exploração de uma nova rota marítima rumo às Índias, percurso impossível, porquanto acima da linha equatorial e na direção noroeste. Com este empreendimento, os espanhóis não saberiam da existência de terras, de há muito do conhecimento dos lusitanos. De fato, foram os portugueses que chegaram a Calicute, no continente indiano, enquanto os espanhóis, “iludidos”, chegaram às Antilhas (Colombo “afirmava” que aportara nas ilhas Cipango, no Japão.

Assim, o “falso genovês” teria cumprido, airosoamente, a missão que lhe foi confiada, que redundou na emissão pelo Papa Alexandre VI, da “Bula Intercoetera”, de 1493 – contestada por Portugal – e posterior assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494). Alega esse grupo de Históriadores, em favor de sua versão, que Colombo – contratado pelos

reis espanhóis – de volta à Europa, seguiu inicialmente para Lisboa, onde manteve um longo encontro com o rei D. João 11, antes de partir para a Espanha.

A ampliação posterior dos limites de Tordesilhas, pelos portugueses, e luso-brasileiros, mais adiante (“epopéia bandeirista”) foi, portanto, prenhe de respaldo histórico e faz justiça à pátria de D. Affonso Henriques, o navegador e do Condestável Nun’Álvares, da qual herdamos, com muita honra, valores e tradições.

### Conclusão

Em breve, o Brasil celebrará o seu quinto centenário, na proximidade futura das viradas do século e do milênio – coincidências que nos levam a crer na predestinação de nosso país e que ele é, de fato, “abençoado por Deus”.

As glórias desses fastos de nossa bela gesta devem-se, fundamentalmente, a Portugal e a Pedro Álvares Cabral, tornando-se irrelevantes as discussões relativas à presença de Duarte Pacheco Pereira, Alonso de Hojeda (acompanhado de Américo Vespúcio), Alonso de Mendoza, Vicente Pinzon e Diego de Lepe, em terras brasileiras, antes do Almirante descobridor e sua poderosa frota, pois a “Ilha do Brasil” já estava, de antanho, vinculada a Portugal e era conhecida em toda a Europa, pelas cartas geográficas, desde, principalmente, a segunda metade do século XIV!

À vista de recentes pesquisas realizadas com o uso de modernos meios cibernéticos e informáticos, máxime na ordenação de fontes primárias, tudo nos indica, à luz de documentos de alta valia, que se tornou vitoriosa a tese da intencionalidade do descobrimento do Brasil (“obra meditada”), cuja argumentação foi brandida pelo confrade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Norberto de Souza e Silva, em 1850. A tese oposta, a da casualidade apresenta-se, hodiernamente, como cediça, configurando-se em um verdadeiro mito.

Entretanto, tal opinião pode ser contestada e isso seria bastante salutar, nesta quadra em que transcorrerá a efeméride do quinto centenário, eis que “a história é justa e verdade”, não se fazendo com conceitos ideológicos, caprichos e subjetivismos”.

Apenas trouxemos à colação, de forma despretensiosa, sintética e imperfeita, e de escantilhão, argumentos que julgamos de relevância, com vistas a reacender o debate acerca de tema ainda controverso e inconcluso, historicamente.

Por derradeiro, na relembração e ufana evocação de nossos valorosos avoengos da velha Lusitânia, meditemos nas palavras de nosso primeiro Ministro da Guerra, o ilustre português Conde de Linhares, proferidas em 1808:

“O Brasil é, sem dúvida, a primeira possessão de quantas os europeus estabeleceram fora do seu continente, não pelo que há, atualmente, mas pelo que pode ser no futuro. A feliz posição do Brasil dá aos seus possuidores, uma tal superioridade de forças, pelo aumento da população que se alimenta dos seus produtos e facilidade do comércio que, sem grandes erros políticos, jamais os vizinhos do norte e do sul lhes poderão ser fatais”.

MANOEL SORIANO NETO  
CEL INF QEMA – CHEFE DO DOC EX

## BIBLIOGRAFIA

- Pombo, Rocha – *História do Brasil* – Edições Melhoramentos, SP, 1964.
- Galanti, Pé. Raphael M. S. J. – *História do Brasil* – Duprat e Cia, SP, 1913.
- Vianna, Hélio – *História do Brasil* – Edições Melhoramentos, SP, 1982.
- Serrano, Jonathas – *História do Brasil*, F. Briguet e Cia Editores, RJ, 1931.
- Calmon, Pedro – *História do Brasil*, Editora Nacional, SP, 1947.
- Vamhagen, Francisco Adolfo de – *História Geral do Brasil*, Edições Melhoramentos, SP, 1978.
- Vasconcelos, Genserico – *História Militar do Brasil*, Imprensa Militar, RJ – 1922.
- Carvalho, Luiz Paulo Macedo – “Repensando Tordesilhas”, revista *A Defesa Nacional*, trimestre de 1995.
- Cabral, Francisco Pinto – *O Português Salvador Fernandes Zarco, vulgo Cristóvão Colombo, o Redescobridor da América*, Editora Thesaurus, Brasília, 1993.
- Souza, José Helder de – “Como Dom João II enganou os Reis Católicos da Espanha”, revista do IHGDF, Brasília, 1998.
- Menezes, Vladir – *O Descobrimento do Brasil*, revista do Instituto do Ceará, 1990.
- Henriques, Elber de Melo – “O Descobrimento do Brasil – Comentários”, revista nº 79/93, do IGHMB, RJ, 1993.
- Cozza, Dino Willy – “A Marinha Portuguesa no Brasil”, revista *A Defesa Nacional*, RJ, 2º trimestre de 1997.
- Negalha, Jonas – “Quarto Centenário de Raposo Tavares”, “Ombro a Ombro”, Dez de 1998.
- Almeida Edson Plats – “Quem Descobriu o Brasil?” – revista *Ano Zero* Editora *Ano Zero*, SP, 1992.
- Soriano Aderaldo, Mozart – “Revisionismo Histórico”, *Revista do Instituto do Ceará*, 1990.
- Soriano Neto, Manoel – “As Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil” – *Revista do Exército Brasileiro*, 2º trimestre de 1997.
- Documentos diversos (existentes no C Doc Ex).



# A ARMADA DE 1500 E AS SINGULARIDADES DE ARRIBADA NA ESCALA DO ATLÂNTICO SUL

FERNANDO LOURENÇO FERNANDES

## 1 – Introdução: Cabral Desvia o Rumo da Esquadra

Como é sabido, amofinada por um chuvaceiro e ventos de sudeste, a frota de Pedro Álvares Cabral, depois de avistar o Monte Pascoal e rumar para a costa, dirigiu-se para o norte em busca de um ponto abrigado. De como isto foi feito, os estudos de Jaime Cortesão (Cabral e as Origens do Brasil, 1944) e Max Justo Guedes (O Descobrimento do Brasil, 1989, reedição) dão conta e se completam destacando o segundo, magistralmente, o roteiro da singradura até a frota lançar ferros na proximidade da Coroa Vermelha.

Compulsando as plotagens nos mapas de Max Guedes e a aproximação de quem vem numa rota batida para a Índia, conduzindo uma frota de comércio pejada de riquezas para serem cambiadas no destino por especiarias, conhecendo o regime de monções existentes no índico e as arduras que lhes esperavam num longo trajeto ainda a ser vencido – sem contar as pesadas responsabilidades diante do rei e de seus comandados na frota – revela-se estranho tenha Cabral guinado a 120 milhas da costa em demanda de terra, quando não minguisse, no dizer de Caminha, suprimentos de água e lenha necessários à longa travessia do Atlântico Sul.

Mais ainda estranho, quando as conhecidas instruções de Vasco da Gama, implicavam dever a esquadra, ao alcançar as ilhas de Santiago ou de S. Nicolau, no arquipélago de Cabo Verde, dispor de uma autonomia (suprimentos de bordo) de quatro meses para atingir a aguada de S. Brás (Mossel Bay), 200 milhas náuticas acima do Cabo da Boa Esperança. Justificar-se-ia um desvio de rota nesta condições?

A linha de arribada, de seu turno, forma um ângulo infletido com o da singradura, quase invertendo o rumo. A frota desvia o curso para o norte, na procura de abrigo contra os ventos de sudeste. Podia fazê-lo, também, descendo a costa, pois o vento soprando “francamente de leste” permitiria à esquadra navegar em qualquer das duas direções, conforme lhe conviesse.

Os esquifes e batéis (embarcações auxiliares levadas a bordo) seguem nessa busca, a reboque, amarrados às popas das embarcações que vão abrindo caminho, atentas, em mar toldado por aguaceiros “num dos mais perigosos trechos da costa do Brasil” como acentuou Max Guedes. Não escolhem o rumo sul – natural desdobramento de quem segue nessa direção – e se livram, oportunamente, no momento e pontos certos, de perigosíssimos obstáculos, a começar pelo recifes Itacolomis.

Não obstante, o costeiro para o norte também tem seus riscos. A armada prossegue “ao arrepio do caminho” no dizer de Jaime Cortesão, com as cautelas típicas dos mareantes experimentados, encostando as caravelas – os tradicionais batedores de vanguarda – e seguindo afastadas as naus, embarcações pesadas e menos safas.

Superando um sem-número de armadilhas plantadas naquela costa pela natureza, na forma de baixios, parciais, recifes, obstáculos coralíneos e outras tantas formações submersas, as caravelas acham finalmente o boqueirão da baía Cabrália, deitando ferros na angra protegida pela Coroa Vermelha. O restante da flotilha ancora um pouco mais ao largo, em águas calmas de onze braças. No dia seguinte, metem-se todas as embarcações para dentro.

Não poderia Cabral ter encontrado lugar melhor.

Era o local certo para aportar com segurança e tranquilidade.

Realmente, não havia outro com as características de adequação: ancoradouro protegido, mesmo com ventos de sudeste, mar sempre calmo e murmurante na linha da areia. Na verdade, um remansoso balneário para refresco de mareantes onde, de quebra, desemboca – manso e cristalino – um riacho esplendoroso de águas frescas: o Mutari.

O exame, de seu turno, da rota na costa baiana, revelará outras tantas singularidades. Para tanto, vamos observar o que mostra o Mapa esquemático das manobras de Aproximação, apoiado no Mapa no. 3 da obra de Max Justo Guedes, quanto ao percurso da frota.

## **2 – As caravelas passam direto pela barra do rio Buranhém**

Às 8 horas da manhã, pouco mais ou menos, de 24 de abril de 1500, a esquadra que fundeara ao largo do rio do Frade, em seu primeiro

contato com a terra brasileira, suspendeu ferros tomando a direção norte em procura de um porto para abrigo e refresco, achado ao final da tarde, quase ao anoitecer, na baía Cabrália.

Essa rota de demanda foi navegada a uma prudente velocidade de 3 nós, ou seja, de 3 milhas marítimas p/hora, segundo os cálculos rigorosos desenvolvidos pelo autor do mapa, Históriador, cartógrafo (e cartólogo) e oficial da Marinha de Guerra do Brasil, autoridade, portanto, para estabelecer o padrão daquela marcha.

Dessa forma, levou a flotilha cerca de 10 horas para ir do Frade à Coroa Vermelha, sem parar.

As caravelas seguiam encostadas ao litoral, dentro do possível, tomando lã iam encosta as cautelas de sondagem e verificação. Safas para “descobrir” e levantar não apenas os obstáculos mas as características da costa, eram a vanguarda das frotas, esmiuçando os litorais, boqueirões, enseadas e penetrando barras.

Aqui surge um ponto muito curioso e também passado despercebido aos estudiosos, mesmo aqueles que apostaram na tese do Históriador Varnhagen sobre o ancoradouro de Cabral no estuário do Buranhém, o “porto seguro” em Porto Seguro. Como poderiam as caravelas, farejadoras de litorais, intrépidas e marinheiras, pilotadas por gente experimentadíssima nesse mister – uma delas ainda com o reforço de Afonso Lopes, piloto do próprio Cabral – subir a costa a 3 nós, atentas e perscrutadoras à procura de um porto, varar a barra do rio Buranhém, ultrapassando-a, sem dela dar conta?

O mais interessante é que em litoral perigoso e desconhecido, gente tão boa de mar deixasse passar essa barra – que por outro lado não era protegida dos ventos de SE, não possuía um rio cristalino para aguada e, ainda por cima, rasa – e fosse achar em *rota direta* o ponto certo, fundo e de excelente aguada. Caminha nada fala sobre demoras ou atrasos no percurso. A frota levanta para o norte às 8 horas e chega quase ao pôr – dosol, dando margem (numa hora não das mais adequadas) para as caravelas, atingindo a baía Cabrália, entrarem direto na enseada da Coroa Vermelha.

Os argumentos dos defensores da tese de Varnhagen são bastante oportunos, não para transformar o estuário do Buranhém onde se localiza atualmente a cidade de Porto Seguro, no abrigo da frota de Pedro Álvares Cabral, mas para mostrar a inconsistência fática de não terem os violadores de uma costa desconhecida, sendo experimentados como eram, ido sondar aquela barra e o seu interior. Se isto houvesse ocorrido, a derrota até a baía Cabrália teria se alongado no tempo, impedindo a arribada ao pôr-do-sol naquele porto.

Como explicar isto?

Quanto tempo levaria para a frota realizar os trabalhos de sondagem da barra do Buranhém e do interior da bacia, constatando e rejeitando suas características físicas como atracadouro? Não seria operação rápida.

É preciso levar em conta que as naus ficariam aguardando ao largo, velames aparelhados em espera e âncoras poitadas. Chovia e ventava o SE.

As caravelas, como perdigueiros farejando o campo, inspecionariam a embocadura adentrando o estuário, medindo as profundidades, sentindo a correnteza, perpassando as margens, assinalando pedras e a textura do leito, marcando os canais e o peso de salmoura das águas do rio.

Quanto tempo isto levou? Certamente, se tivesse ocorrido tal pesquisa, a unidade de tempo da singradura teria quebrado; não mais os três nós calculados por Max Guedes. Isto quer dizer que, claudicando o ritmo, a armada jamais teria feito o percurso em dez horas, impossibilitando uma chegada na baía Cabrália – como certificou Pero Vaz de Caminha – ao pôr-do-sol de 24 de abril de 1500.

O que aconteceu então? Não teriam, como é lógico, deixado varar a entrada do Buranhém com um recife linear apontando por centenas de metros o boqueirão. Por outro lado, não teriam porquê, desconhecendo a costa, desprezar de plano um porto que se abria à frente da armada.

É interessante examinar as descrições de Ernest Mouchez sobre a costa nas cercanias do Buranhém, dos indicadores claros da presença de um fundeadouro, do comportamento da linha de recifes protegendo a barra e das condições de ancoragem e segurança naquela bacia.

O navegador, astrônomo e hidrógrafo francês, destacando ser o porto desprotegido dos ventos de sudeste e os riscos de uma lufada dessa origem para embarcações poitadas naquele leito, salienta igualmente que tal perigo é remoto, em decorrência de que temporais pesados são muito raros nessa costa e que nas piores estações, quando ventos de SO sopram em junho, julho e agosto, assim mesmo são de pequena duração e raramente muito fortes.

Transcende do estudo de Mouchez que os portugueses, em costa desconhecida, troçaram um bom porto (ou pelo menos razoável), por um excelente, e isto sem conhecer os condicionalismos físicos daquele litoral.

Cabral e seus pilotos teriam descoberto, numa enorme faixa de 240 léguas (cerca de 1.440 km) de costa brasileira, um dos seis portos seguros para veleiros, portos estes, com disse Mouchez, onde podem

com toda a segurança abrigar-se grandes embarcações. Começando no norte, estes portos naturais são: Morro de São Paulo, Camamu, baía Cabrália, Abrolhos, Búzios e o de Cabo Frio. Quando os veleiros, em abril de 1500, infletem para a terra, diante da inspiradora visão do Monte Pascoal, ficam apenas a 26 milhas de um desses portos seguros.

Como se o pressentissem, tomam o rumo certo do norte, safam-se de arriscar as proas nos Itacolomis, varam – sem se deter – a barra do Buranhém e jogam ferros na baía Cabrália, às últimas luzes do dia.

De maneira semelhante à aproximação em Santa Cruz – Cabrália, quem costeia a leste de Porto Seguro se depara, além das falésias ou barreiras “d’elas vermelhas e d’elas brancas”, apontadas por Caminha, com “duas grossas trombas de terra (...) que denotarão ser este o lugar de alguma barra”, como assinalou, em 1860, Collatino Marques de Souza (Roteiro da costa do Brasil). Emoldurando o porto, desenha-se uma linha de costa sempre elevada e igual, desde a ponta de Mugiquissaba, ao norte, até Porto Seguro. A partir daí, “segue para o sul um cordão de terra muito baixo na costa, e que fica correspondendo a todo o comprimento do recife que forma o porto”.

Os aludidos sinais de existência de barra, para navegantes calejados e atentos, mostram-se gritantes. E para quem navega coleando o litoral, ainda se soma a tais indicadores a mudança de coloração das águas, esmaecidas com a corrente despejada pelo rio Buranhém.

Observando a rota seguida pelas naus, entre o rio do Frade (primeira ancoragem) e o fundeadouro na baía Cabrália, percebe-se que as caravelas tomariam singradura equivalente – certamente sinuosa, pelas manobras de esgueiramento dos obstáculos e de sondagem – entre a costa e a esteira das embarcações pesadas. Ora, se estavam procurando um porto, transitariam pela boca do Buranhém, para depois alargar em curva, ultrapassando a linha de obstáculos costeiros da chamada baía de Porto Seguro até contornar o recife de Fora, juntando-se ao restante da frota. É difícil aceitar, em tais condições, um desconhecimento da barra (situada no extremo norte do longo recife, tão retilíneo que parece talhado pela mão do homem) e a investigação das possibilidades do fundeadouro.

Prosseguindo o costeio e reconhecendo, mais uma vez, nova linha de obstáculos formada entre as pontas Grande e Muta, a esquadra surge na baía Cabrália ao anoitecer de 24 de abril. Descreve Caminha essa chegada, despojando a navegação de expectativas, embaraços, demoras ou sequer, cautelas. Parece quase narrar uma regata. “E, velejando nós pela costa, acharam os ditos navios pequenos, obra de dez léguas do sitio donde tínhamos levantado ferro, um recife com um bom porto la dentro, muito bom e muito seguro, com mui larga entrada. E

meteram-se dentro e amainaram. As naus arribaram sobre ele; e um pouco antes do sol-posto amainaram também, obra de uma légua do recife e ancoraram em onze braças”.

Aí acontece algo estranho, de novo. “E estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, por mandado do Capitão, (...) meteu-se logo no esquife a sondar o porto dentro”. Uma angra desconhecida, como é lógico, sonda-se antes e não depois de se adentrá-la, ainda mais ao pôr-do-sol.

Novas singularidades irão ocorrer, já agora na estadia do ancoradouro.

O exame de situação da paragem na baía Cabrália implica, necessariamente, uma análise das iniciativas de vistoria e de primeiro desembarque tomadas pelos navegadores. Assunto tratado de maneira mais ou menos corrida pela grande maioria dos Históriadores, é comum encontrá-lo conformado aos exatos limites da narrativa de Caminha e, em decorrência, carecendo de um exame crítico de natureza comparativa com outros episódios de contato e vistoria de litorais pelos portugueses, em relação aos personagens e às práticas adotadas no abeiramento.

Já foram destacados os fatos insólitos ocorridos no pequeno trajeto marítimo de 24 de abril, fazendo mesmo admitir disponibilidades de informação maiores do que seria de supor em principiantes da pedranceira costa meridional baiana. Estaria aí inscrita a hipótese de conhecimentos insuspeitados que se associam ao elenco de tantos outros episódios intrigantes da longa jornada dos descobrimentos portugueses.

Peculiaridades, como foi dito, serão notadas igualmente durante o período no ancoradouro, decalcando contradições comportamentais e suscitando novas dúvidas e indagações. Por duas vezes, uma no rio do Frade e a outra no porto seguro – nesta última acompanhado por Bartolomeu Dias – foi Nicolau Coelho designado para as manobras precursoras de contatos na praia, em uma terra “desconhecida, recém descoberta”. É sempre ele quem vai participar dos primeiros desembarques. A partir desse posicionamento a frota movimenta-se ou não. No caso do rio do Frade, desafiando e demandando N, em busca de alguma abrigada e bom “pouso”.

Nicolau Coelho é o navegador experimentado, comandante da caravela Bérrio na flotilha de Vasco da Gama, sendo assim um dos “descobridores da Índia”. É o que “embarca infatigavelmente a cada armada”, lembrou Jaime Cortesão e no regresso da Índia “vem adiante anunciar a nova do descobrimento”.

Mal saído da jornada, longa e perigosa, embarca seis meses depois na frota de Cabral para, quase em seguida, capitanear a nau Faial

na armada que, em 1503, Afonso e Francisco de Albuquerque cumpriram tantas façanhas. Foi sua derradeira missão, ficando no mar.

Em todas as viagens desempenha sempre, este comandante, algumas das missões mais arriscadas. Confirma-se no perfil traçado pelos Históriadores da marinharia, a descrição do lidador, do que vai na frente, do ponta-de-lança. Nos dois desembarques em praias brasileiras, Nicolau Coelho empregou o batel e não o esquife. Teria isto algum significado especial ?

A resposta, certamente, é positiva. Em primeiro lugar, é preciso conceituar o papel náutico de cada uma dessas duas embarcações menores.

O batel era embarcação bem mais possante e marinheira do que o esquife. Ao batel era dado o serviço auxiliar do navio, na carga e descarga e na aguada, utilizando-se igualmente como força de apoio tático em combate. Era empregado em solenidades e em dias de festa na condução das autoridades de bordo, militares, civis e religiosas. Tanto arvorava em vela, como deslocava-se a remos.

O batel viajava dentro dos veleiros, algumas vezes, como nas caravelas, atravessado de um bordo a outro, quilha para cima, emborcado entre o mastro grande e a proa. Raramente vinha a reboque – como aconteceu entre o Frade e a Coroa Vermelha – a não ser em trajetos de cruzeiro.

### **3 – A Certeza de uma Recepção Pacífica**

Como fez nos primeiros contatos com a costa brasileira, Nicolau Coelho explorou o rio da Misericórdia, litoral de Moçambique, em um batel à procura de aguada no itinerário da viagem de Vasco da Gama. Saiu, porém, nesse trajeto em missão armada, artilhado com dois berços (canhonetes) e vinte e quatro tripulantes (dez marinheiros para remos e doze homens com bestas, o capitão e um piloto mouro), cobrindo-se a embarcação com um toldo para proteger contra setas (principalmente as conhecidas e temidas ervadas, as flechas com veneno) de possíveis antagonistas. O batel poderia, aliás, receber ainda mais artilharia do que a provida nessa ocasião.

Nos navios seguia também um bote, o esquife, para quatro a seis remadores, utilizado em serviços menores em portos e fundeadouros.

Empregando o batel, dispunham os tripulantes de recurso muito mais adequado para a vistoria da área do que o bote, ampliando consideravelmente as condições de segurança no deslocamento e garantindo um raio de investigação a qualquer ponto da baía Cabrália.

Todavia, de que maneira avançam os batéis – um de Coelho e outro de Bartolomeu Dias – nas águas tranqüilas do ancoradouro? É praia estranha, com gentio armado, mas o conceito de manobra é totalmente diferente do adotado em Moçambique.

Não há berços, bestas, toldos, nada que transpareça receio grave ou desconfiança de armadilha. A certeza aparente de uma recepção hospitaleira é bem evidenciada, pois seguem para a terra dois capitães no batel de Nicolau Coelho e, por ordem de Cabral – como se fosse um repórter em busca das primeiras impressões e novidades – embarca o cronista do evento, Pero Vaz de Caminha.

Não há preocupações de enviar apenas gente menos importante na hierarquia de bordo. Os batéis tomam o rumo da praia dos Lençóis em flecha, direto sobre a desembocadura do rio Mutari, conduzindo barris para o ressuprimento de água potável, Caminha é suficientemente claro na descrição do episódio.

Convém repetir que, em 25 de abril, os navios estavam ancorados no ponto mais conveniente da baía Cabrália, os lados do sul, ao abrigo da Coroa Vermelha, tendo à mão o Mutari. Seria este o comutador da ação de fundeio naquela ponto, diante da informação de Caminha conformando o bordejo da costa à procura de aguada e lenha?

Parece bastante aceitável que a resposta seja afirmativa. Proteção contra os ventos de SE, já se sabe que o ancoradouro oferecia, mas no momento já não seria tão importante. As caravelas entram direto no fundeadouro ao anoitecer, sem a sondagem prévia, mas as naus dormem fora, ao desabrigo, portanto, da Coroa Vermelha a qual protegeria contra os ventos SE, se voltassem a soprar. Dos três fatores, salientados por Max Justo Guedes, da busca de um bom porto para refresco, aguada e embarque de lenha, o Mutari é o elemento que consolida a vantagem do fundeamento na enseada.

Entretanto, qualquer dos tripulantes o procurou no dia 24 de abril. Afonso Lopes monta em um esquife (o bote para pequenos deslocamentos) e “vai sondar o porto dentro” ao anoitecer. Logo já não haveria mais luz do dia, limitando a missão a período muito escasso. Além do mais, a visada de terra seria contra o sol. Baixo no horizonte. Não haveria muita coisa a distinguir, a não ser, como apontou Caminha, os vultos dos “homens da terra” que na praia andavam muitos.

Assim, não parece indiscutível que tenha o piloto Lopes alcançado a praia, mesmo saindo de uma das caravelas que ancoravam a uma distância, provavelmente, inferior a uma milha da areia. O bote deve ter realizado evoluções em distância segura em relação à praia, pois os silvícolas que o navegador recolheu, conduzindo-os para bordo

da nau-capitânia onde foi realizada a recepção do alto comando da frota, encontravam-se no mar, naquilo que Caminha chamou de “almadia”, na realidade, uma tosca jangada de três paus atados entre si.

O ponto de partida da narrativa destes acontecimentos está centrado na missão de sondar, o que nada indica outra coisa do que determinar a profundidade do mar, o que é perfeitamente condizente com o personagem da ação (um piloto), com o meio utilizado (o esquite), com o local (proximidade das caravelas) e, ainda que em termos, com a hora do evento. É admissível, então, concluir que Afonso Lopes não tenha ido à praia, limitando-se à missão tipicamente marinheira de medir as funduras da enseada (no dia seguinte iriam entrar as naus) e já quase sem luz, ao ver nas proximidades a dupla de silvícolas, aproveitasse a oportunidade para retê-los e levá-los a bordo, o que não implica, obrigatoriamente, violência física.

#### **4 – Um Rio Invisível**

A missão encerrava-se com as possibilidades da luz do dia, atracando o bote na nau-capitânia já noite feita. Na manhã de sábado, com toda a frota descansando na enseada, partem para a terra Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias, conduzindo os dois índios, o degredado Afonso Ribeiro e Pero Vaz de Caminha.

Para quem está fundeado ao largo do ancoradouro a vista é magnífica. O sol das latitudes tropicais que acompanhou a esquadra por esse “mar de longo”, acentua o colorido das águas e contrasta a infundável linha do areal com os ornamentos da topografia que margeiam a costa. O mar de Cabrália, de um verde esmeralda, é tranqüilo, a brisa constante e a reverberação intensa. Entretanto, o rio Mutari não é visível de qualquer ponto dessa corda em que o arco é a praia dos Lençóis.

Um observador plantado na própria orla do ilhéu da Coroa Vermelha não conseguirá, a olho desarmado, identificar a presença do curso d’água. A não ser que se esteja muito perto, vindo do mar e praticamente em cima de desaguadouro, o manso e cristalino riacho, confundindo-se com a paisagem do imenso areal, mantém-se protegido, indepassado. É inútil tentar divisá-lo.

Da ponta da Coroa Vermelha, ou mesmo do outeiro de Santa Cruz de Cabrália, na outra ponta do arco, o Mutari esconde-se, esbatido na paisagem de areia.

De que posição, portanto, teriam os navegantes tomado conhecimento do rio, para terem partido na manhã de 25 de abril, direto à praia, ao Mutari, já conduzindo barris. A narrativa de Caminha concorda

raso, espreado na embocadura, não haveria como pensar em adentrá-lo com os batéis.

Caminha informa claramente:

“Então se começaram de chegar muitos (índios). Entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam, traziam cabaços de água, e tomavam alguns barris que nós levávamos; enchiam-nos de água e traziamos aos batéis”. Cumpre estranhar que os índios, habitantes do paleolítico, tivessem suficiente familiaridade com barris para, interpretando a morfologia, soubessem da destinação. Os brancos e seus petrechos deveriam ser tão desconhecidos para o silvícolas, quanto estes para os visitantes.

A leitura dessa passagem, de pouco menos de vinte linhas, desperta novas irresoluções. Além do episódio dos tupiniquins conhecedores da utilidade das pipas de madeira e das necessidades dos navios, os marinheiros, de seu turno, sabiam de uma aguada praticamente incógnita, em uma enseada desconhecida.

Na parte da tarde, voltaram a excursionar, Desta feita com Cabral e seus capitães vogando pela orla da praia, mas sem desembarcar em terra, deixando para fazê-lo na segurança do “ilhéu grande”, designação saborosamente antinômica que tão bem serve para definir o sítio da Coroa Vermelha na maré baixa. No dia seguinte, Domingo, foi rezada a primeira missa, ainda nas areias espreadas do Ilhéu.

Enquanto seguia o ato religioso, os índios procuravam assomar a Coroa Vermelha, nessa época um ilhéu verdadeiramente, pois encontrava-se “por toda a parte cercado” pelo mar, não assoreado, na sua face ocidental, pelo braço de areia que hoje lá se encontra. Depois do almoço, o capitão-mor e o respectivo séquito foram espaiar em terra. Desta vez, em terra mesmo, no continente.

Por formalidade ou por cautela, embarcaram armados nos batéis e a bandeira da Ordem de Cristo com eles. Foram dar – sempre na descrição da Carta – no mesmo ponto anterior, proximidades da embocadura do rio que corre paralelo a linha da praia uns setecentos metros, antes de receber outro riacho de afluente, o Jardim, e se escoar, em cotovelo, para o mar. O desembarcadouro de Cabral é o arremate do último trecho do riacho, que corre à beira-mar, abrindo nesse ponto uma perpendicular de uns setenta a cem metros de comprimento (tanto quanto a largura do areal) por onde escoa na baía Cabrália, dividindo, por assim dizer, a praia dos Lençóis em duas partes, uma ao sul e a outra “contra o sul” dessa raia.

Parece bastante claro que o conceito tático de Cabral, para seus desembarques, foi sempre o de deixar o Mutari entre ele e o grosso dos índios, aumentando a margem de segurança nessas incursões. Na medida

em que os nativos (armados) começavam enxamear para além do rio, Cabral mudava a direção dos deslocamentos. Cruzava de retomo o Mutari e ficava na sua parte da praia, sempre com os batéis nas proximidades, ainda que fosse necessário acompanhar a comitiva rente à margem.

## 5 – Carpinteiros Fazem uma Cruz de Madeira Verde

Um outro acontecimento singular é o da cruz fincada na praia.

Na segunda-feira, inicia-se esse episódio que também encerra curiosas, para não dizer estranhas, peculiaridades: a cruz da 2ª missa. Nesse dia foram mandados para terra dois carpinteiros com a missão de preparar uma grande cruz, derrubando para tanto uma árvore.

As revelações corográficas de Pero Vaz de Caminha indicam estar a parte florestada da enseada ao sul do Mutari, local para onde se dirigiram os carpinteiros. Em termos fabris quer dizer que os operários, para realizarem a obra, necessitaram penetrar na floresta, escolher uma árvore adequada, derrubá-la, trazê-la à praia, descascá-la, talvez cortá-la em pranchas ou barrotes, chanfrar os engastes e arestas para, finalmente, montá-la e cravá-la (ou atá-la com cordas ou estais). Tudo isto em madeira verde.

Começaram na Segunda-feira, 27 e no dia 30 de abril já estava pronta, encostada a uma árvore “junto com o rio”, ou seja, à margem direita da desembocadura em cotovelo do Mutari.

Por que fazer uma grande cruz de madeira verde, por isto mesmo de difícil manipulação carpinteira e que não poderia durar em face da ausência de amadurecimento do lenho?

Durante a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia ocorreu um episódio de construção e erguimento de cruz. Entretanto, ali, empregaram a madeira adequada aos trabalhos da carpintaria e à durabilidade da peça a ser exposta ao tempo. “Estando nesta Angra de São Braz tomando água (como no Mutari), uma Quarta-feira (dezembro 6), pusemos uma cruz e um Padrão em a dita Angra de São Braz, a qual cruz fizemos de uma mezena e era muito alta”. Na angra haviam desfeito a nau que levava mantimentos, sobrando, portanto, madeira. Entretanto, diz a mesma fonte, havia “mato grande” nas proximidades do ancoradouro do litoral sul africano. Na baía Cabrália, embora não tendo ocorrido desmanches, poderiam ter utilizado sobressalentes das embarcações.

Entrementes, a cruz de Cabral ficara pronta, presunivelmente e no mais tardar, no dia 30 de abril. Foi deixada na praia, sem guarda, para no dia seguinte ser transportada para o outro lado do rio, onde seria chantada.

Por que essa cruz, depois de pronta não poderia ser erguida naquela mesmo local, desde que a tradição informa ter sido construída para a celebração da missa? Se era assim, tanto fazia colocá-la de um lado ou do outro da boca do Mutari. Cabral, que já estivera em terra homenageando a cruz (e levando todos os acompanhantes a oscularem o símbolo cristão na quinta-feira, 30 de abril) só determina o local de erguê-la, para melhor ser vista, nos momentos antecedentes à cerimônia, quando desembarcou no outro lado da praia (o seu lado preferido) no dia 1 de maio de 1500. “Ali assinalou o Capitão o lugar, onde fizessem a cova para cantar”. É aí que acontece algo um tanto difícil de entender, embora se tratasse de homens medievais do apagar das luzes do século XV, com formas próprias de pensar, de reflexão, de raciocínio,

Causando provavelmente um enorme e inesperado desconforto aos presentes – que deviam estar vestidos e paramentados de acordo com os ditames para o ato litúrgico solene – resolve ir buscar a cruz onde se encontrava (“abaixo do rio” ou seja, do outro lado da margem). “Dali, continua a narrativa de Caminha, a trouxemos com esses religiosos e sacerdotes diante cantando, em maneira de procissão”. “Passamos o rio (com água pela coxa), ao longo da praia e fomo-la pôr onde havia de ficar, que será do rio obra de dois tiros de besta” – trezentos metros, aproximadamente.

Mas por que alçá-la a trezentos metros da embocadura e não a duzentos, por exemplo. Além do mais, tratava-se de uma cruz que não iria durar grande coisa, em razão de ter sido elaborada em madeira verde, absolutamente contra-indicada para trabalhos de carpintaria. E razoável supor que, para a missa, tenha sido escolhida apenas uma parcela dos tripulantes e a totalidade cristã dos passageiros (havia, até mesmo, guzerates indianos a bordo). Considerando a lotação dos bateis e dos botes ou esquifes, é aceitável um cálculo em torno de 350 pessoas, admitindo que não teria sido feita, na ocasião, mais do que uma viagem à terra.

Esse número estimado de participantes seria mais do que suficiente para transladar a cruz, enorme e pesada, sugerindo o revezamento dos condutores, na distância pretendida, levando-se em conta os eventuais ralentamentos e esforços provocados pela marcha em solo fofo de areia, o cruzamento do rio com água pela braga e a necessidade de manter o andamento, o tom solene e o fluir contínuo que deveriam revestir a procissão.

Pode causar admiração estar a frota guanecida, no mínimo, por 1. 200 homens e a missa ter sido realizada para uma parcela, apenas, da equipagem. Mais ainda, tratando-se de obrigação religiosa importante, com o ato revestindo cunho solene naquele 1 de maio, incluindo a

procissão da cruz. Embora não fosse domingo, era sexta-feira, dia de jejum e abstinência.

Caminha não fornece maiores explicações. Apenas descreve os aspectos gerais da cena, a partir do desembarque na praia, “acima do rio contra o Sul”, esquivando-se de pormenores quantitativos sobre os participantes não indígenas. É preciso, porém, recordar que os navios não poderiam ficar desprovidos de tripulação, e mesmo um ou mais graduados restariam embarcados. Note-se estar a população de bordo confinada cerca de dois meses nas embarcações e interessada em pôr os pés naquela terra diferente, com o atrativo das Índias desnudas em um local de naturais encantos tropicais o que conviria, se não propriamente reprimir, controlar com firmeza. Certamente, deve ter ocorrido uma escala de desembarques com a rendição sucessiva de turmas, como se faz, ainda hoje, nos vasos de guerra surtos nos portos de visita.

Por outro lado, é preciso não perder de vista que da tripulação deveria fazer parte, com certeza, uma boa quantidade de mareantes negros, escravos (em sua maioria), que reclamariam um esquema de vigilância e supervisão.

Não parece provável que a cruz tenha sido confeccionada à guisa de marco de posse, *tout court*. Os marcos, a julgar pelas amostras espalhadas em tantos lugares do circuito Atlântico-Índico, e em particular pelas deixadas no Brasil, eram pequenos. Erguidos, não despontavam do solo altura maior do que a de um homem. O que está levantado na praça fronteira à igreja da cidade de Porto Seguro, é de pouco mais de metro e meio, se tal. A cruz, de seu turno, era grande, “enorme”, visível à distância e não confundível, pelo próprio feitio, com as coisas da natureza.

É preciso considerar que os integrantes da frota não poderiam, sequer, julgar da durabilidade do madeirame empregado na cruz, em uma terra de natureza ignota. Esse fator seria de suficiente importância para definir um substituto para a pedra, o tipo de marco que, pela sua essência, se identifica com a perpetuidade. Diante disto, fazer um marco de posse com madeira derrubada aleatoriamente e, ainda por cima, verde, não faz condizer o meio com os fins.

Insista-se na lembrança de que a cruz não foi erguida na respectiva área de construção, mas do outro lado do rio, em um ponto adrede escolhido por Cabral e não pelos padres ou por Frei Henrique de Coimbra, o capelão da frota. Assim, a cruz não foi para a missa, mas a missa para a cruz.

É bem verdade que desde os tempo de D. Afonso V havia o costume de marcar com cruces de madeira as terras descobertas,

procedimento analisado por Jaime Cortesão ao comentar o episódio da chantada na costa brasileira. A partir de Diogo Cão, os portugueses passaram a adotar o marco de pedra, embora na viagem de Vasco da Gama voltasse a aparecer a sinalização do modo antigo, acrescida ao padrão de cantaria, ambos erigidos na baía de S. Braz. Concluiu Jaime Cortesão, citado, comparando os elementos de circunstância igualmente presentes naqueles dois eventos, o da África e o da baía Cabrália, que a finalidade das cruzes era a de assinalar o ponto de aguada, tornando-o bem mais visível do mar.

A posição do madeiro em Cabrália assinalaria, segundo as acuradas pesquisas do ilustre escritor português, lugares sobre os quais, e sob a invocação e nomeação de “Santa Cruz se fundou mais que um povoado e se desenrolaram vários acontecimentos, de maior ou menor alcance, durante os três primeiros quartéis do século XVI”.

O horizonte da linha costeira, em Cabrália, é parcialmente alto, quando visto por observador postado no mar ou por quem estiver fundeado na altura do ilhéu da Coroa Vermelha.

O primeiro plano é tomado pelo areal enorme e, dessa perspectiva, raso, muito embora apresente um natural e suave caimento na direção do mar. Logo a seguir, constituindo como uma plataforma precisamente delimitadora da linha da praia, o terreno se ergue a uns dois metros de altura e continua, acaçapado, pela costa a dentro, até ir bater de encontro as primeiras falésias espalhadas irregularmente pelo interior. Muito mais adiante, fechando o horizonte, situam-se elevações maiores sob o perfil de brumosas serranias, caracterizando o lado esquerdo do cenário costeiro.

O Mutari, indevassável para esse observador, situa-se na orla baixa da direita, nada indicando sua tranqüila presença. Como se pode imaginar, qualquer objeto de porte alto colocado nesse ponto da praia (à direita do observador) e sobrelevado na plataforma delimitadora do areal, seria muito mais destacável contra o horizonte do que se fixado ao sul da embocadura do Mutari, ou seja, “abaixo do rio” e onde existia arvoredo florestado.

Deste modo, pode-se dizer que a inspeção local da topografia confirma a hipótese segundo a qual o chantamento da cruz obedeceu à necessidade de sinalização do Mutari em face – saliente-se, agora – da difícil localização do riacho na reverberante continuidade da praia dos Lençóis. Assim, com uma cruz de madeira verde, assinalava-se a presença do Mutari, tornando-o mais distinguível para quem vem do mar, pelo aproveitamento do fundo baixo do horizonte naquele sítio.

Isto encerra, porém, um aparente contradição. Se o rio Mutari era de difícil localização, carecendo de sinalização, propósito do





## OS ESPANHÓIS DESCOBRIRAM O BRASIL

JOSÉ HÉLDER DE SOUZA

O que se fará aqui é um simples compulsar – não diremos desprezioso, por ser de tema soberbo – de dados sobre questão que vem de séculos: a descoberta e a redescoberta do Brasil. A descoberta feita por navegadores espanhóis; a redescoberta, podemos dizer sem impropriedade, feita intencionalmente, e não por acaso, por Pedro Álvares Cabral. O tema ainda é cabível neste ano de 2000 em que se fala, discute e celebra – assim digamos – o nascimento do Brasil, inauguração para a história do território baiano com a chegada – a Porto Seguro – e desembarque dos navegadores portugueses e subseqüente povoamento da Bahia e do resto do Brasil.

Dissemos antes ser uma singela coleta de informações sobre tais temas, por se tratar, aí sim, de desambiciosa recolta de registros históricos em torno das descoberta marítimas de portugueses e espanhóis nos finais do século XV e começos do século XVI quando a quarta parte nova do Mundo foi arada, no dizer de Luiz Vaz de Camões, celebrando os feitos marítimos portugueses, mormente de Vasco da Gama, no poema épico “Os Lusíadas” (Canto VII, estrofe 14, versos 7 e 8). Insistimos em dizer, apanhado de informações colhidas em muitos livros, nem todos, pois o assunto está contido em algumas dezenas, talvez centenas de compênios. Também não poderia ser de outra forma por não termos podido compulsar, buscar em fontes primárias ou de outra natureza, nas quais conseguíssemos, ocasionalmente, ver, ou ler coisa nova sobre as descobertas. Tudo, ou quase tudo, possivelmente, já foi revelado e o que não foi, em pontos em que há controvérsias e dúvidas, muito provavelmente, jamais se resolverá.

O Brasil foi descoberto na ponta do Mucuripe, hoje o porto da Fortaleza, capital do Ceará, no dia 26 de janeiro de 1500.

Vicente Yánez Pinzón, navegador espanhol, um dos pilotos de Cristóvam Colombo nas duas primeiras viagens de descobertas no que seria a América, foi o autor do feito. Alguém poderá dizer a esta altura: – Isto é patriotada, bairrismo de cearense. – Não! – podemos retrucar – pois a afirmativa é do paulista, de Sorocaba, Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, talvez o mais cosmopolita dos brasileiros do século XIX: nasceu em 1816 e viveu até 1878 (faleceu na capital do Império Austro-Húngaro, Viena) em países da Europa como estudante e depois como diplomata e lá construiu sua obra historiográfica. Começou seu cosmopolitismo, por freqüentar as escolas de Lisboa, cidade onde trabalhou seu pai Frederico Guilherme, engenheiro alemão que prestou serviços ao reino de Portugal e ao Brasil. Viveu pouco na corte do Rio de Janeiro, o Visconde de Porto Seguro.

“Vicente Yanéz Pinzón, navegando com uma flotilha de quatro caravelas, aproou à terra mais a oeste, em 26 de janeiro de 1500, junto a um cabo, que denominou de Santa Maria de La Consolación, cabo que, por muitas razões, julgamos hoje ter sido a chamada ponta de Mucuripi, vizinha ao porto da capital da província do Ceará, e não de Santo Agostinho, como se chegou a acreditar” – Escreveu Varnhagen em sua obra maior: “História Geral do Brasil”, em três volumes. A citação acima encontra-se na página 72 do volume 1, tomo I e II, 10ª edição integral, editora Itatiaia/Edusp (1981), com revisão e notas de J. Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. (A primeira edição é de 1854, Viena. A partir de 1900, Capistrano de Abril organizou novas edições a resultarem na atual). Varnhagen continua com Pinzón, percorrendo o que é hoje, a costa do Ceará. Seguindo rumo a noroeste, mais adiante, Pinzón avistou um outro promontório a que deu o nome de Rostro Hermoso, dado sua singular beleza. Escreve então Varnhagen na sua “História Geral do Brasil”, sobre o segundo achado do descobridor espanhol... “e o qual, em nossa opinião não pode ter sido senão a ponta de Jererecoara, ainda hoje notada, entre os práticos da costa, pela sua formosura: e que, ao avistarmos-la por primeira vez de longe, da banda do sueste (em 1861) se nos figurou como um vermelho bico de cisne mergulhando no oceano”.

Varnhagen, no século passado, navegando pela costa do Ceará, teve visão semelhante à de Vicente Pinzon, em 1500, do que é hoje a praia e a ponta de Jeriquaquara. Certamente, por falta de melhores informações, o autor grafou erradamente o nome da praia deserta, distante cerca de 100 quilômetros de Fortaleza, hoje ativo ponto turístico mas que tem seus aspectos preservados por medidas do governo do Estado, e está pouco diferente do que viu Pinzón quando lá desembarcou.

Pinzón está presente em várias obras referentes aos descobrimentos marítimos, espanhóis e portugueses, nos séculos XV e XVI, entre eles o do Brasil, vejamos: “Primeiramente foi um espanhol, Vicente Yanéz Pinzón, companheiro de Colombo em sua primeira expedição, que agora se lançava por conta própria, à aventura dos descobrimentos. Em dezembro de 1499, zarpou com quatro caravelas de porto de Palos, seu berço natal, navegando para SO, até que – primeiro europeu a arriscar-se por essas paragens – passou o equador e perdeu de vista a estrela Polar. Por fim, avistou para o ocidente um grande promontório, junto ao qual desembarcou a 20/26 de janeiro ou 20 de fevereiro; era o Cabo de Santo Agostinho (província de Pernambuco) que foi por ele denominado Cabo de Santa Maria de La Conciolación, e ulteriormente por outros descobridores Rostro Hermaso ou Cabo de Santa Cruz, é o extremo oriental do continente sul Américano”...

“Poucas semanas depois de Pinzón, surgia em águas brasileiras, ao norte, segundo espanhol, Diego de Lepe, que provavelmente, zarpou nos últimos dias de 1499 do porto de Palos; também esse alcançou o Cabo de Santo Agostim”... ambas citações acima são do livro “História do Brasil”, de Henrich Handelmann, publicado em Berlin, em 1860. A versão citada é da edição da Itatiaia, São Paulo, 1982, págs. 75 e 76.

A propósito da vista oferecida pelos montes praianos nordestinos aos navegantes do Atlântico, a poucos graus ao sul do Equador, temos: “Ao norte um monte Jericoacoara, que estando assentado no continente da terra do Ceará, é marco que muitas léguas ao longe descobrem as embarcações, quando navegam para as capitânicas do norte” – Rocha Pita, no livro “História da América Portuguesa”, descrevendo os acidentes da costa do Brasil, pág. 21, edição de 1976, da Itatiaia. Rocha Pita publicou esta obra, em primeira edição, em Lisboa, em 1730.

Ainda dentro desta visão da “descoberta” do Brasil, antes de Cabral, por navegadores espanhóis, leiamos: “O Brasil foi descoberto em 1499 por um dos companheiros de Colombo, Vicente Yanéz Pinzón, natural de Palos, que, em companhia do irmão, se encontrava em busca de novas terras. Após tocar nas Ilhas de Cabo Verde, navegou para o sudoeste até atingir a costa do Brasil, perto do Cabo de Santo Agostinho”... do livro “Diário de Uma Viagem ao Brasil”, Itatiaia, São Paulo, 1990, (pág. 25), de Maria Graham, escritora inglesa que viveu na corte do Rio de Janeiro na época da Independência, publicou seu “Diário”... na Inglaterra, em 1824.

Na esteira da flotinha de Pinzón, em fevereiro de 1500, veio o outro navegador espanhol Diego de Lepe, com duas caravelas, tocou e costeou um tanto ao sul de Jeriquaquara. Não consta ter feito grandes explorações. Acabou em contenda com os índios e, numa refrega, perdeu

dez de seus homens. Mais tarde, segundo Varnhagen, os portugueses o pilharam fazendo tráfico na costa da África e o enforcaram.

João Capistrano Abrel (1853/1927), o maior dos Históriadores do Ceará e de conceito intelectual e fama de nível nacional, abordando este assunto, na sua obra “Descobrimento do Brasil”, escreveu: “Desde o século XVI os espanhóis reclamaram como seu o descobrimento do Brasil, e ninguém lho contestou com vantagem”. Afirmou que as pretensões espanholas foram de duas ordens. “As primeiras – segundo Capistrano – grupam-se à roda de Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe; as segundas grupam-se à roda de Alonso de Hojeda e de Américo Vespúcio. Estas não têm a mesma origem, a mesma antiguidade que aquelas, nem o mesmo valor”. Pinzon zarrou do porto de Palos, Espanha, informa Capistrano, citando o Históriador Pedro Mártir, contemporâneo do navegador, em dezembro de 1499. Passou pelas Ilhas Canárias e aportou na Ilha de Santiago, Cabo Verde de onde fez-se ao mar oceano e, a 13 de janeiro de 1500, passou a linha do Equador, navegando sempre rumo sudoeste, no dia 26 de janeiro, chegou ao cabo a que deu o nome de Santa Maria de La Consolacion” – O Mucuripe, assevera Varnhagen. “A viagem de Pinzón – conclui Capistrano – “é de autenticidade inconcussa; em 1500, Juan de la Cosa e o governo espanhol; 1501, Pedro Mártir; em 1504 Angelo Trevizano, e desde então muitos outros, todos Históriadores, têm dado testemunho dela”.

Esta questão secular foi dirimida em 1975 pelo capitão-de-mar-e-guerra Max Justo Guedes, diretor de Documentação da Marinha Brasileira, conforme revela Eduardo Bueno, em seu livro “Naufrágos, Traficantes e Degredados – As Primeiras Expedições ao Brasil” (Editora Objetiva, 1998). Estabeleceu Max Justo Guedes que “Pinzon e seus homens chegaram à ponta de Mucuripe”, em janeiro de 1500. A constatação do oficial da Marinha do Brasil baseou-se – continuamos com Eduardo Bueno nos documentos originais que descrevem a jornada de Pinzón na polêmica judicial que se seguiu à viagem e, acima de tudo, em um mapa. feito em 1501 pelo cosmógrafo Juan de la Cosa”. A viagem de Pinzón, ainda segundo Bueno, foi referida por vários Históriadores do século XVI. O principal deles, citado por Capistrano, Pietro, Mártir de Anghiera. Este milanês que trabalhava para os Reis Católicos – Fernando e Isabel – soberanos da Espanha ao tempo dos grandes descobrimentos marítimos, escreveu em 1501 e publicou em 1511, o livro “As Oito Décadas do Novo Mundo”, no qual relata (na primeira década) a viagem de Vicente Yáñez Pinzón ao Brasil – ainda citamos Eduardo Bueno –, narração baseada em entrevista com o próprio Pinzón.

Thomás Pompeu Sobrinho, Históriador do Ceará que viveu no fim dos novecentos, em seu livro “Protohistória Cearense”, Edições UFC

– Fortaleza, Ceará, 1980, 2ª edição, reporta-se aos episódios das descobertas de Pinzón e Diego de Lepe, refere-se ainda ao caso Alonso de Hojeda, também espanhol que antecedeu seu conterrâneos na vinda às costas do Nordeste e especialmente do Ceará, em 1499. Outro, nome lembrado é o do português Duarte Pacheco e sua viagem ao sul do Equador em 1498. Estes nomes e suas descobertas não são bem fixados na historiografia por causa da “questão dos segredos”. Dom João II, rei de Portugal e grande nome ligado às navegações e descobertas, decretou tais “segredos” para preservar da cobiça de outros povos as terras desvendadas por seus navegadores. Havia também um acordo ele os reis da Espanha, após o Tratado de Tordesilhas, pelo qual os dois reinos “dividiam” o mundo entre eles, para que tais descobertas só fossem alertadas quando lhes conviesse, o que só veio a acontecer para a nossa história, no reinado de Dom Manoel, o Venturoso, a quem coube muitas glórias devidas a Dom João II, inclusive a “redescoberta” do Brasil. Grande feito propalado bem depois das descobertas de Cristóvão Colombo. Este navegador e descobridor é apontado por Mascarenha Barreto, Historiador português contemporâneo, como sendo servo do reino de Portugal e, ainda por cima, espião de Dom João II junto à corte de Espanha.

Dentro de toda esta arenga sobre descobrimentos, há a questão da intencionalidade da vinda de Cabral às terras que seriam o Brasil, não meramente para “descobrir”, mas para tomar posse deste pedaço do mundo. Vejamos: “Em 1854, Joaquim Noberto de Souza e Silva pronunciou-se pela intencionalidade da descoberta e abriu novos horizontes à crítica histórica da viagem de 1500” – Joaquim Noberto de Souza e Silva, “Memória sobre o Descobrimento do Brasil”, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, tomo XV, págs. 125 a 209. Mas foi o comandante da Marinha de Guerra, Baldaque da Silva que deu, em 1892, um decisivo impulso à revisão do processo, ao publicar uma monografia em que estuda criteriosamente o problema dos agentes físicos na viagem de Cabral, para concluir pela impossibilidade do desvio da frota para oeste e afirmar a intencionalidade da rota, baseado nas fontes históricas que chegaram ao nosso conhecimento” – as linhas acima são citações feitas por Jaime Raposo Costa, diplomata português, em seu livro “A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil”, publicado em 1985, em Brasília, pela Editora Thesaurus, quando o autor servia nesta capital.

Aqui pode-se dizer fim a este já longo arrazoado sobre questões de descobertas ou descobrimentos ainda a ser bem desvendados.



## SONETOS DE DESCOBRIMENTO

ANDERSON BRAGA HORTA

### NAVEGANTES

Quando as íntimas velas ao amargo  
e capitoso vento da aventura,  
albatrozes do pélagos e da altura,  
desfraldamos ansiando o oceano largo,

também a destra um velho-do-restelo  
ergue severa, e proas, quilhas, mastros  
detém com as cordas, e âncoras, e lastros  
de apontar-nos um mar de pesadelo.

À afoita nau que, do seguro peito,  
sonda o desconhecido a mão, segura,  
brande um saber só de experiências feito.

Mas só de escuro céu colhem-se estrelas...  
E aos abismos de Deus move a loucura  
no grosso mar as frágeis caravelas!

## PORTUGAL

*Para Agostinho da Silva*

É Portugal mais do que a lusa terra,  
e mais que os povos além-mar plantados  
pela mão dos barões assinalados  
em constante perigo, e dano, e guerra.

Há mais Descobrimientos que os logrados.  
Além do mar, um outro Mar descerra,  
a quem ousar, Índias de sobreterra:  
pois caminhos existem, quando ousados.

Portugal é a Loucura inflando as velas  
em bravo mar de insones caravelas,  
na certeza de achar o Oculto, o Incerto.

É Portugal o Espírito que expande  
os olhos para o Longe, o Belo, o Grande  
– vivo, à espera, nas brumas do Encoberto.

## AIRES GOMES, CAPITÃO DE CARAVELA

DANILO GOMES

A esquadra do Almirante Pedro Álvares de Gouveia (depois Cabral, com a morte do irmão primogênito), composta de 10 naus e 3 navios, em 22 de abril de 1500 aportou na baiana Porto Seguro, trazendo em seu bojo um Gomes. Era, certamente, um homem do mar com razoável experiência nas artes da marinhagem, pois veio comandando um navio, denominado “Santa Cruz”, segundo o Históriadador Francisco Varnhagen.

De que região de Portugal teria vindo esse Aires Gomes da Silva, que integrava a companhia de 1.200 homens sob as ordens do Senhor de Belmonte? Esse Aires do Descobrimento, conforme se lê às páginas 24 e 25 do livro “A Viagem do Descobrimento”, de Eduardo Bueno, editado em 1998 pela Editora Objetiva, era “membro da família Silva, uma das mais notáveis casas de Portugal e de Castela, descendentes d’el Rei D. Fluela II, de Leão. Aires Gomes era filho de Pero da Silva, por sua vez filho bastardo de João da Silva, alferes-mor do rei D. João I (1367-1433).”

Por acaso ou intenção, estava descoberto o Brasil, oficialmente, em nome d’el Rei D. Manuel, o Venturoso. Nus em pêlo, na inocência ainda da Criação e do Éden, indígenas cor de cobre, antes assustados, vão chegando para perto das naus ancoradas em porto aconchegante. O Brasil está nascendo sob as bênçãos da Cruz de Malta. A posse da terra, a Primeira Missa, a carta célebre do nosso primeiro escriba, Pero Vaz de Caminha, futuro escrivão da feitoria de Calicute, na Índia distante, meta da frota cabralina.

Pois a carta de Caminha a El Rei Nosso Senhor a que iria perpetuar o nome desse Comes quinhentista, capitão-de-longo-curso. Com efeito, Aires Comes da Silva está citado, dentre poucos outros, no famoso documento do maneiroso cronista da armada descobridora.

Discorrendo sobre os silvícolas (vá lá, ' índios), Caminha fez a pena de pato correr sobre o papel para registrar este evento:

“Porém não levamos esta noite às naus senão quatro ou cinco; a saber, o Capitão-mor, dois; e Simão de Miranda, um que já trazia por pajem; e Aires Comes a outro, pajem também.”

Aires Gomes vem citado na carta que trouxe à posteridade os nomes de apenas mais estes companheiros da aventura brasílica: Pedro Álvares Cabral (então Gouveia), Pero Escobar, Vasco de Ataíde, Nicolau Coelho, Afonso Lopes, Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Aires Corrêa, Bartolomeu Dias, João Telo, Frei Henrique, Diogo Dias, Afonso Ribeiro e Jorge de Osório.

Lavrado o nascimento da Terra de Vera Cruz, regressa a Lisboa a caravela de Gaspar de Lemos, levando a gloriosa carta, a dar alvíssaras. E a 2 de maio a armada toma o rumo da Índia, como dois anos antes a esquadra de Vasco da Gama, o herói da epopéia camonianiana. Segue em direção àquele Eldorado a brava gente do Senhor de Belmonte, com objetivos de ocupação, domínio e comércio.

E o Capitão Comes comandava a sua nau, sequioso, talvez, de riqueza, de brasão, de peripécias no Oriente sedutor. Lá ia ele afrontando o Atlântico tenebroso, rota de especiarias, mas também cemitério marinho. Na nau capitânia, o grande Almirante singrava as águas intermináveis. Semanas e semanas de céu e mar, e saudades de Portugal.

Mas cuidará o leitor, talvez, que faço gabo de descender do valoroso Capitão Aires Gomes da Silva? Pensará, quem sabe, que este pobre escriba busca uma nobre ancestralidade, contemporânea da glória da Descoberta, na pessoa do bravo lobo-do-mar imortalizado na carta de Pero Vaz?

Ledo engano! Pobre Aires Gomes!

Pois lembro a todos que, na demanda da Índia, perderam-se pelo caminho alguns navios, como os de Bartolomeu Dias, Simão de Pina, Diogo Dias e... Aires Gomes. Naufragaram antes de chegar ao assustador Cabo das Tormentas (agora já Boa Esperança).

Coitado de Aires Gomes – não veria a Índia promissora, nem retomaria à sua boa terra portuguesa (no Douro, no Minho, na Beira Alta, em Braga, em Cezimbra?).

Talvez esse marinheiro naufragado seja meu ancestral: jamais saberei. Terã deixado filhos em Portugal? Disso nunca terei ciência.

Meus Comes foram para Minas em meados do século XVIII, conforme ensina o Cônego Raimundo Trindade em obra antiga, sobre a genealogia da Zona da Mata mineira. Vieram, por certo, catar ouro, arar

a terra, melhorar de vida. Partiram da Arquidiocese de Braga e nas Minas ficaram.

Pode até ser que esse infeliz Gomes da frota de Cabral tenha sido mesmo antepassado deste que agora o recorda. Para ele, às alegrias do descobrimento da terra nova se seguiu o naufrágio, quiçá numa noite escura, feita de medo e espanto, de tormenta e desespero.

Seja como for, relendo a carta do nosso primeiro cronista, senti vontade de recordar esse Aires Gomes que viveu os lances da Descoberta do Brasil, já lá se irão 500 anos no próximo 22 de abril do ano de 2000.

Descanse em paz, velho Comes, que, quem sabe, levou nas luz das primeiras manhãs maravilhosas e foi morrer no mar, sob gaiotas e estrelas que, de repente, se apagaram.



## OUTROS QUINHENTOS

NAPOLEÃO VALADARES

Quando navegavam para oeste, houve um dia em que eles se olhavam apreensivos. Era um fim de tarde. Haviam-se afastado da costa da África, com desculpa de calmaria. Iam às Índias, mas, por ordem do Venturoso, empurraram a rota mais para cá, visando à posse da terra que sabiam existir. Sabiam de ouvida. Mas onde? A quantas milhas? A quantas mil?...

Olhavam-se apreensivos, que o mar, com o passar do tempo, fica preto. Aquela onda de incerteza... Se não alcançassem terra... O Atlântico, sem fim, monótono mexer, em ameaças. Atormenta a tormenta. Mesmo imaginária. Ela está sempre na caixinha do medo do navegador. Qualquer mancada da sorte, a morte, de espreita, asas abertas para abarcar e abraçar, puxando para o fundo.

Aquele fim de tarde era mais triste, com uma tristeza contagiosa, inquietante. Comandante Cabral caminhava para lá e para cá, tirando conversa com um e com outro, para disfarçar a aflição. Pensou ditar suas memórias a Caminha, mas para quê, se tudo se afundaria?! Cabral caminhava... Mandou chamar Coimbra para se aconselhar, mas na verdade queria se confessar. Vieram à sua presença Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho, Sancho Tovar, velhos marinheiros. Esses sabiam os segredos do mar e podiam lhe trazer tranqüilidade. Mas eles mesmos estavam angustiados. Diacho de terra que não aparecia mais. Viagem que parecia não ter fim.

Mas aquilo passou. No outro dia, avistaram o Monte Pascoal, depois aportaram na Terra de Santa Cruz, e tudo acabou dando certo. Quer dizer, certo para uns. Para outros nem tanto. Os índios que o digam.

Isso foi há muito tempo. Nós, agora, no outro abril, quando atingimos dois mil, estamos nos preparando para o dia dos quinhentos,

aguardando novo século e aguardando outro milênio, sentimos a mesma angústia daqueles navegadores.

Do jeito que as coisas andam, com os fortes arrivistas no timão do domínio, e os fracos remando o seu massacre, grassando a corrupção e a falta de educação, vemo-nos num barco frágil, navegando um mar revolto, perto dum porto inseguro. A onda de incerteza e o pavor do naufrágio (e aqui até os cegos vêem). Presentes a tristeza, a inquietação, a insegurança e a aflição dos portugas que, naquele fim de tarde, olhavam-se apreensivos.

Passaram-se quinhentos anos. O mundo é outro, e somos outros. Não podemos olhar inertes para esse oceano de abismos. É tempo de ação, cada um fazendo sua parte. Caso contrário, teríamos que esperar demais. Seriam outros quinhentos.

## O SONHO DE DOM BOSCO

JARBAS SILVA MARQUES

Decorridos quarenta, e três anos da invenção do “Sonho de Dom Bosco” pelos mudancista goianos Germano Roriz e Segismundo de Araújo Mello, restam vivos dessa grande manobra política – que assegurou a construção da Capital Federal no Planalto Central – o advogado Segismundo de Araújo Mello e o padre Cleto Calimam.

Apesar de toda a “Operação Dom Bosco” estar elucidada pelo Históriadador Lourenço Fernando Tamanini, com depoimentos e documentos inquestionáveis, o Governo do Distrito Federal, academias literárias, instituições históricas, o comércio a indústria e a imprensa mantém como verdadeira uma predição que Dom Bosco não fez.

No sonho, o educador italiano – posteriormente santificado pela Igreja Católica – jamais falou sobre a nova “Capital Federal no Planalto Central do Brasil”, mas sim; “Quando se vierem a escavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível”.

A predição-sonho situava a “terra prometida” entre os paralelos 15 e 20, próximos dos mapas seiscentistas do colonialismo português e espanhol que situavam a “Lagoa Dourada” e o “Eldorado”, procurados pelos bandeirantes e outros “soldados da fortuna” por mais de dois séculos e que podem ser vistos e pesquisados no “Museu das Bandeiras” em São Paulo.

### Antecedentes

Antes que cheguemos a relatar o que foi a manobra dos mudancistas goianos, deslindada por Lourenço Tamanini em seu volumoso livro “Brasília – Memória da Construção”, cabe-nos remontar todos os antecedentes políticos e históricos que precederam ao “Sonho

de Dom Bosco” e que não estão contidos no primoroso trabalho do Historiador.

Os primeiros movimentos nativistas pela transferência da capital, do litoral para o interior brasileiro, foram iniciados na então província colonial das Minas Gerais, pelo herói da nacionalidade, Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes: Pretendia ele que a nova capital fosse sediada em São João Del Rey: Contudo, o mérito da escolha do Planalto Central Brasileiro como local ideal para futura transferência deve-se tributar ao cartógrafo italiano Francisco Tossi Colombina, que, em 1749, elaborou uma “Carta de Goiás e das Capitanias Próximas”, sugerindo a mudança da capital do litoral para essa região.

Após a repressão a Tiradentes e seus companheiros, o ideal mudancista é retomado duas décadas depois por Hipólito José da Costa, que editou e fundou no seu exílio, em Londres, o jornal “Correio Braziliense”.

Em 1823, José Bonifácio encaminha à Assembléia Geral Constituinte do Império, um memorial no qual indica a região de Paracatu, Minas Gerais, como ideal para construção da nova capital, sugerindo, inclusive, o nome de “Brasília”.

Um ano depois, nos autos da Revolução Pernambucana (Confederação do Equador) é sugerida a transferência, mas, só em 1831, por iniciativa do deputado paraense João de Deus e Silva é encaminhada a primeira proposição em forma de projeto legislativo para a “escolha de um ponto central do País para a edificação da futura Capital”.

Por vinte anos a luta mudancista esmaece no Poder Legislativo, até que, em 1852, o senador piauiense, Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque, apresenta um projeto de lei que autoriza o levantamento de um terreno, nas latitudes entre 10 e 15 graus, para servir de território destinado a localização da futura “Capital do Brasil” entre os Rios São Francisco, Maranhão e Tocantins.

No ano seguinte, o senador João Lustosa da Cunha Paranaguá, o Segundo Marquês de Paranaguá, apresenta um projeto legislativo transferindo a capital do Rio de Janeiro para Monte Alto, no interior da Bahia.

De 1853 a 1889 a mudança da Capital, do litoral para o interior brasileiro, desaparece das discussões parlamentares, aparecendo apenas nas discussões e comícios nos clubes republicanos.

## **Na República**

Com a derrubada de Dom Pedro II e a instalação do Regime Republicano, as lideranças positivistas fazem constar nas primeiras

discussões nas comissões da Constituição Provisória a determinação da transferência da capital da nascente república.

O primeiro constituinte a se manifestar em plenário em defesa da mudança, ironicamente, foi o deputado Thomaz Delfino, do Rio de Janeiro, destacando-se ainda nas sessões plenárias o senador baiano Virgílio Damásio e o deputado paraibano Pedro Américo, o Pintor.

Pedro Américo aduziu em sua argumentação pela transferência, a questão moral, afirmando em plenário, no dia 17 de janeiro de 1890: “É absolutamente necessário suprimir-se, quanto antes, a maléfica influência desta terrível cidade (Rio de Janeiro) tão saturada de elementos nocivos à vida moral da Nação que acostumou-se à continua absorção, à endosmose intelectual do que se expande a antiga Capital do Império. Esses elementos influem, igualmente, sobre o Governo da União, pela pressão constante dos interesses puramente individuais, e sobre todo o País, pela expansão incessante da corrupção em todos os sentidos”.

Coube ao senador baiano Virgílio Damásio o mérito de ter a iniciativa pioneira de apresentar à “Comissão dos 21” (que examinava o anteprojeto constitucional) uma emenda propondo a transferência da Capital.

A “Comissão dos 21” não aprovou a emenda do senador Virgílio Damásio e ele a reapresentou em plenário, propondo até que a nova capital se chamasse “Tiradentes”.

A emenda que originou o artigo 3º da Constituição de 1891, apresentada pelo deputado catarinense Lauro Muller e subscrita por 90 parlamentares, dentre os quais cinco goianos, os senadores Antônio Amaro da Silva Canêdo e Antônio da Silva Paranhos, e os deputados Joaquim Xavier Guimarães Natal, Sebastião Fleury Curado e José Leopoldo de Bulhões Jardim, teve talvez a mais breve de todas as defesas em plenário; Lauro Muller falou apenas um minuto, deixando como justificativa de um terço dos constituintes, o documento elaborado pelo Historiador e diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, em 1877, e entregue ao Ministro da Agricultura do Império. Nesse documento, Varnhagen, além de justificar a conveniência da mudança da Capital para o Planalto Central Brasileiro, indicava a posição que julgava ideal, situada hoje em Planaltina, Distrito Federal, e nos municípios goianos de Formosa e Água Fria.

Aprovada e promulgada a Primeira Constituição Republicana, o seu Artigo 3º dispunha: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República” uma zona de 14. 400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

## Mudancistas

Por uma questão de justiça histórica, desde a primeira constituição republicana, os militares brasileiros – no que trata da observância à constituição, em relação à mudança da Capital Federal – sempre emprestaram todo apoio à mudança. Floriano Peixoto nomeou Luiz Cruls e a Comissão que demarcou e delimitou o Quadrilátero de 14. 400 quilômetros quadrados no Planalto Central.

Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil, fez o inverso, desrespeitou o primado constitucional e sabotou orçamentária e administrativamente a Luiz Cruls, para que ele não concluísse a segunda fase de seu trabalho.

Iniciava-se a Primeira República e a hegemonia do “Café-com-Leite”, e nem os políticos de Minas Gerais e de São Paulo queriam a mudança.

O único lugar do País onde a chama mudancista se mantinha viva era na então Santa Luzia, hoje Luziânia, sob a liderança agregadora de Evangelino Meireles.

Passam então a formular ações políticas para reavivar o movimento e Américo do Brasil, recém eleito deputado federal, apresenta um anteprojeto de lei que determinava a edificação no Planalto Central de um marco onde seria edificada a nova capital do Brasil. O projeto foi aprovado e no dia 07 de setembro de 1922, foi inaugurado o marco em Planaltina como comemoração do Centenário da Independência.

Como ações complementares, além da edição de jornais, Gelmíres Reis, então Indentente Municipal de Santa Luzia, hoje Luziânia, fez um loteamento denominado “Planaltópolis” e distribuiu, em escritórios nas principais cidades brasileiras, “lotes para quem quiser morar onde será edificada a futura Capital Federal”.

Novamente o “Movimento Mudancista” entra em declínio na frente parlamentar, e a partir de 1930 o “Grupo de Santa Luzia” muda de tática e empresta todo o seu apoio à mudança da nova capital do Estado de Goiás. O deputado estadual, Sebastião Machado, eleito por Santa Luzia, integra-se no bloco mudancista que apóia Pedro Ludovico, e Germano Roriz muda-se para a capital em construção, sendo o primeiro funcionário público federal de Goiânia e a primeira família da nascente cidade sendo ainda o seu filho Goianny Segismundo Roriz a primeira criança a nascer e a ser registrada e batizada na nova capital do Estado de Goiás.

Goiânia é então colocada pelo “Grupo de Santa Luzia” como alternativa para sediar a Capital Federal e a cumprir o dispositivo constitucional.

Vem a Ditadura do Estado Novo e Getúlio Vargas manda retirar da “Polaca”, o Artigo 3º que vinha desde a primeira constituição republicana de 1891.

Com a redemocratização em 1946, morava no Rio de Janeiro, o advogado Segismundo de Araújo Mello – do Grupo de Santa Luzia – que passa a desenvolver juntamente com o deputado goiano Diógenes Magalhães um trabalho de articulação política para reinserção do Artigo 3º da Constituição de 1891 Junto à Assembléia Nacional Constituinte.

Promulgada a Constituição e eleito presidente da República, o marechal Eurico Gaspar Dutra, ele cumprindo o primado constitucional, cria uma comissão presidida pelo general Djalma Polli Coelho, para promover os estudos para a escolha do local a ser edificada a nova capital.

Inicia-se aí a luta entre os goianos – representados na Comissão Polli Coelho por Jerônimo Coimbra Bueno – o construtor de Goiânia – e pelos mineiros, capitaneados na comissão por Lucas Lopes e na Câmara dos Deputados pelos constituintes mineiros Juscelino Kubitschek de Oliveira e Israel Pinheiro.

Os mineiros pretendiam localizar a nova capital no Triângulo Mineiro, nas proximidades do Delta do Rio Paranaíba, e o general Polli Coelho e Coimbra Bueno, no quadrilátero delimitado por Luiz Cruls em 1892 no Planalto Central.

Por um voto, a Comissão Polli Coelho delibera que os estudos de Luiz Cruls e seus companheiros eram cientificamente corretos, aconselhando o Presidente Eurico Dutra a transferir a Capital Federal para o Quadrilátero Cruls.

A campanha mudancista toma novo alento no Parlamento com a ação vigorosa de Coimbra Bueno no Senado Federal e da bancada goiana na Câmara dos Deputados.

Com a eleição de Getúlio Vargas um goiano passa a ser o chefe do seu Gabinete Militar o general Agnaldo Caiado de Castro. Vargas o nomeia, para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital Federal. O general Caiado de Castro contrata então a empresa Americana Donald Belcher para fazer os mapas do levantamento aerofotogramétrico do Quadrilátero Cruls, afim de que fosse escolhido o local para a edificação da Capital Federal.

Getúlio Vargas suicida-se e Café Filho, seu vice-presidente, ocupa a Presidência da República e nomeia para substituir o general Caiado de Castro, o Marechal José Pessoa. Este, acompanhado do seu ajudante-de-ordens, capitão Ernesto Silva, vem ao Planalto Central e após conhecer os “sítios” do Relatório Belcher, volta ao Rio de Janeiro e pede ao Presidente Café Filho a edição de um decreto desapropriando

terras e considerando-as de utilidade pública para a edificação da nova capital.

Café Filho que era da União Democrática Nacional – UDN –, contrária à transferência, nega-se a baixar o decreto. O marechal José Pessoa embarca em um avião da Força Aérea Brasileira no Rio de Janeiro no dia 30 de abril de 1955 em direção a Goiânia, para falar com o governador José Ludovico de Almeida e expor-lhe o impasse.

José Ludovico de Almeida recebe em audiência o marechal José Pessoa e o capitão Ernesto Silva e, é sensibilizado pelo marechal para que o Estado de Goiás tomasse a iniciativa, senão a Constituição não seria cumprida e a capital não seria transferida.

O governador Juca Ludovico chama Segismundo de Araújo Mello, Jorge de Morais Jardim e outros assessores, que passam a elaborar o decreto que romperia o impasse.

Embora tivesse minoria na Assembléia Legislativa de Goiás, e a mensagem tivesse que passar por três votações, Juca Ludovico envia as mensagens que são aprovadas. Por cautela, a fim de evitar qualquer querela jurídica, o decreto foi assinado no dia 1º de maio de 1955 mas com a data de 30 de abril. Altamiro de Moura Pacheco é nomeado presidente da Comissão de Cooperação da Mudança da Capital Federal que iria promover as compras e às desapropriações e Segismundo de Araújo Mello o consultor jurídico.

Os goianos capitaneados por Juca Ludovico fazem a história avançar, e passam a preparar as condições objetivas, a apenas 26 dias de Juscelino Kubitschek ser interpelado por Antonio Soares Neto – o Toniquinho – no seu primeiro comício de campanha em Jataí, “se cumpriria a Constituição e transferiria a capital federal para o Planalto”.

## O Sonho

Segundo Lourenço Fernando Tamanini, em pesquisa que durou mais de uma década, mesmo tendo Juscelino Kubitschek enviado a “A Mensagem de Anápolis”, criando a NOVACAP e deslançando o processo de construção de Brasília, os goianos “agitaram-se, preocupados. Sabiam que o projeto de lei criando a NOVACAP definia no planalto de Goiás o local da nova capital”. Mas, conheciam por outro lado, o poder de fogo dos mineiros e temiam que, à última hora, conseguissem aprovar na Câmara, uma emenda ao projeto mandando construir Brasília em Minas Gerais, às margens do Paranaíba, na região de Tupaciguara, como sempre quisera Israel Pinheiro”.

Segundo ainda Tamanini, os goianos sabedores que Juscelino e Israel Pinheiro iriam a Exposição de Gado de Uberaba reunirem-se com prefeitos e lideranças políticas, “armaram uma pequena operação de guerra”.

Relata Tamanini em seu livro “Brasília – Memória da Construção”; “Havia em Uberaba naquele tempo, um único jornal (Lavoura e Comércio) e uma única emissora de rádio. Ambos pertenciam a Quintiliano Jardim, amigo de Juca Ludovico, governador de Goiás. Juca comunicou-se com Quintiliano e “comprou” todo o espado do jornal e o tempo da emissora referentes ao dia 03 de maio de 1956, data em que Juscelino estaria na cidade. Os meios de comunicação foram assim neutralizados.

Venerando de Freitas Borges (o primeiro prefeito de Goiânia) – prossegue Tamanini – encarregou-se de curiosa missão, como adiante se verá. Seguiu cedo, no dia 3 de maio, para Uberaba na comitiva do governador Ludovico.

Na cidade mineira, Israel se hospedara no Grande Hotel, mas Juscelino aceitara ficar na residência do Prefeito, que se chamava João e era por todos conhecido como “João Prefeito”.

“Nesse meio tempo, Venerando Borges – estende-se Tamanini – se dirigira ao Grande Hotel e ali aguardava, no hall de entrada, que Israel Pinheiro aparecesse. Trazia consigo um livrinho, uma brochura, cujo título era “A Nova Capital do Brasil – Estudos e Conclusões”. Esse livro fora preparado, algum tempo antes, por determinação do governador Ludovico, e reunia os pronunciamentos das mais diversas personalidades brasileiras, acordes, todas, em que a localização da futura capital só poderia ser no Planalto goiano. Encarregado de reunir, de compilar todo esse material e com ele produzir o livro, Segismundo de Araújo Mello lembrou-se de incluir na coletânea, como peça de abertura, o sonho visão de Dom Bosco”.

Tamanini avança em seu relato: “Era do conhecimento de todos a devoção de Israel a Dom Bosco, o que se confirmaria mais tarde quando determinou que a primeira edificação de Brasília fosse uma capelinha (a Ermida) dedicada àquele santo. Tinha-se, por isto, a certeza de que Israel, viesse a saber que Dom Bosco antevira o surgimento de Brasília no Planalto Goiano e não em Minas, deixaria de lado sua teimosia e passaria a apoiar a solução goiana. Como fazer chegar, entretanto, às mãos de Israel, sem o carimbo de “endereço certo”, o providencial livrinho?

Atento, o prefeito de Goiânia, quando Israel apareceu no Hotel, entrou com ele no elevador, como se fosse um outro hóspede qualquer, segurando o livrinho junto ao peito de tal modo que Israel pudesse ler o

título, “A Nova Capital do Brasil”. Quando Israel viu o livro, não se conteve e pedia: – Ô moço, você podia me emprestar esse livro? Venerando Borges ofereceu o livro a Israel: Doutor Israel, eu tenho outro exemplar pode ficar com este.

Selava-se naquele momento, com a entrega do livro, a rendição do último baluarte de resistência, e os goianos puderam respirar aliviados e voltar para casa”.

### A Tradução

Na minuciosa pesquisa de Lourenço Tamanini ele afirma que o primeiro a mencionar o “Sonho de Dom Bosco” foi Monteiro Lobato em 1935 no “Diário de São Paulo”, em matéria com o título “Até os santos afirmam que há petróleo no Brasil”.

Muitos anos depois, ainda segundo Tamanini, quando Juca Ludovico deu a incumbência a Segismundo de Mello para preparar o livrinho entregue a Israel Pinheiro por Venerando de Freitas Borges, ele procurou Alfredo Nasser para se inteirar de um artigo que ele fizera em defesa da transferência da capital, citando o Sonho de Dom Bosco. O ex-senador Alfredo Nasser não se lembrou do artigo e nem da fonte.

Agora segue o relato de Tamanini: “Recorreu Segismundo ao seu cunhado Germano Roriz, grande amigo dos salesianos, e por intermédio dele obtive do padre Cleto Calimam, daquela Congregação e diretor do Ginásio Anchieta, de Silvânia, (cidade do interior de Goiás), uma cópia do sonho, com sua tradução para o português”.

Ao ler a tradução, Segismundo se decepcionou um pouco. O que havia, no sonho, que talvez dissesse respeito à construção da capital no Planalto, resumia-se a um trecho não muito explícito: “Entre os graus 15 e 20, aí havia uma enseada bastante extensa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Nesse momento disse uma voz repetidamente: Quando se vierem a escavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível”.

Conta Padre Cleto Calimam – ao ser entrevistado por Tamanini em 1982 – que Segismundo Melo, depois de ler, lhe perguntou: – Padre Cleto, aqui não está bem sintetizado o problema da futura capital. Dom Bosco se refere a riquezas incalculáveis e à formação de um lago. O senhor poderia dar um jeito para que a visão tivesse mais um sentido de cidade, de civilização?

Segundo o sacerdote, sua resposta foi a de que talvez pudesse fazer alguma coisa, mas correriam por conta e risco de Segismundo as conseqüências.

Antes da impressão do livro, Segismundo teve tempo de refletir e decidiu que o texto do sonho seria reproduzido de acordo com o original a fim de resistir a qualquer confronto; mas o livrinho publicaria uma foto de Dom Bosco e na legenda, então se diria algo mais...

E assim foi feito. Na legenda se escreveu, conforme ficou dito: “São João Bosco, que profetizou uma civilização, no interior do Brasil, de impressionar o mundo, à altura do paralelo 15°, onde se localizará a nova Capital Federal”.

E Lourenço Fernando Tamanini conclui: “Essa expressão, “uma civilização de impressionar o mundo”, que não consta do sonho nem foi usada por Dom Bosco hora nenhuma, acabou por se transformar na síntese “oficial” do sonho-visão, a ela se reportando expressamente, com pequenas variações, todos quanto ao sonho já se referiram, ligando-o à construção de Brasília.”

Lourenço Tamanini com seu livro “Brasília – Memória da Construção” traz uma contribuição inestimável à história, e coloca no proscênio, atores sociais que merecem destaque como José Ludovico de Almeida, Germano Roriz, Segismundo de Mello, José Peixoto da Silveira, Venerando de Freitas Borges, o marechal José Pessoa, Ernesto Silva, Israel Pinheiro e o condutor de sonhos, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Dos goianos já se disse que “são mineiros que fugiram para o mato”, mas neste episódio singular de engenharia política, fica um axioma pedagógico: “maior é o mestre que ensina aos seus alunos, tudo o que sabe sem ter o medo de ser superado.”

Os mineiros têm as prises eras a fama de mestres em política, mas, nessa, os goianos colaram grau como doutores.



# HISTÓRIAS DO PAI DA HISTÓRIA

ARMANDO JOSÉ BUCHMANN

Senhor presidente  
Caras confradeiras. Caros confrades.  
Minhas senhoras, meus senhores.

Dando prosseguimento ao ciclo de palestras, propomo-nos a falar, hoje, num assunto que nos é muito grato: falar na obra dessa figura extraordinária que foi e que é Heródoto. Cognominado com justiça o Pai da História porque foi quem abriu caminho para a narração metódica de fatos notáveis, dignos da memória dos homens de todas as épocas posteriores.

Além de Pai da História, foi Heródoto, o primeiro escritor em prosa do mundo ocidental.

Nasceu no ano de 480 A. C. em Halicarnasso, antiga cidade da Ásia Menor, hoje chamada Bodrum, Turquia. Teve, portanto, a felicidade de nascer e viver no século de ouro da Grécia: o século de Péricles.

Para escrever suas histórias, como ele próprio denominou, viajou por grande parte do mundo conhecido pelos homens da época. Sua obra foi dividida em nove livros. Porque. Nove? Porque não 08, 10 ou 12?

É fácil explicar: Heródoto era devoto das musas, divindades que, segundo os antigos gregos, presidiam as artes e as ciências e, especialmente, as divindades da inspiração poética e das artes.

Assim, cada livro é dedicado a uma dessas divindades:

## **De Heródoto, baseada nos elementos Escassos de seu tempo.**

Dava grande valor às lendas e tradições e foi um grande e fidedigno repórter. A existência de povos e costumes tão diferentes levou-o a desenvolver uma moral relativista. Daí a religião figurar na sua obra não como uma certeza, mas como uma possibilidade.

Suas anotações, seus comentários, são peças preciosas de um museu, de um museu vivo. E, sua obra é, em resumo, a bíblia da história.

### **Livro 1 – Dedicado a Clio, musa da história e da Poesia épica.**

Ao escrever a sua história, Heródoto de Halicarnasso teve em mira evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo e que as grandes e maravilhosas explorações dos gregos, assim como as dos bárbaros, permanecessem ignoradas; desejava ainda, sobretudo, expor os motivos que os levaram a fazer guerra uns aos outros.

Os persas mais esclarecidos atribuem aos fenícios a causa dessas inimizades. Dizem eles que esse povo, tendo vindo do litoral da eritréia para as costas do nosso país, empreendeu longas viagens marítimas, logo depois de haver-se estabelecido no país que ainda hoje habita, transportando mercadorias do Egito e da Assíria para as várias regiões, inclusive para Argos. Esta cidade, era então, a mais importante de todas as do país conhecido atualmente pelo nome de Grécia. Acrescentam que alguns fenícios, ali mercadorias, e que cinco ou seis dias após sua chegada quase concluída a venda, grande número de mulheres dirigiu-se à beira-mar. Entre elas estava a filha do rei. Esta princesa, filha de Inaco, chamava-se IO, nome por que era conhecida pelos gregos. Quando as mulheres, postadas junto aos barcos, compravam objetos de sua preferência, os fenícios, incitando uns aos outros, atiraram-se sobre elas. A maior parte delas logrou fugir, mas IO foi capturada, juntamente com algumas de suas companheiras. Os fenícios conduziram-nas para bordo e fizeram-se à vela em direção ao Egito.

### **Livro II – dedicado a Euterpe, musa da poesia Lírica e da música.**

“Tanto os egípcios com quem privei, como os sacerdotes meus informantes, me fizeram ver que trezentas e quarenta gerações se tinham sucedido desde o primeiro rei até o Setos, sacerdote de Vulcano. Ora, trezentas gerações correspondem a dez mil anos, já que três gerações equivalem a cem anos; e as quarenta e uma restantes perfazem mil trezentos e quarenta anos, acrescentam eles, nenhum Deus, se manifestou em forma humana e nada se viu de semelhante, nem nos tempos anteriores a essa época.

O Históriador Hecateu encontrando-se certa vez em tebas, falara aos sacerdotes do Egito de sua genealogia, fazendo-a remontar a um

Deus, que contava como o décimo-sexto dos seus ancestrais... Os gregos consideram Hércules, Baco e Pã como os mais novos dos deuses. Entre os egípcios, ao contrário, Pã passa por mais antigo, estando mesmo incluído na categoria dos oito primeiros deuses. Hércules figura entre os deuses de segunda ordem, conhecidos pela designação de doze deuses e Baco entre os de terceira, gerados pelos doze...

Pã, que os gregos afirmam ser filho de Penélope e Mercúrio, e posterior a Guerra de Tróia, e, por conseguinte, o período que decorreu dele até os nossos dias não vai além de oitocentos anos.

### **Livro III – dedicado a Talia, Musa da Comédia e do Idílio.**

“A Índia é a última região habitada a leste. Os quadrúpedes e os voláteis ali são bem maiores que nos outros países, mas os cavalos são menores do que os da média. O ouro existe em abundância nesse país. Tiram-no das minas, dos rios, que o arrastam em suas águas, e da maneira a que me referi. Encontram-se também nessa região árvores selvagens, produzindo, como fruto, uma espécie de lá, mais bonita e melhor que das ovelhas. Os indianos vestem-se com essa lá que colhem nas mencionadas árvores.

Do lado do sul, a Arábia é o último dos países habitados. É também o único onde encontramos o incenso, a mirra, a canela, o cinamomo e o ládamo. Os árabes colhem esses produtos com muito trabalho, exceto a mirra. Para colher o incenso, queimam as árvores que produzem uma goma denominada estirace, vendida pelos fenícios aos gregos. Queimam essa goma, a fim de afugentar uma multidão de pequenas serpentes voadoras de várias espécies, que permanecem nas árvores. São as tais serpentes que voam em bandos para o Egito. Somente a fumaça do estirace é capaz de afasta-las do seu pouso habitual.

Dizem os árabes que todo o país estaria cheio dessas serpentes se não lhes acontecesse aquilo que sabemos acontecer às víboras. A providência divina, na sua suprema sabedoria, determinou que todos os animais tímidos e que servem de alimento, fossem muito fecundados para que o consumo deles feito não causasse o desaparecimento da espécie, e que, ao contrário, os animais nocivos e ferozes fossem muito menos prolíficos. A lebre encontra por toda a parte inimigos; os outros animais, os pássaros, os homens, lhe fazem guerra; mas em compensação, e extraordinariamente fecunda. São, de todos os animais, aqueles cuja fêmea concebe já grávida, criando ao mesmo tempo filhotes ainda muito tenros e outros já peludos. A leoa, ao contrário, um animal forte e feroz, só concebe uma vez na vida, e dá apenas uma cria, pois seu útero é

expelido juntamente com o fruto. A razão disso está em que, quando o leãozinho começa a mexer-se no ventre materno, como possui garras mais aguçadas do que qualquer outro animal, vai dilacerando o útero daquela que o gera, até que, quando a leoa dá a luz, não mais o possui.

#### **Livro IV – Dedicado à Melpómene, Musa da Tragédia.**

“Os citas consideram a sua pátria a mais nova de todas as nações, e explicam a sua origem da maneira que vou relatar.

A Cítia era outrora um país deserto. O primeiro homem que ali nasceu chamava-se Targitaus, que os citas pretendem ser filho de Júpiter e de uma filha de Boristênis, o que não me parece crível. Targitaus, dizem eles, teve três filhos: Lipoxais, Arpoxais e Colaxais, o mais jovem. No seu reinado, caiu do céu na cítia, uma charrua, uma canga, um machado, e um pires de ouro. O primogênito de targitaus foi o primeiro a vê-los, e deles se aproximou com o desejo de apanhá-los; mas o ouro se inflamou. Tendo Lipoxais se retirado, veio então o segundo irmão, e o ouro tornou a infamar-se. Compareceu finalmente o irmão mais novo, e como o ouro não mais se inflamasse, apoderou-se dos objetos e levou-os para sua casa. Diante desse fato, os dois irmãos mais velhos resignaram a seus direitos ao trono em favor de colaxais.

Assim relatam os Citas a origem de sua nação. Acrescentam que desde targitaus, seu primeiro rei, até a época em que Dario passou pelo seu país, não decorreram, ao todo, mais de mil anos. Quanto ao ouro sagrado, os reis o guardam com o maior carinho e veneração. Transporta-no todos os anos para seus respectivos estados e lhe oferecem grandes sacrifícios, a fim de que ele lhes seja propício. Se o que se acha encarregado da guarda desse ouro adormece no dia da festa ao ar livre, morre nesse ano, segundo afirmam os citas. Para compensá-lo de tal desgraça dão-lhe toda a extensão de terra que puder percorrer a cavalo num só dia. Sendo a superfície do país dos Citas muito extensa, colaxais dividiu-o em três reinos, entregando-os aos seus três filhos. O ouro caído de céu era guardado no maior desses reinos. Quanto às regiões situadas ao norte, além das últimas terras povoadas, dizem os citas não serem elas visíveis nem abordáveis, por causa das plumas que ali caem continuamente. O ar está sempre cheio e a terra coberta dessas plumas, motivo por que a visão ali não penetra.

É isso que dizem os citas com relação a si próprios e ao seu país. Todavia, os gregos que habitam o litoral do ponto euxino dizem que próprios e ao seu país. Todavia, os gregos que habitam o litoral do ponto euxino dizem que Hércules, conduzindo as boiadas de Gerion

chegou ao país hoje ocupado pelos citas e então deserto. Gerion morava além do ponto Euxino, numa ilha denominada Erítia pelos gregos e situada perto de Gades, no oceano, adiante das colunas de Hércules. Acreditam esses gregos que o oceano começa a leste e envolve a terra com suas águas; mas nenhuma prova apresentam em apoio a tal crença.

### **Livro V – Dedicado à Terpsícore, musa da dança e do canto.**

“Já tive ocasião de me referir aos costumes dos Getas, que se dizem imortais. Quanto aos dos Trausos, são em tudo semelhantes aos dos outros Trácios, exceto com relação aos recém-nascidos e aos mortos. Quando nasce, entre eles, uma criança, os parentes, sentados em torno dela, enumeram os males a que está sujeita a natureza humana e lamentam, com gemidos, a sorte ingrata que fatalmente o acompanhará enquanto viver; mas quando morre um deles, enterram-no alegremente, regozijando-se com a felicidade desse que acaba de libertar-se de tantos males.

Entre os povos que habitam no norte do território dos Cretónios prevalece o costume de cada indivíduo possuir várias mulheres. Quando morre um deles, trava-se entre as viúvas acesa disputa para decidirem qual a que fora mais amada pelo morto, intervindo na contenda os amigos deste. Aquela em favor da qual é pronunciado um tão honroso julgamento recebe os elogios dos homens e das mulheres, depois do que seu mais próximo parente sacrifica-a sobre o túmulo do marido, enterrando-a com ele. As outras mulheres mostram-se profundamente magoadas com essa preferência, que para elas encerra uma grande afronta.

Os outros Trácios adotam o costume de vender os filhos, com as condições de serem levados para fora do país. Não mantêm a menor vigilância sobre as filhas, deixando-as com a liberdade de entregar-se a quem melhor lhes apareça, mas conservam as esposas, que adquirem por alto preço dos país, rigorosamente segregadas. Trazem estigmas no corpo, o que constitui um sinal de nobreza, sendo infamante não possuí-los. Nada mais belo para eles do que a ociosidade; nada mais honroso do que a guerra e a pilhagem, e nada mais desprezível do que o amanho da terra.

Esses Trácios não adoram senão Marte, Baco e Diana; mas os reis prestam particular culto a Mercúrio, do qual se julgam descendentes, e juram unicamente por esse Deus”.

### **Livro VI – Dedicado a Érato – Musa que preside a Elegia.**

“A batalha de maratona foi longa e cheia de peripécias. Os bárbaros conseguiram desbaratar as fileiras do centro do exército

ateniense pondo em fuga os remanescentes; mas as duas alas compostas de atenienses e Plateus atacaram as forças persas que haviam rompido o centro do exército, impondo-lhe uma derrota irreparável. Vendo-as fugir, lançaram-se em sua perseguição, matando e esartejando quantos encontraram pela frente, até a beira-mar, onde se apoderaram de alguns dos navios inimigos.

O Polemarca Calimaco pereceu nessa batalha, depois de haver combatido com bravura e desprendimento. Estisilo, filho de Trasilo, um dos generais que comandavam as forças atenienses, também perdeu a vida. Cinegiro, filho de Eufóron, ao tentar apoderar-se de um navio persa escalando-o pela popa, teve as mãos cortadas por um golpe de machado. Morrendo, junto com outros atenienses de alta categoria. Deixando sete de seus navios nas mãos dos atenienses, os bárbaros retiraram-se com o restante da sua frota, e, retomando os escravos da Erétria na ilha onde os haviam deixado, dobraram o promotório de Súnio com a intenção de burlar as forças atenienses e alcançar Atenas antes delas. Diz-se, em Atenas, que eles conceberam esse plano pelo fato de terem os Alcmeónidas, segundo ficara combinado entre eles, mostrado um escudo quando os persas já se encontravam nos seus navios.

Enquanto os persas dobravam o promotório de Súnio, as tropas atenienses, adivinhando a sua intenção, dirigiram-se em marcha forçada para Atenas, a fim de defender a sua cidade de um possível ataque dos bárbaros. Partindo de um lugar consagrado a Hércules, em maratona, foram acampar em um outro dedicado ao mesmo deus, em Cinosarges. Os Persas ancoraram ao norte de Faleros, que então servia de porto aos atenienses, e depois de ali permanecerem durante algum tempo, retomaram o caminho da Ásia.”

Na batalha perceram cerca de seis mil e quatrocentos homens do lado dos bárbaros, e cento e noventa e dois do lado dos atenienses.

### **Livro VII – dedicado a Polimnia, Musa da Poesia Lírica.**

“Submetido o Egito, Xerxes preparou-se para marchar contra Atenas. Convocou os principais da pérsia, para expor-lhes os seus planos e ouvir-lhes as sugestões. Quando os viu reunidos, assim lhes falou: “Persas”, não pretendo introduzir entre vós novos costumes, mas seguir aqueles que nos foram transmitidos pelos nossos ancestrais. Desde que Ciro arrebatou a coroa a Astiages, e quando ficamos inativos, como nos asseguraram nossos avós. Um Deus nos conduz, e sob seus auspícios marchamos de vitória em vitória. Considero desnecessário falar-vos das façanhas de Ciro, de Cambises e de Dario, meu pai, bem como das

províncias que acrescentaram ao nosso império; pois já estais perfeitamente a par de tudo isso. Quanto a mim, desde o momento que subi ao trono, cioso de não desmentir o sangue dos meus ancestrais, vivo, a cogitar de como poderei dar aos persas um poderio não menos considerável que aquele que me foi legado.

Depois de muito refletir, cheguei à conclusão de que poderemos engrandecer mais o nosso nome, conquistando um país em nada inferior ao nosso e até mais fértil, tendo, ao mesmo tempo, a satisfação de punir aqueles que nos injuriaram. Eu vos convoquei para fazer-vos conhecedores das minhas intenções. Pretendo, depois de haver construído uma ponte sobre o Helesponto, passar para a Europa e dirigir-me à Grécia, a fim de vingar meu pai e meu povo dos insultos dos atenienses. Não ignorais que Dario tinha o firme propósito de marchar contra esse povo; mas a morte não lhe permitiu realizar seu intento. Cabe a mim vingar meu pai e os persas, e não descansarei enquanto não me apoderar de Atenas e reduzi-la a cinzas.

Quanto mais reflito, mais vantagens vejo nessa expedição contra eles. Se viermos a subjugar-los e a seus vizinhos, os habitantes do país de Pélope o Frígio, a Pérsia não terá outros limites senão o céu, e o sol não iluminará país algum que não nos pertença.

### **Livro VIII – Dedicado a Urânia, Musa da Astronomia e da Geometria.**

Xerxes, deixando Mardônio na Tessália, apresentou-se a ganhar o Helesponto, atingindo, em quarenta e cinco dias a passagem do estreito. Não levava consigo senão uma pequena parte do exército. Mas, por onde passavam, as tropas iam lançando mão das colheitas que encontravam, alimentando-se, na falta disso, com erva dos campos e folhas de árvores, selvagens ou cultivadas. Aproveitavam tudo que lhes pudesse servir de alimento, tal a fome que os devorava.

Sobrevieram, logo depois, a peste e a desintéria, dizimando grande parte delas. Xerxes ia deixando os enfermos nas cidades por onde passava, incumbindo os magistrados de tratá-los e alimentá-los. Alguns ficaram em terras da tessália; outros em Síris, na peônia, e outros ainda na Macedônia. Quando marchava contra a Grécia, xerxes deixara na Macedônia o carro sagrado de Júpiter, e na volta não mais o encontrou: os Peônios tinham-no oferecido aos Trácios. Quando o soberano reclamou-o, responderam-lhe que os cavalos tinham sido capturados nas pastagens por habitantes da Trácia superior, que vivem nas proximidades das nascentes do Estrímon.

## **Livro IX – Dedicado a Calíope, Musa da poesia Heróica e da Eloquência.**

Depois da expedição contra os Sestos, os atenienses retornaram à pátria com valiosos despojos e consagraram aos templos o material das pontes construídas pelo inimigo para invadir a Grécia.

Artaictes, que acabou sendo crucificado, era neto de Artembares que dirigiu aos persas este discurso, que eles depois transmitiram a Ciro: “pois que júpiter deu o império aos persas, e depois de haver afastado Astíages do trono, vos situou no poder de preferência a qualquer outro, deixemos o nosso país pequeno e montanhoso e ocupemos outro melhor. Há vários perto daqui e muitos outros mais afastados. Escolhei um para nele nos estabelecermos, e a maioria dos povos nos julgará mais dignos de admiração, como convém a uma noção rica e poderosa. Ora, quando se apresentará melhor oportunidade do que esta em que dominamos grande número de povos e a Ásia inteira?”

Ciro não recebeu com agrado essas palavras; consentiu, entretanto, no pedido, mas dizendo aos persas que se preparassem para tornar-se escravos dos povos que dirigiam, pois, acrescentou, os países mais férteis não produzem, ordinariamente, senão homens fracos e efeminados, e a terra que dá belos frutos não produz homens belicosos.

Os persas, convencidos de que a opinião de Ciro era a melhor, abandonaram o projeto de emigrar, preferindo o império com suas terras estéreis, a servidão em planícies férteis.”

Eis alguns trechos das Histórias do Pai da História

PALESTRA PROFERIDA NO IHGDF

## **REGISTRO SOBRE JOFRE MOZART PARADA**

NINA TUBINO

Este trabalho sobre o engenheiro Jofre Mozart Parada, um dos responsáveis pela edificação de Brasília, é o registro da posse de Nina Tubino (Nina Maria Harres Tubino Rangel de Freitas) no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Jofre Mozart Parada é o patrono da Cadeira número 55 na qual a escritora Nina Tubino foi empossada.

“Toda a imaginação criadora de Lúcio Costa concebendo o Plano Piloto de Brasília transformou-se de projeto em uma realidade urbanística pelas mãos do engenheiro JOFRE MOZART PARADA.” Palavras do Historiador e escritor de Brasília, Adirson Vasconcelos para caracterizar a figura ímpar deste engenheiro que foi o chefe do Departamento de Topografia Urbana da Novacap e o responsável pela execução do projeto de Lúcio Costa.

Artista na sua profissão, trabalhou com esmero e precisão fazendo nascer a Brasília que Lúcio Costa idealizou.

Quando Jofre chegou em Brasília, 1955, tudo era apenas cerrado. Veio para a construção da pista de campo de pouso, chamada de Vera Cruz, no local onde Rodoferroviária. Em maio de 1956, integra a comissão que, teve como objetivo a demarcação do Quadrilátero Cruls por determinação do, então governador de Goiás, José Ludovico.

Jofre acompanhou Segismundo Melo e Altamiro de Moura Pacheco na realização da demarcação das terras a serem desapropriadas. O escritório da Comissão foi instalado na cidade de Luziânia . De lá a equipe saía para o reconhecimento da área e contacto com os fazendeiros cujas terras deveriam ser desapropriadas.

Com a aprovação, em setembro de 1956, da Lei Federal que determinou a mudança da Capital e criou a Novacap, Jofre é convidado por Bernardo Sayão, para ser seu assistente.

Em 2 de outubro de 1956, Juscelino chega para conhecer o local da futura Capital e, na sede da fazenda Gama, encontra-se com Jofre, Altamiro e Sayão para juntos, examinarem o local demarcado.

No início de 1957, Jofre que fora dos primeiros a percorrer o extenso cerrado do Quadrilátero Cruls é também, dos primeiros a trazer a família para habitar uma das seis primeiras casas, de madeira, do canteiro de obras e construídas nas proximidades do galpão da administração, (esposa e duas filhas, as gêmeas, com menos de um ano, ficaram com a avó em Goiânia). Seus vizinhos eram; Sayão, Bessa, Vasco, Moacir e Israel. A rua, a primeira de Brasília, chamava-se rua do Sossego.

Em 1957, por ser um especialista em mineralogia, foi nomeado representante da Novacap junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral. Em 1958 passou a engenheiro chefe da Divisão de Estudos e Projetos da Novacap.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido na construção da Nova Capital, acompanhou Sayão na difícil tarefa de abrir a Belém-Brasília. Eclético e competente, realizou um estudo geológico sobre as regiões por onde passaria a estrada.

Jofre nasceu em Vianópolis, Goiás, em 18 de dezembro de 1924, filho de pai espanhol e mãe mineira. Estudou em Araguari e fez universidade em Ouro Preto, na Escola de Minas, especializando-se em mineralogia. Aluno brilhante, sempre obtendo os primeiros lugares, formou-se com distinção. Como profissional, ganhou dos colegas dois apelidos: eclético e homem solução, pois conhecia profundamente todos os ramos da engenharia e lecionava-os. Possuía um poder de solução para tudo. Pacífico, sabia liderar apesar de sua modéstia.

Deixou 58 trabalhos publicados sobre os mais diversos setores da engenharia, especialmente em minas, metalurgia e civil. De 1950 a 1976, ano de seu falecimento, exerceu 54 funções profissionais.

Foi o fundador e primeiro Venerável da primeira Loja Maçônica, Estrela de Brasília, fundada em 14 de maio de 1957. Fundador do Clube de Engenharia de Brasília, foi seu primeiro presidente.

Em janeiro de 1959, quando chega a notícia da morte de Sayão na Belém-Brasília, Jofre, dentro da noite, com a luz do jeep, demarca uma estrada de acesso até o Campo da Esperança. Estrada que pela manhã estava pronta para receber os inúmeros veículos que acompanharam o féretro. Trabalho que realizou sofrendo profunda dor por ter perdido o amigo.

Jofre deixou a sua Brasília, que tanto amou e por quem tanto trabalhou, em 9 de dezembro de 1976, aos 52 anos de idade, para fazer companhia ao seu amigo Bernardo Sayão, no Campo da Esperança.

Viveu intensamente, muito realizou e Brasília não poderá esquecer seu nome. O nome do primeiro engenheiro que pisou no cerrado virgem para demarcar, no solo vermelho deste Planalto, o projeto audacioso do inspirado Lúcio Costa.



## BREVE LEITURA DO LIVRO *LISÁBRIA DE JESUS, DE ALAN VIGGIANO*

JOÃO CARLOS TAVEIRA

Em finais de 1990, quando um grupo de seis escritores, uma intérprete e um editor viajamos à Flórida para participar da 7ª Feira Internacional do Livro de Miami, ali realizada em praça pública, numa aventura digna do Exército de Brancaleone – para dizer o mínimo do surrealismo em que estávamos envolvidos –, Alan Viggiano deu-me para ler os originais de *Lisábria de Jesus ou O Estigma de Cam*, que havia acabado de ganhar o Prêmio Coelho Neto, na categoria romance, da Academia Brasileira de Letras. Era um livro bem diferente deste que temos hoje em nossas mãos. A história de Lisábria era basicamente a mesma, porém estava escrita – e muito bem escrita, é bom que se diga – em uma linguagem linear, convencional.

Pois bem: os textos originais, devidamente avalizados por uma comissão de alto nível, precisavam apenas de um bom editor para tornar público aquele romance espetacular e um tanto inusitado. Àquela altura dos acontecimentos, qualquer autor teria se dado por satisfeito, passando a dedicar-se única e exclusivamente ao processo de edição. Afinal, tratava-se de um livro bem feito, que agradara não só os acadêmicos como também um punhado de amigos que haviam lido e dado suas opiniões favoráveis.

Mas, para o Alan, a coisa não era bem simples assim. Ao que parece, não se dera por satisfeito. E dava a entender que aquele “trem” lhe incomodava os ânimos, corroía-lhe as entranhas. Já havia escrito e publicado mais de uma dezena de livros e entre eles dois romances. Portanto, um livro a mais, um livro a menos, dá tudo na mesma, deve ter pensado este homem de poucas palavras, de gestos largos porém comedidos e de idéias fervilhantes. E, no seu jeito ensimesmado, deixou o tempo passar, dando a impressão de que devolvera o Lisábria ao fundo da gaveta. Sempre que alguém lhe perguntava pelo romance, o mineirão

de Inhapim – antiga província de Caratinga – desconversava dizendo que o havia mandado para uma certa editora e que aguardava resposta. Com isso, os anos foram se passando. E só no final de 1999, depois de muito mistério, de muita expectativa, *Lisábria de Jesus* finalmente veio a público, numa edição caprichada de André Quicé Editor. Alan havia acabado de quebrar a perna do capeta, como se diz lá para as bandas de Araguari.

Quando abri o livro, para aquela tradicional folheada de reconhecimento do terreno, pensando que ia apenas reler o texto que conhecera dez anos atrás, quase caí da cadeira, tamanho o susto que aquela encrenca de livro estava me pregando. “Diabos, mas esse não é o Lisábria que eu conheço”, disse à minha mulher. “O Alan deve ter ficado zureta” – exclamei, com ares de quem estava meio perdido no Goiás, debatendo-me na mais completa ignorância. Só um sujeito maluco, pensei, seria capaz de reescrever aquela história inteira, não deixando pedra sobre pedra, ou melhor, palavra sobre palavra.

E foi assim que tive o prazer de ler tudo de novo, para concluir que a Arte é muito mais do que aquilo a que estamos acostumados. É preciso ter a mente e o coração abertos para o novo, pois só o novo transforma. Só o novo é capaz de subverter a ordem natural das coisas e reinaugurar no mundo a face da esperança.

*Lisábria de Jesus* é um romance desconcertante, exótico e, às vezes, sem pé nem cabeça. Um romance dentro romance, ou melhor, um não romance que, ao desmontar o mundo para apresentar suas desconjunturas e desencontros, acaba por desmontar-se a si mesmo, num contínuo de delírios, críticas veladas e algumas bizarras verbais dignas do gênio. A grande façanha deste livro é talvez o poder de síntese com que está revestida a sua concepção, a sua estranha arquitetura. Em pouco mais de 150 páginas, escritas num estilo denso, vertiginoso, que explora as mais diversas camadas da linguagem, concentram-se invenções estilísticas e malabarismos fonéticos de tirar o fôlego do leitor menos avisado. O texto está povoado de neologismos, metáforas, hipérbolés, aliteraões e mais um monte de outros quebra-cabeças utilizados como recursos de ridicularização e de denúncia. Mas mantém, por um lado, um diálogo permanente com a Poesia, em que, mesmo disfarçados, aparecem poemas inteiros em forma de sonetos, e, por outro, com o próprio romance, numa homenagem fraterna e sincera ao escritor M. Cavalcanti Proença, autor do belo e pouco lido *O Manuscrito Holandês* – livro de cabeceira do autor de *Mitavaí Arandu*.

Voltemos ao *Lisábria*. De suas páginas, brotam rios, mares, oceanos, num redemoinho de sugestões e estocadas as mais

desconcertantes, as mais avassaladoras. Nas suas entrelinhas, pode-se perceber que o Autor não poupa críticas e ironias aos desastrados senhores do poder (alguns velhinhos catatônicos e muitos jovens alienados) e, às vezes, até aos escritores que vivem da velha arte do “culto ao próprio umbigo”, numa demonstração de cabotinismo e nenhum talento. Desses autores, vemos publicados textos e livros esdrúxulos que não acrescentam nada. São, na maioria, “poetas” e “ficcionistas” sem um pingão de autocrítica e, o que é pior, sem o mínimo senso de ridículo, a escrever e a falar asneiras e a publicar bobagens em livros vazios, totalmente desnecessários.

Mas nem tudo são bolores extraídos desta flor do Planalto! No Lisábria podem-se encontrar, com facilidade, pretos de homenagem ao bom senso e à inteligência. O livro está repleto de beleza.

Falemos, por exemplo, dessa mulher que, apesar de estuprada pelo próprio pai e pelo irmão, e de ter trazido ao mundo sete filhos, cada um de varão diferente, ainda teve forças para revolucionar sua vida de muitos nexos, sexos e plexos, pelo menos do ponto de vista da miséria em que se encontrava antes de sair da Bahia e vir para Brasília.

Por outro lado, o romance nos oferece um sem-número de leituras, cada qual com interpretações as mais variadas. Lisábria, na verdade, é um anagrama de Brasília, que no entanto lhe é acolhedora. Mas é muito mais a crítica do Brasil, das Américas, da Europa, enfim, do mundo inteiro. É também a história de uma mulher, de uma raça, de uma nação colonizada e submissa, sempre disposta a beijar as botinas do colonizador. Alan faz uma verdadeira autópsia dos problemas brasileiros, com seus envoltimentos nos campos econômico, social, político e linguístico. Levanta outras lebres e cria um painel sombrio de incertezas, onde tudo é questionado, discutido e criticado à luz da história recente deste país. Nada escapa à sua visão telescópica e avassaladora, mas sobretudo cheia de humor e de muitas gozações.

Vista desse ângulo, a obra viggiânica aproxima-se do *Macunaíma* de Mário de Andrade, por suas concepções arquetípicas atualizadas e até certo ponto aperfeiçoadas de um Brasil que não consegue desvencilhar-se do ranço escravocrata, entregue quase que totalmente aos ditames do colonizador, a começar pela sujeição cega à política financeira do FMI, pela incorporação do vestuário e das formas de comportamento *punk* (que, em certos casos, chega a beirar o ridículo), pelos maus hábitos alimentares (que, em muitos casos, reduzem-se a pão, maionese, batata frita e coca-cola) e – o que é mais grave e preocupante – pela desvirtuação do idioma pátrio (uma vez que a língua portuguesa tem sido menosprezada e vilipendiada até pelas classes mais

privilegiadas, como a política, a empresarial, a científica e, pasmem!, a intelectual).

Só um exemplo: o Centro Comercial e Empresarial Norte de Brasília mais parece a ilha de Manhattan, em plena Nova Iorque. Aliás, num desses modernos edifícios de nome inglês, o Alan – numa tirada espetacular digna dos melhores autores do chamado realismo fantástico – coloca Deus em um escritório luxuoso, de onde Ele passa a governar a humanidade, com mão de ferro e ajuda de um secretário dedicado e competente, na Sua eterna luta para livrar-se dos sanguessugas, dos puxa-sacos, e naturalmente preservar o Seu poder.

Categórico, o livro também não livra a cara da Imprensa. E bate fundo, mostrando, inclusive, seu caráter antidemocrático, desagregador. Como formadora de opinião, nesse processo, ela acaba se transformando em apenas instrumento ideológico das forças e facções anti-nacionalistas, ao publicar mentiras e absurdos que, dada a insistência, acabam virando verdade. E, se não tomar cuidado, acabarão virando história.

Neste momento, não poderia encerrar minhas observações sem antes fazer uma pequena referência à Música, principalmente à ópera. Mesmo porque *Lisábria de Jesus* está todo construído em perfeita harmonia com as formais musicais vigentes. E, para tal, gostaria de trazer para este registro a oportuna opinião do crítico e musicólogo Charles Osborne. Ouçamo-lo: “Às vezes dizem que a ópera não é mais uma forma de arte viva, que suas obras-primas são todas dos séculos XVIII e XIX. Isto não é verdade. Constantemente dizem que o romance também está morrendo, mas novos romances – e muito bons – continuam a surgir. É verdade que nas últimas três décadas a maioria das formas artísticas se encontra em estado de instabilidade. A criatividade passa por um período de relativa baixa, como pode confirmar um rápido exame do que acontece (e não acontece) na pintura, na poesia, no teatro e na música. No entanto, há sinais de que as artes estão para entrar em um novo período de consolidação. (...) A ópera do futuro será diferente da ópera do passado e, esperemos, superior à maior parte da ópera do presente.” E com o romance não será diferente, malgrado toda sorte de pessimismos e vaticínios contrários.

Com estas palavras, termino por dizer que *Lisábria de Jesus* ou *O Estigma de Cam* marcará, com letras de ouro, na Literatura Brasileira, o fechamento do século XX, como uma obra extraordinária e arrebatadora, tanto pelo vigor do seu conteúdo quanto pelas invenções estilísticas que apresenta. Ao mesmo tempo, será um marco inquestionável para o início do século XXI que se avizinha. Com este livro, Alan

Viggiano inscreve seu nome definitivamente na tradição literária fundada por José de Alencar, Machado de Assis e Guimarães Rosa, para mim, a santíssima trindade do romance brasileiro.



## O BRASIL DE JK E O FMI

LUIZ MANZOLILLO\*

O que é bom para o Fundo Monetário Internacional é bom para o Brasil? Para os demais países? Pelo menos não é bom para os Estados Unidos. Como o Tesouro americano pesa muito nos critérios e medidas do FMI, a regra, ali, é "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço". Pois o déficit corrente do país mais rico do mundo (mas não o mais equilibrado) atinge, presentemente, os mesmos níveis do brasileiro, 4,5% da economia. Mas é só ver o tamanho da economia americana, dez vezes maior que a nossa. No entanto, *indoors*, Tio Sam, na prática, denega mil e uma chatices técnicas do Fundo – enxugamento do meio circulante, elevação de juros, contenção dos investimentos e dos salários –, pois a indústria ianque continua a produzir aos borbotões e o FED (o banco central dos EUA) reluta em aumentar os juros. Isso barateia os produtos, salvo melhor juízo. Nem mesmo os salários foram contidos: no último quadriênio, aumentaram bem mais do que a macérrima inflação americana. E Al Gore diz que, eleito, aumentará o mínimo em US\$ 1/h, cerca de 20%. Os EUA, se não se apresentam como campeões do social, o são, certamente, na relação renda-consumo, esta sim a melhor do mundo.

Sucedem os regulamentos e torniquetes, não só do FMI como do Banco Mundial e do próprio acordo de tarifas e comércio, têm cerca de 50 anos – na prática já caducaram, bengalinha e tudo. As recentes demonstrações públicas em Seattle e Praga podem até mesmo ter recebido estímulos à esquerda. Mas causas existem. E velhas. Já a década de 60 ia adiantada quando o próprio e insuspeito bilionário John Connally, que assessorara Nixon e Kennedy, desabafou: "Já estamos fartos de ouvir falar em Bretton Woods (local dos grandes acordos econômicos do pós-guerra), FMI e Banco Mundial, fracassos completos!" Ali, enfim, alguém dava razão a JK que, poucos anos antes, implantara a política desenvolvimentista que sedimentou a indústria automobilística (entre outras), fundando Brasília e espraiando o Brasil para o Centro-Oeste. A

despeito da infringência de quase todos os postulados monetaristas do Fundo, num rompimento quase ostensivo, só mais tarde sanado.

Nem se diga que as obras de Brasília inflacionaram tanto. Pouco após JK, em 64, quando Jango foi apeado do poder pelos militares, a dívida externa brasileira ia por magros US\$ 3 bilhões. Ao término do consulado dos generais-presidentes, 21 anos mais tarde atingia US\$ 110 bilhões. E um tanto de obras faraônicas paradas. Hoje há que reconhecer: o que JK deixou não foi inflação, mas riqueza.

Na década de 80, o comentarista econômico Joelmir Betting escrevia, referindo-se aos países endividados, que o FMI pisava o tubo de oxigênio do asfíxiado. Em setembro de 87, em artigo no *Correio Braziliense*, o desembargador Osny Duarte Pereira profligava a Trade Act americana daquele ano (a qual, somada às diretrizes restritivas do FMI, configurava a ilaqueação do enforcado), destinada a sanar seu déficit de US\$ 500 milhões no comércio internacional, mediante iniciativas protecionistas e represálias que prejudicariam, como prejudicaram, as exportações de países emergentes.

Como a caduquice avança, vem o protesto das ruas. É como assinala artigo recente em *The Miami Herald* o percuciente Mark Wisbrot, com sua autoridade de diretor do respeitado Center for Economist and Policy Research, de Washington. Ele epigrafa a condenação não só ao FMI, como ao Banco Mundial, que considera entidades obsoletas. Ainda grifa a dependência do Fundo ao Tesouro americano. E cita o Brasil, entre outros, como o mais prejudicado. Faz questão de dizer, ademais, trocando em miúdos, que os próprios EUA demitem, no doméstico, as regras descritivas do organismo.

É lógico que o gigante pesa. E há de pesar em seu próprio benefício. No entanto, como em economia (e todos os *bussines* nela contidos) as vias políticas são de mão dupla, o parceiro, no caso o Brasil, há que ponderar e decidir o que fazer. Quando, historicamente, resolveu sem subserviência, subiu muitos degraus. Como na década de 50, partindo para o desenvolvimentismo descobrindo e explorando as fontes petrolíferas, a despeito da cátedra de *experts* (sic) ter decretado que o Brasil não possuía petróleo no nível da exploração industrial. Posteriormente, numa entrevista-bomba ao *Correio Braziliense* (maio de 87), o engenheiro e professor José Bautista Vidal declarou que o nióbio não fora aceito como um supercondutor (e é o melhor que existe para a fusão nuclear), porque o Brasil é detentor de 96% das respectivas reservas mundiais e que a exploração de uma simples mina de nióbio poderia pagar toda a dívida externa brasileira. Quer dizer, em matéria nuclear as grandes potências é que ficariam dependentes do rico Pindorama. Se ainda se deseja uma prova de que Deus é brasileiro...

Vidal ainda deitou crítica ao nosso modelo, que persiste agravado até hoje: o modelo dependente, que vai procurar pacotes tecnológicos no exterior. A reportagem do CB concluía, ainda: “Os próprios órgãos governamentais discriminam os projetos nacionais. O professor lembra que várias vezes teve em suas mãos contratos da Sudene e Sudam que condicionavam a concessão de incentivos à busca de tecnologia no exterior.” Ainda acusava a queda de investimentos internos em tecnologia, mais de um terço em uma década (1978-87). Há muitos meios de obter tecnologias novas. Em 87, na Constituinte, o então senador Jamil Haddad propôs a inclusão de dispositivo determinando sadamente que “as empresas que atuam em setores industriais, dependentes de processos tecnológicos importados, são obrigadas a investir, anualmente, pelo menos 5% de seus lucros em pesquisas, incorporando-se ao patrimônio nacional o conhecimento deles resultante”. Achava difícil a respectiva aprovação. E foi.

Com a globalização dos dias atuais, o Brasil, ou outro país qualquer, há que se fortalecer interna, econômica e socialmente. A regra do FMI, de contenção a todo custo, se serve para economias desenvolvidas, que podem perder certas gorduras, configura-se desastrosa para outras se seguida à risca – a exemplo da Rússia e Indonésia atuais, que precisam desesperadamente crescer. O Brasil é desse time: é imperioso que retome o crescimento a passos bem mais largos do que os de agora, invista para gerar empregos (a regra magna da economia), adote o distributivismo que nos demita do triste rótulo de líderes mundiais de concentração de riqueza (como relata o Bird) e espraie nossa rica cultura, ora apenas em nichos privilegiados.

Afinal, o próprio FMI, por seus mais abalizados representantes (talvez receosos do grito das ruas), já reconhece, com atraso de décadas, que é imperioso combater a miséria mundial, que vai crescendo ao lado da riqueza e em maior velocidade. Connaly tinha razão?

Sim, porque das duas uma: ou se parte para uma vigorosa retomada do desenvolvimento (e os juros não poderão permanecer nos níveis atuais cobrados no Brasil), ou se restringe, empobrecendo tudo e todos, atrasando-se na corrida mundial, cada vez mais veloz. Se o Brasil de JK seguisse o FMI, jamais teríamos ido pelo salto desenvolvimentista. Nem teríamos Brasília, espalhando-nos para o Centro-Oeste numa cunha de civilização e progresso, ou seja, o país seria ainda um grande balneário à beira-mar plantado.

---

\* Luiz Manziolillo, carioca, 70, reside em Miami. Funcionário aposentado do Banco Central, é jornalista e escritor premiado, com vários livros publicados.



## DISCURSO DE RECEPÇÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO\*

ROMEU BARBOSA JOBIM

Quando minha filha Adriana Jobim Navarro me comunicou que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, por indicação do Deputado Benício Tavares, resolvera conceder-me o título de Cidadão Honorário de Brasília, confesso que, sem falsa modéstia, fiquei em dificuldade para entender a razão da homenagem.

Eu e minha mulher aqui chegamos em 1960, por ocasião da mudança da Capital, concursados ambos para a Câmara dos Deputados. Permaneci nos quadros funcionais daquela Casa do Congresso, primeiro como Redator, depois também como Assessor, até 1976, quando ingressei na magistratura do Distrito Federal. Por cerca de dez anos, a partir de 1964, exerci ainda o magistério, em Brasília.

Promovido a Desembargador em 1991, neste cargo fui alcançado pela aposentadoria compulsória, após mais de vinte anos de judicatura e quase cinquenta de serviço público.

Seja no desempenho das atribuições afetas a esses cargos, seja em funções outras antes e depois de me transferir para o novo Distrito Federal, envaidece-me uma certeza: a de que, em tudo quanto fiz, procurei dar o melhor de mim.

Mas, porque este era o meu dever, onde o respaldo para a distinção honorífica?, questionava-me, talvez por força ainda do vezo de julgar. Quem, a serviço do Estado, deixa de fazer o devido, há de sofrer punição, de acordo com a lei. O contrário, no entanto, é a contraprestação obrigatória e não há por que a distinguir ou premiar.

Foi ainda Adriana quem, com sua vivência e perspicácia de jornalista, me explicou que a motivação da homenagem, segundo apurara, fora exatamente esta: a de dizer àquele que cumprira o dever que seus passos tinham sido rastreados, merecendo o aplauso da Cidade, o que não é comum, nos tempos correntes.

Colocadas as reflexões neste nível, e porque o olho afinal não vê o olho, a ninguém cabendo ser juiz em causa própria, só me restou, como alternativa, submeter-me ao doce e, por que não dizer?, agradável constrangimento imposto pelos nobres representantes do Distrito Federal, onde me tornei pai e avô, e onde estou há mais tempo que nos diferentes lugares objeto de minhas andanças e permanências.

Decorridos estes bons quarenta anos brasilienses, volto o pensamento aos primeiros tempos. Sofria-se e, de longe, no aeroporto do Rio de Janeiro, por exemplo, já se identificavam, nos fins de semana ou quinzena, pela cor dos sapatos e até da roupa, os procedentes do Grande Canteiro de Obras, que era Brasília. Também a dez minutos desta, quando o avião se aproximava, já se via, impregnando o ar, a poeira avermelhada e benfazeja.

De qualquer maneira, se havia sofrimento, algo de mágico também a todos contagiava. Em conto escrito na década de 60 e que este ano sai em livro, resalto que, pelo menos à época, experimentávamos em Brasília, diariamente, as quatro estações: primavera pela manhã, verão em seguida, outono ao cair da tarde e inverno à noite. Quem ousasse partir, por fás ou por nefas, deveria fazê-lo ao entardecer ou à noite. Se entendesse de esperar a manhã, o sortilégio desta o prenderia.

Foi o que aconteceu com o personagem de meu conto, comigo e com quantos chegaram e pernoitaram. Para lembrar a pequena alegoria dos três operários, aqui ninguém quebrava pedra ou ganhava a vida. Integrados na grande obra, todos construíam uma catedral, em verdade esta extraordinária cidade, Capital da Esperança sim, mas sobretudo do Futuro, no conto Capital do Homem Feliz de Uma Nação Feliz.

Quando, em 1976, assumi a magistratura em Brasília, também fui nomeado Juiz Federal, com exercício no Rio de Janeiro, pois me habilitara em ambos os certames. Ocorre que, perdoe-me a Cidade Maravilhosa, já me haviam seduzido por completo as manhãs do Planalto, sendo impossível voltar, em definitivo, à beleza e aos problemas do Rio de Janeiro que, não obstante, se transformou na melhor das opções de férias.

Aceito o desafio de ser juiz, no firme propósito de tentar distribuir justiça num mundo de injustiças, não me iludia acerca do que me esperava. Mas não supunha, confesso, que o peso do fardo atingisse tal vulto, tamanhas a pobreza franciscana e a falta de estrutura do Poder Judiciário, em nosso País, para o desempenho de suas atribuições constitucionais.

Apesar de tudo, não me arrependi, mesmo quando verificava, no fim dos primeiros meses, que os ganhos chegavam apenas a um pouco

mais da metade do percebido antes, na condição de funcionário do Poder Legislativo. Como se enganam os que pensam ser fácil o exercício da magistratura no Brasil! E como primam pela persistente incapacidade os que têm o dever de proporcionar ao Judiciário os meios indispensáveis a seu funcionamento, já não digo ideal, mas apenas satisfatório!

Para dar uma idéia do massacre físico sobre a pessoa do magistrado, que o exercício de seu cargo significa, basta dizer que, enquanto o comum dos mortais, ao fim do dia, interrompe as atividades e vai para casa usufruir os merecidos e necessários repouso e lazer, a opção que resta àquele é levar para o recesso do lar o mais difícil do mister. E é durante o sono inquieto, muitas vezes, que a mente do julgador vislumbra a solução de problemas que deve resolver ou, pelo menos, equacionar.

Faço-lhes uma revelação: ainda hoje, e com frequência, espantame a descoberta de modificações verificadas em Brasília e adjacências, que simplesmente não pude acompanhar, em face da dedicação exclusiva a que me obrigava, antes da aposentadoria. E só então me dou conta, efetivamente, não do sacrifício que me impus, teimosamente voluntário, mas daquele a que submeti meus familiares, durante os anos em que me coube zelar pelo direito dos brasilienses.

Não alimento ilusões: não pude melhorar o mundo, seja como magistrado, seja como cidadão, nas várias atividades exercidas. Mais: talvez não haja sequer conseguido mudar-lhe o que seja. Algo, porém, me reconforta: não contribuí para que ele piorasse e, se não abalei estruturas, por vezes pude impactá-las, ao dizer e fazer prevalecer a justiça resistida. Se, durante o exercício da judicatura, fiz poucas amizades e até perdi algumas, por falta de cultivo, nunca deleguei atribuições ou decisões, estas tomadas sempre de modo solitário e de acordo com minha consciência e livre convencimento na interpretação do Direito, jamais permitindo, acaso em descompasso com a realidade, que o mais fiel dos auxiliares me redigisse uma sentença ou voto.

Nascido no Acre, terra de homens que lutaram para continuar brasileiros, dali me ausentei na adolescência, para viver em diferentes lugares, de Norte a Sul, entre eles Manaus, Rio de Janeiro e Brasília, onde afinal, como disse, estou há mais tempo que a soma de permanência em todas as localidades por onde pervaguei. Por que assim determinaram os fados, sou, de certa forma, alguém que perdeu a identidade, ou pelo menos a naturalidade, vínculo à terra por sem dúvida indispensável à própria cidadania.

É verdade: frequentemente assalta-me este sentimento. Não sou carioca, amazonense, gaúcho (como meu pai), cearense (como meus

avós maternos), nem natural de qualquer dos outros lugares para e por onde me levaram meus passos. E o pior é que, um dia, retornando ao Acre, após mais de trinta anos de ausência, notei que meus pagos e conterrâneos também não me reconheciam nem eu a eles, de minha sensibilidade fluindo então esta quadrinha, publicada em meu livro *EM TOM MENOR: Pelas ruas hoje estranhas / de Rio Branco, sangro a esmo. / Restam-me só nas entranhas / as pegadas de mim mesmo. /*

De alguma forma, é este, por igual, o sentimento expresso no poema *Uiranas*, integrante do livro *CANTOS DO CAMINHO*, a ser publicado neste final de século e milênio. No poema em tela, focalizando aquele arbusto, muito comum nas margens dos rios da região, onde ajudam a segurá-las, registro que uiranas inquietas / pendiam galhos de tântalos / sobre rios da infância, / hoje perdidos, / submersos /, em seguida assinalando que, com a cheia, desmoronados os barrancos, elas desciam, de roldão, / flutuantes, / para abaixo, de novo, / nem sempre, / fixar-se / e renascer /, por derradeiro acentuando que, uirana arrebatada / de seu solo, / ainda busco, vida em fora, / um outro em que se prendam / e enseivem / as cansadas e inúteis raízes. /

Deputado Benício Tavares, sempre tive a maior admiração por seu trabalho em favor de Brasília. De Vossa Excelência, Senhor Deputado, o mínimo que se pode afirmar é ser aquele que ensinou aos deficientes físicos que da sociedade só devem reivindicar o ensejo de poder mostrar eficiência. Por outro lado, se Vossa Excelência já era alguém muito especial para mim e meus familiares, com inscrição de relevo em página do Livro de Ouro do Clã, ora passo a dever-lhe, com o apoio generoso de seus eminentes pares, este inestimável galardão: o título de cidadania que a vida me havia retirado.

E meus votos, por tudo e do mais profundo de mim, Senhor Deputado, são, portanto, no sentido de que Vossa Excelência, quer em cargos eletivos, quer noutros a que for justamente convocado, possa continuar sempre demonstrando sua inexcedível grandeza humana e reconhecida eficiência.

Senhores Representantes da Câmara Legislativa do Distrito Federal, não sei se Vossas Excelências procederam com o costumeiro descortino, quando me outorgaram o título que ora me entregam. Mas, se Vossas Excelências realmente quiseram distinguir alguém que preferiu Brasília a qualquer outro recanto, para o desenvolvimento de suas principais atividades, e que, no pouco realizado, procurou dar o melhor de si, por vezes no limite das próprias forças, então lhes digo que terão agido acertadamente, com isso, ademais, sobremodo comovendo-me.

E permitam e relevem que lhes observe ser maior minha emoção ante o fato de o título se não destinar ao magistrado em exercício, ao desembargador ainda com poderes jurisdicionais, mas ao julgador aposentado e ao cidadão que, por força da generosidade de Vossas Excelências, ora volta efetivamente a sê-lo, outra vez vinculado a um pedaço de chão, não mais aquele em que nasceu, é certo, mas aquele a que aportou e elegeu, em dado instante de seu périplo.

Senhores Representantes da Câmara Legislativa do Distrito Federal, graças a Vossas Excelências, já não sou uma uirana à mercê da corrente, em busca de nova fixação. Com o título de Cidadão Honorário de Brasília, Vossas Excelências me restituem a naturalidade perdida e possibilitam que as cansadas raízes voltem a renutrir-se e renascer.

Muito obrigado, Deputado Benício Tavares! Muito obrigado, Senhores Integrantes da Câmara Legislativa do Distrito Federal! Por vontade e obra de Vossas Excelências, não sou mais alguém cuja cidadania se perdeu ao longo dos caminhos. Sou agora, e com muito orgulho, um CIDADÃO DE BRASÍLIA!

Agradeço também, de maneira especial, a todos quantos, com sua prestigiosa presença, abrilhantam o momento.

---

*\* Discurso proferido pelo acadêmico Desembargador Romeu Barbosa Jobim, em sessão solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 15 de setembro de 2000, ao receber o título de Cidadão Honorário de Brasília, por indicação do Deputado Benício Tavares.*



## O ARTISTA (Lembrança de Guido Mondin)

DARIO ABRANCHES VIOTTI

Este é um clube em que muitos irmãos amigos se reúnem, uma vez por mês, para estudar os problemas enigmáticos do Brasil, mas também para o prazer da convivência. Que se realiza em torno de mesas de refeição, conforme costume imemorial da humanidade. O primeiro milagre de Cristo se deu numa festa, num banquete, em que transformou água em vinho.

Mensalmente, sob esse telheiro que suaviza a claridade intensa do Planalto, no meio de verdes gramados, sentindo-nos, por enquanto, mais ou menos seguros no centro da Pátria, temos um intervalo de paz. Todas as crises, que agitam o país, daqui parecem distantes.

Por quase vinte anos, os mais antigos freqüentadores deste clube, tivemos a alegria de uma presença – do mais amigo de todos os irmãos amigos. Hoje temos a tristeza de sua ausência.

Já não ouviremos a voz de Guido Mondin. Poderemos sentir, entretanto, ainda hoje, a ressonância da sua palavra. Ele tinha o dom de despertar em nós os sentimentos que transbordavam dele.

O homem que trabalha, utilmente, colabora na obra divina da Criação, que prossegue desde o início dos tempos. O artista embeleza o mundo, e só por isso o torna melhor. Revela a beleza que nós, simples mortais, não havíamos descoberto. Existem jardins secretos, que o artista descobre e nos convida para a sua sombra amena.

“Só a alegria repousa”, observou Tomaz de Aquino. A alegria recompõe o desgastado pelo esforço ou pelo sofrimento. O artista é um criador de beleza. “Uma coisa bela é uma alegria para sempre”, disse Keats.

Guido Mondin foi um criador de coisas belas. Milhares de quadros pintou – maravilhosamente bem. Recebeu, por isso, a Grã Cruz das Belas Artes – um dos maiores pintores brasileiros que era.

Atribuem a Goethe a frase: “A música seria a primeira das artes se não existisse a eloquência”. Havia algo de música na eloquência de Guido Mondin.

Encontrei num de seus poemas – era poeta não só na vida, em si mesmo, como na sua obra – o seguinte exemplo de seu estilo clássico:

“Abri a janela de cortinas velhas  
por onde entrou uma lufada de estrelas.”

Em seu discurso havia sentimento, poesia e música.

Ele foi um político ilustre, um patriota que dirigia os escoteiros do Brasil; Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União.

Viveu 88 anos. Teve a satisfação de até o fim manter-se em atividade. Vitimado há tempos por um acidente vascular cerebral, perdeu o domínio da mão direita. Passou a pintar com a mão esquerda. Em sua última exposição de quadros, não conseguiu distinguir os quadros novos dos velhos.

Ele pintava, principalmente, cenas de sua terra natal, o Rio Grande do Sul. Suas cavalhadas ainda parecem galopar na tela imóvel.

Escrevi esta nossa despedida para que a emoção, delimitada, não extravasasse.

Procuremos manter este clube em que brasileiros de todos os Estados se irmanam. De que ele foi, até há seis dias, o primeiro orador.

Se o não pudermos imitar nos dons da natureza, que com ele foi pródiga, procuremos pelo menos imitá-lo na sua cordialidade e na sua dedicação ao Brasil.

---

\*\*\*\* *Discurso proferido no Clube dos 21 Irmãos Amigos, de Brasília, no dia 26 de maio de 2000.*

## NECROLÓGIO

**Sérvulo Jayme Coimbra Tavares Paes**, é o nome de batismo do jornalista conhecido como Sérvulo Tavares, atuante na vida política, cultural, jornalística e social de Brasília, desde os primeiros dias da cidade, os tempos de Juscelino Kubitschek de Oliveira, do qual foi oficial de gabinete entre 1956 e 1959.



Filho de Waldemar Tavares Paes e Hercília de Oliveira Tavares, nasceu em Ouro Fino, Minas Gerais, a 10 de março de 1927 e faleceu em Brasília no dia 8 de abril de 2000. Deixa viúva Irene Magda Lima Coimbra Tavares.

Sérvulo Tavares era sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, ocupante da Cadeira 43, tendo como patrono o Padre Primo Scussolino. Começou a vida profissional como diretor do “Correio de Minas”, de Belo Horizonte. Na capital de Minas trabalhou ainda nos jornais “Estado de Minas”, “Diário da Tarde” e “Folha de Minas”, destacando-se como comentarista político e ou cronista social. Seguiu como redator dos jornais “Última Hora” e “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro. Terminou como colunista do “Correio Braziliense”, Brasília, assinando, até 1991, a coluna “Crônica da Cidade”. Ainda como jornalista foi chefe do escritório comercial do Brasil em Madri, Espanha, depois diretor da Embratur, assessor de comunicações da Presidência da República e do Ministério das Comunicações. Foi, no decorrer de suas atividades no Distrito Federal distinguido com condecorações e comendas do Governo da República e do Distrito Federal.

**Guido Mondin**, titular da Cadeira nº 1 do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e um de seus fundadores, faleceu, aos 88 anos de idade, dia 28 de junho de 2000, em Brasília. Guido Mondin foi consagrado, ao lado de Dom José de Almeida Baptista, como Sócio Honorário do IHG-DF; exerceu a presidência desta entidade durante quatorze anos, de 1973 a 1987. Desempenhava, no tempo em que faleceu, o cargo de conselheiro fiscal do IHG-DF.



Guido Mondin nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia 6 de maio de 1912. Notabilizou-se como político, iniciando essas atividades em lideranças sindicais e Conselhos de Classes existentes na sua época. A carreira política propriamente dita, iniciou-se como prefeito municipal, seguindo-se quando eleito deputado estadual, depois deputado federal e, por fim, Senador da República. Aposentou-se como Ministro do Tribunal de Constas da União.

Guido Mondin destacou-se também como artista plástico, autor de 4.000 telas, muitas delas expostas hoje em pinacotecas públicas e ou particulares do Brasil e do exterior. Principiou como desenhista e pintor, aos sete anos de idade, participando, com trabalhos a lápis de cor e aquarelas, do Primeiro Salão de Artes de sua cidade. Foi então agraciado com a Medalha de Bronze. Mas tarde se destacaria como chargista de jornais e revistas do Rio Grande do Sul e de Litros Estados do Brasil. Assinou ainda, em várias publicações, poesias, contos e crônicas. Memorialista, emprestou seu talento também ao teatro. Participou, como dirigente de entidades culturais, representando o Brasil, de reuniões internacionais em três continentes. Guido Mondin era portador de várias condecorações nacionais e estrangeiras.

**REGISTRO  
ICONOGRÁFICO**





*Solenidade de outorga dos títulos de sócio honorário ao acadêmico dom José Newton de Almeida Baptista e de sócio benemérito ao doutor Hélio Lobato de Almeida. na foto, da esquerda para a direita, Affonso Heliodoro dos Santos – presidente do IHG-DF; Dr. Hélio Lobato de Almeida e Dom José Newton de Almeida Baptista.*



*Ex-presidentes – Sede do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, ao pé da foto monumental do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, local do encontro dos ex-presidentes desta entidade: Lourenço Fernando Tamanini, José Adirson de Vasconcelos (ao centro) e Guido Mondin, falecido em junho de 2000.*

**RELAÇÃO NOMINAL  
DOS SÓCIOS  
ACADÊMICOS  
DO IHGDF**



Adison do Amaral  
Patrono: Benjamin Constant  
Cadeira nº: 103

Adalberto Lassance de Albuquerque  
Patrono: Antônio Américo do Brasil  
Cadeira nº: 38

Adonias dos Reis Santiago  
Patrono: Elias Brito Sobrinho  
Cadeira nº: 44

Affonso Heliodoro dos Santos  
Patrono: Juscelino Kubitschek  
Cadeira nº: 76

Agnelo Paz Sobreira  
Patrono: Ernesto Ule  
Cadeira nº: 34

Alarico Ottoni Ramos Verano  
Patrono: Guimarães Rosa  
Cadeira nº: 104

Alberto Martins da Silva  
Patrono: Deodoro da Fonseca  
Cadeira nº: 10.

Aldo Vinholes de Magalhães  
Patrono: Alceu Amoroso Lima  
Cadeira nº: 39

Almir de Campos Brunetti  
Patrono: Cassiano Ricardo  
Cadeira nº: 113

Anderson Braga Horta  
Patrono: Medeiros e Albuquerque  
Cadeira nº: 46

Antônio Carlos Elizalde Osório  
Patrono: José Ludovico de Almeida  
Cadeira nº: 47

Antônio Pimentel  
Patrono: Evangelino Meireles  
Cadeira nº: 40

Argemiro José Cardoso  
Patrono: Cora Coralina  
Cadeira nº: 02

Ari Cunha  
Patrono: Gen. Ernesto Dornelles  
Cadeira nº: 28

Armando José Buchmann  
Patrono: Donald Belcher  
Cadeira nº: 48

Arnaldo Serafim  
Patrono: Aires da Mata Machado  
Cadeira nº: 115

Augusto Estellita Lins  
Patrono: Visconde de Taunay  
Cadeira nº: 112

Aureo Mello  
Patrono: Filipe dos Santos  
Cadeira nº: 119

Benjamin Roriz  
Patrono: João D'Abreu  
Cadeira nº: 49

Bernardo Carvalho de Araújo  
Patrono: Íris Meinberg  
Cadeira nº: 50

Branca Borges Góes (Bakaj)  
Patrono: Olavo Bilac  
Cadeira nº: 45

Carlos Fernando Mathias de Souza  
Patrono: José Capistrano de Abreu  
Cadeira nº: 11

Carlos Mário da Silva Velloso  
Patrono: Ribeiro da Costa  
Cadeira nº: 51

Cassiano Nunes Botica  
Patrono: Monteiro Lobato  
Cadeira nº: 52

Clodomir Padilha Alves da Silva  
Patrono: Ernesto Silva  
Cadeira nº: 101

Clóvis Sena  
Patrono: Getúlio Dorneles Vargas  
Cadeira nº: 21

Cyl Gallindo  
Patrono: Joaquim Cardozo  
Cadeira nº: 25

Danilo Gomes  
Patrono: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo  
Cadeira nº: 54

Dario Abranches Viotti  
Patrono: João Coelho Gomes Ribeiro  
Cadeira nº: 55

Dario de Souza Clementino  
Patrono: Pedro Aleixo  
Cadeira nº: 105

Denilda Martinez Cataldo  
Patrono: Eugenio Hussak  
Cadeira nº: 24

Dinair Andrade da Silva  
Patrono: Pedro Ludovico  
Cadeira nº: 56

Diniz Esteves  
Patrono: Aurélio de Lyra Tavares  
Cadeira nº: 114

Dorália Duarte Galesso  
Patrono: Cândido Mariano Rondon  
Cadeira nº: 05

Doryval Borges de Souza  
Patrono: Tiradentes  
Cadeira nº: 20

Edisio Sobreira Gomes de Matos  
Patrono: Hipólito José da Costa  
Cadeira nº: 30

Ernesto Silva  
Patrono: Mal. José Pessoa C. de Albuquerque  
Cadeira nº: 19

Fernando Lourenço Fernandes  
Patrono: Domingos Jorge Velho  
Cadeira nº: 41

Flávio Mendes de Oliveira Castro  
Patrono: Barão Duarte da Ponte Ribeiro  
Cadeira nº: 106

Francisco Braga Sobrinho  
Patrono: Jerônimo Coimbra Bueno  
Cadeira nº: 57

Francisco Ferreira de Castro  
Patrono: Joaquim Nogueira Paranaguá  
Cadeira nº: 58

Francisco Pinto Cabral  
Patrono: Augusto Tasso Fragoso  
Cadeira nº: 17

Francisco Xavier da Silva Guimarães  
Patrono: Adroaldo Mesquita da Costa  
Cadeira nº: 59

Gilberto Amaral  
Patrono: Felinto Epitácio Maia  
Cadeira nº: 60

Guilherme Fagundes de Oliveira  
Patrono: Lauro Sodré  
Cadeira nº: 61

Hélio Morato Krahenbuhl  
Patrono: Mário Augusto Teixeira de Freitas  
Cadeira nº: 35

Hermenegildo Fernandes Gonçalves  
Patrono: Santiago Dantas  
Cadeira nº: 14

Humberto Gomes de Barros  
Patrono: Carlos Maximiliano  
Cadeira nº: 62

Ivan Zanoni Hausen  
Patrono: Alphonsus Guimaraens  
Cadeira nº: 107

Jairo Valladares Pinto  
Patrono: André Malraux  
Cadeira nº: 66

Jarbas Gonçalves Passarinho  
Patrono: Nelson Carneiro  
Cadeira nº: 67

Jarbas Silva Marques  
Patrono: Alcide Celso Ramos Jubé  
Cadeira nº: 37

Joanyr de Oliveira  
Patrono: Domingues Velasco  
Cadeira nº: 68

João Batista Cascudo Rodrigues  
Patrono: Parsifal Barroso  
Cadeira nº: 69

João Carlos Taveira  
Patrono: Thomaz Antônio Gonzaga  
Cadeira nº: 70

João Henrique Serra Azul  
Patrono: Pe. Antônio Tomaz  
Cadeira nº: 71

Joaquim Roriz  
Patrono: Bernardo Sayão  
Cadeira nº: 09

José Adirson de Vasconcelos  
Patrono: Francisco A. de Varnhagen  
Cadeira nº: 27

José Antônio Prates  
Patrono: Darcy Ribeiro  
Cadeira nº: 29

José Carlos Brandi Aleixo  
Patrono: Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota  
Cadeira nº: 72

José Carlos Fonseca  
Patrono: Luiz Cruls  
Cadeira nº: 07

José Carlos Gentili  
Patrono: Dario Cardoso  
Cadeira nº: 73

José Gilberto Louzada  
Patrono: Eurico Gaspar Dutra  
Cadeira nº: 74

José Helder de Souza  
Patrono: João Alberto Lins e Barros  
Cadeira nº: 75

José Santiago Naud  
Patrono: Luiz Carlos Prestes  
Cadeira nº: 77

Kurt Pessek  
Patrono: Juarez Távora  
Cadeira nº: 78

Léa Sayão C. de Araújo  
Patrono: Djalma Poli Coelho  
Cadeira nº: 22

Lélio Viana Lôbo  
Patrono: Santos Dumont  
Cadeira nº: 79

Lenine Fiuza Lima  
Patrono: Pedro Américo  
Cadeira nº: 80

Léo da Silva Alves  
Patrono: Oscar Niemeyer  
Cadeira nº: 64

Leon Frejda Szklarowsky  
Patrono: Arthur Bernardes  
Cadeira nº: 13

Lília Portugal Magnavita  
Patrono: Pedro Calmon  
Cadeira nº: 81

Lincoln Magalhães da Rocha  
Patrono: Sílvio Romero  
Cadeira nº: 82

Lourenço Fernando Tamanini  
Patrono: Lauro Müller  
Cadeira nº: 32

Lourierdes Fiuza dos Santos  
Patrono: Machado de Assis  
Cadeira nº: 83

Lucídio Guimarães Albuquerque  
Patrono: Sette Câmara  
Cadeira nº: 118

Luiz Adolfo Pinheiro  
Patrono: Lúcio Costa  
Cadeira nº: 84

Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira  
Patrono: Edgard Roquete Pinto  
Cadeira nº: 85

Luiz Solano  
Patrono: Gelmires Reis  
Cadeira nº: 86

Luiz Vicente Cernichiarro  
Patrono: José Clemente Pereira  
Cadeira nº: 87

Lusitano Abrantes Malheiro  
Patrono: Vasco da Gama  
Cadeira nº: 88

Manoel Soriano Neto  
Patrono: Everaldo Backeuser  
Cadeira nº: 89

Márcio Cotrim  
Patrono: Josué Montello  
Cadeira nº: 90

Marcone Formiga  
Patrono: Assis Chateaubriand  
Cadeira nº: 91

Maria de Souza Duarte  
Patrono: Pompeu de Sousa  
Cadeira nº: 03

Mário Miguel Nicola Garófalo  
Patrono: Cláudio Santoro  
Cadeira nº: 92

Mário Tomelin  
Patrono: Henrique Teixeira Lott  
Cadeira nº: 93

Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro  
Patrono: Gilberto Freyre  
Cadeira nº: 94

Meira Penna  
Patrono: Heckel Tavares  
Cadeira nº: 65

Mercedes Gassen Kothe  
Patrono: Florestan Fernandes  
Cadeira nº: 108

Miguel Setembrino Emery de Carvalho  
Patrono: Viriato Correia  
Cadeira nº: 120

Napoleão Emanuel Valadares  
Patrono: Carlos de Laet  
Cadeira nº: 42

Nestor Luiz Fernandes B. dos Santos Lima  
Patrono: Augusto Tasso Fragoso  
Cadeira nº: 17

Newton Egydio Rossi  
Patrono: Alvarenga Peixoto  
Cadeira nº: 116

Nina Maria Harres T. Rangel de Freitas  
Patrono: Jofre Mozart Parada  
Cadeira nº: 95

Oscar Alberto Mattos Horta Barbosa  
Patrono: Duque de Caxias  
Cadeira nº: 18

Palmerinda Vidal Donato  
Patrono: Atílio Fontana  
Cadeira nº: 109

Paulo Affonso Martins de Oliveira  
Patrono: Euclides da Cunha  
Cadeira nº: 36

Paulo Bertran Wirth Chaibub  
Patrono: Altamiro de M. Pacheco  
Cadeira nº: 96

Paulo Cabral de Araújo  
Patrono: Tobias Barreto  
Cadeira nº: 04

Paulo Cézar Timm  
Patrono: José Bonifácio de Andrade e Silva  
Cadeira nº: 06

Pedro Wilson Carrano de Albuquerque  
Patrono: Bartolomeu Bueno da Silva  
Cadeira nº: 12

Raimundo Nonato da Silva  
Patrono: Antônio Gonçalves Dias  
Cadeira nº: 97

Raul Bernardo Nelson de Senna  
Patrono: Israel Pinheiro da Silva  
Cadeira nº: 98

Romeu Barbosa Jobim  
Patrono: Bárbara Eliodoro  
Cadeira nº: 117

Rubem de Azevedo Lima  
Patrono: Neiva Moreira  
Cadeira nº: 99

Rui Manuel Cordeiro de Vieira Rasquilho  
Patrono: Floriano Peixoto  
Cadeira nº: 16

Santa Alves Soyer  
Patrono: Ernesto Balduino de Almeida  
Cadeira nº: 23

Sérgio Mário Pasquali  
Patrono: João Batista Mascarenhas de Moraes  
Cadeira nº: 33

Sophia Wainer  
Patrono: Cyro dos Anjos  
Cadeira nº: 110

Stella dos Cherubins Guimarães Trois  
Patrono: Júlia Kubitschek  
Cadeira nº: 100

Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento  
Patrono: Joaquim Nabuco  
Cadeira nº: 121

Victor José de Mello Alegria Lobo  
Patrono: Fernão Dias Paes Leme  
Cadeira nº: 15

Waldemar Zveiter  
Patrono: Rui Barbosa  
Cadeira nº: 102

William Dalbio Almeida de Carvalho  
Patrono: Joaquim Felício dos Santos  
Cadeira nº: 111

### **Sócios Honorários**

Guido Mondin  
Dom José Newton de Almeida Baptista  
Moacyr dos Santos França

### **Sócio Benemérito**

Hélio Lobato de Almeida







